



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Maio de 2019

## PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

No contexto do pedido de desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF), os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 19 de abril de 2019, após as discussões concluídas em 29 de março de 2019 com as autoridades da República de Moçambique sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Linha de Crédito Rápido. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 10 de abril de 2019, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador** para a República de Moçambique.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services  
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090  
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Web: <http://www.imf.org>  
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, DC**



Comunicado de Imprensa No. 19/121  
PARA PUBLICAÇÃO IMEDIATA  
19 de Abril de 2019

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

### **O Conselho Executivo do FMI Aprovou USD 118.2 Milhões da Facilidade Rápida de Crédito de Assistência para República de Moçambique no Âmbito do Ciclone Idai**

- A assistência financeira visa suprir os elevados défices orçamentais e de financiamento externo decorrentes das necessidades de reconstrução após o Ciclone Idai, que causou perdas significativas de vidas humanas e danos às infraestruturas.
- As autoridades continuam comprometidas com a estabilidade macroeconómica, que também será sustentada pelo financiamento do FMI.

O Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje a assistência financeira de emergência para a República de Moçambique no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito (RCF)<sup>1</sup>. A decisão do Conselho habilita o desembolso de SDR85.2 milhões (cerca de USD 118.2 milhões e 37.5 por cento da quota).

A assistência financeira visa suprir o elevado défice orçamental e de financiamento externo decorrente das necessidades de reconstrução após o Ciclone Idai, que causou perdas significativas de vidas humanas e danos nas infraestruturas. As autoridades continuam comprometidas com a estabilidade macroeconómica, que também será sustentada pelo financiamento do FMI. As principais medidas fiscais incluem a realocação das despesas de menor prioridade para a assistência de emergência para os mais pobres e para a reconstrução.

Após a discussão do Conselho Executivo sobre Moçambique, o Sr. Tao Zhang, Diretor Executivo Adjunto e Presidente Interino, emitiu a seguinte declaração:

“Moçambique sofreu uma perda significativa de vidas e danos substanciais às infraestruturas físicas e à capacidade productiva, como resultado do recente Ciclone Tropical Idai. Estima-se que a assistência de emergência e os custos de reconstrução sejam enormes, tornando esta tempestade a pior e o mais oneroso desastre natural a atingir o país. O desembolso no âmbito

---

<sup>1</sup> A [RCF](#) fornece assistência financeira imediata com condicionalismo limitado a países de baixa renda com necessidade urgente de balança de pagamentos. O financiamento no âmbito da RCF actualmente aplica uma taxa de juros zero, tem um período de carência de 5,5 anos e maturidade final de 10 anos. O Fundo revê o nível das taxas de juros para todas as concessões a cada dois anos.

da Facilidade Rápida de Crédito do FMI ajudará a atender as necessidades imediatas de financiamento do país e desempenhará um papel catalisador na obtenção de donativos de doadores e da comunidade internacional.”

“As autoridades estão realocando as despesas de menor prioridade para a assistência de emergência, mas seu espaço de manobra é limitado e a maior parte da assistência de emergência e das necessidades de reconstrução terá de ser coberta pela comunidade internacional principalmente na forma de donativos para garantir a sustentabilidade da dívida”.

“As autoridades estão comprometidas em criar amortecedores fiscais, incluindo a preparação e gestão de futuros desastres naturais. Eles estão a procurar alívio significativo da dívida dos credores privados que é importante para colocar a dívida pública numa trajetória descendente”.

“Enquanto as autoridades avançam cautelosamente com a normalização da política monetária, elas devem permanecer vigilantes sobre possíveis efeitos de segunda ordem na inflação do choque de oferta causado pelo Ciclone”.

“As autoridades estão comprometidas em melhorar a transparência, a governação e a prestação de contas. Esta em curso a preparação, com assistência técnica do Fundo, de um relatório de diagnóstico sobre os desafios de governação e corrupção nas áreas mais relevantes para a actividade económica que ajudará a assegurar que os recursos públicos escassos sejam bem usados. A publicação do relatório de diagnóstico logo após a sua conclusão será importante neste sentido”.

"No futuro, será fundamental aumentar a resiliência da economia e a preparação para desastres naturais e mudanças climáticas".



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO

10 de abril de 2019

### SUMÁRIO EXECUTIVO

**Contexto.** A 15 de março, o ciclone tropical Idai varreu a região central de Moçambique, perto da cidade portuária da Beira – a segunda maior cidade do país – provocando um número significativo de mortes e danos generalizados às culturas e infraestruturas físicas. As inundações danificaram seriamente as infraestruturas de transporte, comércio e serviços, e perturbaram de forma substancial a capacidade produtiva, sobretudo nos setores dos serviços e da agricultura.

**Pedido de apoio do FMI.** Refletindo as grandes lacunas orçamentais e de financiamento externo resultantes das necessidades em termos de ajuda de emergência e reconstrução, as autoridades procuram obter assistência financeira ao abrigo do conceito de choque exógeno da Linha de Crédito Rápido (RCF). A qualificação de Moçambique baseia-se nas necessidades urgentes da balança de pagamentos na sequência de uma grave catástrofe natural. Na carta em anexo, as autoridades solicitam um desembolso de 85,2 milhões de DSE (37,5% da quota), com todo o montante a ser disponibilizado assim que o Conselho de Administração do FMI aprove o pedido. O corpo técnico do FMI apoia o pedido. O envolvimento do FMI no esforço internacional para ajudar Moçambique desempenhará também um papel de catalisador na obtenção dos necessários donativos externos dos parceiros de desenvolvimento de Moçambique.

**Políticas macroeconómicas.** As autoridades partilharam as principais recomendações de política do corpo técnico, designadamente: i) aumentar o espaço orçamental no curto prazo para responder às necessidades urgentes nas áreas mais afetadas pelo ciclone mediante, entre outras coisas, a reafetação de despesas de menor prioridade no orçamento anual em benefício da ajuda de emergência e reconstrução; ii) criar reservas orçamentais, incluindo para ajudar a lidar com catástrofes naturais futuras, realizando de forma gradual a consolidação orçamental a médio prazo e finalizando a reestruturação da dívida com os credores privados, em sintonia com a estratégia de gestão da dívida das autoridades; iii) depender tanto quanto possível de donativos e empréstimos altamente concessionais para financiamento do orçamento; iv) normalizar a política monetária, reduzindo prudentemente – e desde que as circunstâncias o permitam – a taxa diretora e, ao mesmo tempo, continuar vigilante relativamente aos eventuais efeitos de segunda ordem na inflação resultantes do choque do lado da oferta provocado pelo ciclone; v) reforçar a governação, transparência e prestação de contas para garantir que os escassos recursos são bem utilizados; e vi) aumentar a resiliência e o nível de preparação da economia para lidar com eventos meteorológicos adversos, cada vez mais frequentes e intensos devido às alterações climáticas.

Aprovado por  
**David Owen e Maria  
Gonzalez**

Uma equipa formada pelos Srs. Ricardo Velloso (chefe da missão), Moataz El Said, Harold Zavarce (todos do AFR) e Yehenew Endegnanew (SPR) visitou Maputo entre 13 e 29 de março de 2019 para realizar a missão de consulta ao abrigo do Artigo IV e de pedido de uma RCF. O Sr. Ari Aisen (representante residente), a Sra. Esther Palacio e o Sr. Edson Manguinhane (consultora/coordenadora de AT e economista local no gabinete do representante residente, respetivamente) prestaram apoio aos trabalhos. A missão teve encontros com o Presidente Filipe Nyusi, o Primeiro-Ministro Carlos do Rosário, o Ministro da Economia e Finanças Adriano Maleiane, o Governador do Banco de Moçambique Rogério Zandamela, vários ministros setoriais e outros altos funcionários do governo, parlamentares, membros do Judiciário, representantes do setor privado, associações profissionais e sindicatos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento de Moçambique e instituições financeiras internacionais. A Sra. Naly Carvalho prestou apoio investigativo e a Sra. Fausa Aliu auxiliou na preparação do presente relatório.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>IMPACTO DA CATÁSTROFE E PERSPETIVAS FUTURAS</b>	<b>5</b>
A. Condições pré-ciclone	5
B. Estimativas dos danos, custos de resposta imediata e reconstrução	7
C. Recuperação e riscos a médio prazo	8
<b>QUESTÕES E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS</b>	<b>9</b>
A. Sustentabilidade orçamental e da dívida	10
B. Políticas monetária e cambial	10
C. Reforço da governação e resiliência às catástrofes naturais	11
<b>JUSTIFICAÇÃO PARA A LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO, ACESSO, CAPACIDADE DE REEMBOLSAR O FMI E AVALIAÇÃO DE SALVAGUARDAS</b>	<b>14</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>15</b>
<b>CAIXAS</b>	
1. Desafios Relativos à Governação e Corrupção	11
2. Reforço da Capacidade de Resistência às Alterações Climáticas	13

**FIGURAS**

1. Impacto dos Riscos Climáticos, 1990–2016 _____	17
2. Inflação e Evolução Monetária e Financeira _____	18
3. Principais Desenvolvimentos do Setor Externo _____	19
4. Evolução Orçamental _____	20

**TABELAS**

1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2016-24 _____	21
2a. Finanças Públicas, 2016-24 (mil milhões de meticais) _____	22
2b. Finanças Públicas, 2016-24 (percentagem do PIB) _____	23
3. Síntese Monetária, 2016-20 (mil milhões de meticais) _____	24
4a. Balança de Pagamentos, 2016-24 (milhões de USD) _____	25
4b. Balança de Pagamentos, 2016-24 (percentagem do PIB) _____	26
5. Indicadores de Solidez Financeira do Setor Bancário, 2016-18 _____	27
6. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016-24 _____	28
7. Indicadores da Capacidade para Reembolsar o FMI _____	29
8. Matriz de Avaliação de Riscos _____	30

**ANEXO**

I. Carta de Intenções _____	32
-----------------------------	----

## INTRODUÇÃO

**1. A 15 de março, o ciclone tropical Idai varreu a região central de Moçambique, atingindo a cidade portuária da Beira – a segunda maior do país – e provocando a perda significativa de vidas e danos generalizados às culturas e infraestruturas físicas.** Estão confirmadas 600 mortes, mas o número real provavelmente nunca será conhecido uma vez que muitos corpos foram arrastados pelo mar. Agora, o desafio é fornecer abrigo, água potável e comida a centenas de milhares de pessoas deslocadas e mantê-las saudáveis. Até ao momento, já foram confirmados centenas de casos de cólera, mas é provável que este número aumente consideravelmente. O ciclone inundou bairros inteiros e destruiu a maioria das casas, hospitais e escolas na Beira. Calcula-se que as inundações resultantes arruinaram cerca de 800 mil hectares de culturas, incluindo para consumo local e exportação. Os setores dos transportes, energia, comunicações e comércio sofreram graves perturbações. O governo estima que as necessidades de ajuda de emergência e os custos de reconstrução ascendem a USD 1,5 mil milhões, isto é, cerca de 10% do PIB.

**2. Moçambique registou progressos no restabelecimento da estabilidade macroeconómica, mas ainda subsistem desafios.** Até o ciclone tropical Idai ter atingido o país, o crescimento económico estava a recuperar gradualmente e a tornar-se mais abrangente após uma série de choques em 2015-16, incluindo a divulgação da dívida oculta.<sup>1</sup> Uma política monetária mais restritiva e menores aumentos de preços dos alimentos trouxeram a inflação para um único dígito no final de 2018. O banco central conseguiu estabilizar o mercado cambial e reconstituiu as suas reservas internacionais para um nível relativamente confortável. Contudo, o crescimento é apenas ligeiramente superior ao crescimento populacional e verifica-se ainda uma situação de sobre-endividamento.

**3. Registaram-se recentemente desenvolvimentos importantes no sentido de responsabilizar as pessoas responsáveis pelos empréstimos anteriormente não revelados.** No passado mês de dezembro, o Departamento de Justiça norte-americano indiciou várias pessoas ligadas à contração destes empréstimos. Até ao momento, cinco pessoas foram detidas ou estão sujeitas a extradição, incluindo o antigo Ministro das Finanças de Moçambique que se encontra atualmente detido na África do Sul a aguardar a decisão sobre os pedidos concorrentes de extradição para os EUA e Moçambique; três antigos executivos do Credit Suisse e um executivo da Prinvest. Mais recentemente, vinte indivíduos foram detidos em Moçambique e formalmente constituídos arguidos pela Procuradoria-Geral da República de Moçambique.

**4. As autoridades estão em conversações de boa-fé com os credores privados com vista à reestruturação das Eurobonds de Moçambique e da dívida anteriormente oculta.** Foi obtido um acordo de princípio com um grupo de detentores de Eurobonds no passado mês de novembro

---

<sup>1</sup> Esta dívida inclui empréstimos tomados por duas empresas públicas, Proindicus e MAM, divulgados em abril de 2016, no valor de aproximadamente USD 1,4 mil milhões. Um empréstimo de USD 850 milhões contraído por uma terceira empresa pública, a Ematum, foi descoberto numa fase inicial em 2014 (este empréstimo foi posteriormente convertido na primeira e única emissão de Eurobonds de Moçambique). Os empréstimos foram concedidos pelo Credit Suisse e o VTB, e canalizados através da Prinvest, uma empresa de construção naval com sede nos EAU.

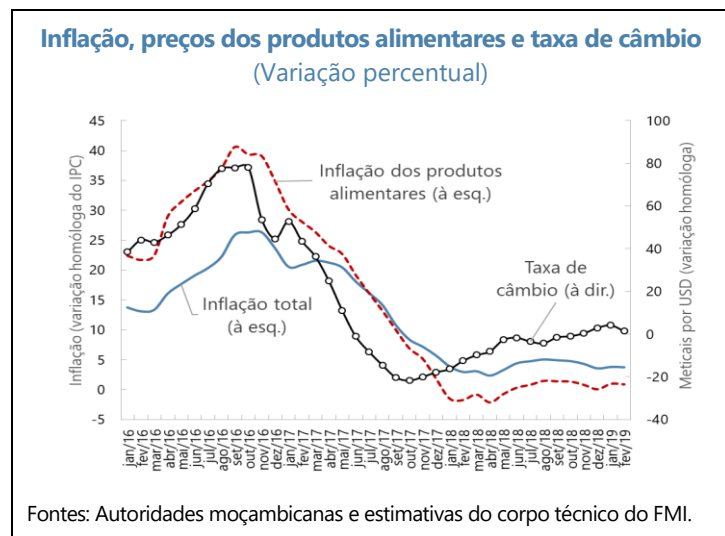
com vista ao alívio do serviço da dívida nos próximos cinco anos e ao alargamento em dez anos dos reembolsos do capital. O Procurador-Geral de Moçambique intentou um processo judicial no Reino Unido para anular a garantia do governo no empréstimo contraído pela Proindicus junto do Credit Suisse. As conversações com o VTB sobre a reestruturação da dívida relativa ao empréstimo à MAM estão quase finalizadas. As autoridades pretendem que quaisquer acordos com os credores protejam os interesses de Moçambique, caso desenvolvimentos futuros coloquem em questão a legalidade da contração dos empréstimos ou da emissão das garantias do Estado.

**5. Estão a ser dados passos encorajadores rumo a uma paz duradoura num ano marcado por um calendário político intenso.** Estão a ser preparados projetos de lei sobre a descentralização. Está em curso o desarmamento e a reintegração dos combatentes da Renamo, o maior partido da oposição. As eleições autárquicas decorreram num clima de paz no passado mês de outubro. Estão marcadas eleições legislativas e presidenciais para outubro. Os incidentes de violência no norte persistem, mas até ao momento estes ataques não perturbaram o ritmo de implementação dos megaprojetos de GNL na região.

## IMPACTO DA CATÁSTROFE E PERSPETIVAS FUTURAS

### A. Condições pré-ciclone

**6. Antes do ciclone, a situação económica estava a melhorar gradualmente.** O crescimento do PIB real atingiu 3,75% em 2017 impulsionado por uma recuperação mais forte na agricultura e uma produção mineira muito mais elevada. Contudo, o crescimento real recuou para 3,25% em 2018 devido à desaceleração do crescimento do setor mineiro. A inflação caiu de um valor máximo de 26,5% (em base homóloga) em novembro de 2016 para 3,75% (em base homóloga) em fevereiro de 2019, refletindo uma política monetária mais restritiva e a estabilidade da taxa de câmbio e dos preços dos produtos alimentares, não obstante um aumento considerável nos preços regulados. A inflação, excluindo o aumento dos preços regulados, cifrou-se em apenas 2,5% (em base homóloga) em fevereiro de 2019.



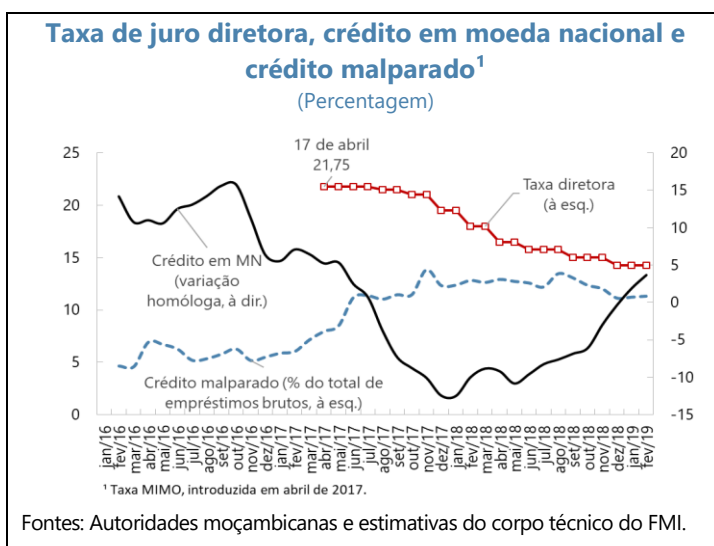
**7. Os esforços de consolidação orçamental têm sido consideráveis.** Em 2017-18, o governo eliminou os subsídios aos combustíveis e ao trigo, adotou o mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis e aumentou os preços da eletricidade e dos transportes públicos. Associados a cortes no investimento público, estes esforços reduziram significativamente o défice orçamental primário para cerca de 2% do PIB em 2018. Porém, o défice orçamental global



manteve-se relativamente elevado (5,5% do PIB) com o financiamento do orçamento a depender principalmente de financiamento interno dispendioso dada a política monetária relativamente restritiva e o reduzido financiamento externo.

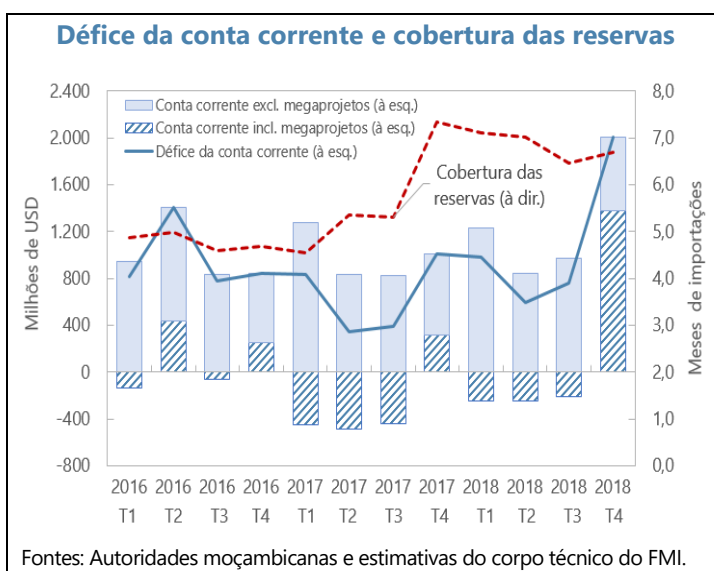
**8. O banco central tem vindo a flexibilizar com prudência a política monetária.** Desde abril de 2017, o Comité de Política Monetária realizou cortes à taxa diretora, como resposta à desinflação, que totalizaram 750 pontos base, cifrando-se atualmente em 14,25%.

**9. O sistema bancário permanece estável e o banco central tem continuado a dar resposta às vulnerabilidades da banca.** Em 2017, foram introduzidos novos regulamentos que aumentaram os rácios de adequação de fundos próprios e estabeleceram requisitos mínimos de liquidez; foi reforçada a supervisão e a aplicação dos requisitos prudenciais; e o aumento das reservas obrigatórias sobre depósitos em USD criou desincentivos para a intermediação em moeda estrangeira.



Em média, os bancos continuam líquidos, bem capitalizados e rentáveis. Contudo, o crédito malparado atingiu 11% do total de empréstimos em janeiro o que reflete, entre outras coisas, uma melhor classificação das exposições vencidas a empresas públicas e os atrasados do governo e empresas públicas a fornecedores (o provisionamento do crédito malparado estava num nível confortável – 96%).

**10. O défice da conta corrente deteriorou-se em 2018.** A queda das exportações – principalmente devido à inundação de minas de produção de carvão e à maior importação de serviços relativos aos megaprojetos – conduziu a uma deterioração do défice da conta corrente, que se situou em 30,5% do PIB em 2018, face a 20% em 2017. Este défice foi elevado sobretudo devido às importações para os megaprojetos e, em grande medida, foi financiado por IDE. No entanto, o défice da conta corrente não relacionado com megaprojetos encolheu para 15,25% do PIB em 2018. As reservas internacionais foram reforçadas para um nível



relativamente confortável (5,75 meses de importações do próximo ano não relacionadas com megaprojetos, no final de fevereiro).

**11. A dívida pública de Moçambique está em situação de sobre-endividamento e as autoridades estão a levar a cabo uma estratégia para trazê-la para um risco moderado de sobre-endividamento.** O volume de dívida pública e dívida com garantia pública, incluindo dívida interna, atingiu 110,5% do PIB no final de 2018. O stock de atrasados sobre a dívida externa pública ou com garantia pública cifrou-se em USD 1,2 mil milhões no final de 2018.<sup>2</sup> As autoridades estão em conversações de boa-fé com credores privados com vista à reestruturação das Eurobonds de Moçambique e da dívida previamente oculta. Os acordos em fase de negociação com os credores visam proteger os interesses do país, caso desenvolvimentos futuros coloquem em questão a legalidade da contração dos empréstimos ou da emissão das garantias do Estado.

## B. Estimativas dos danos, custos de resposta imediata e reconstrução

**12. Os danos infligidos às infraestruturas afetaram severamente a capacidade produtiva de setores económicos essenciais na região central de Moçambique.** As projeções preliminares indicam que o crescimento do PIB real em 2019 iria abrandar para 1,8% a 2,8% – uma descida face aos 3,8% projetados antes do ciclone – devido principalmente a perdas significativas na produção agrícola e às perturbações causadas nos setores dos transportes, comunicações e serviços. Dado o choque adverso sobre a oferta de produtos alimentares na Beira e nos distritos vizinhos, agora calcula-se que a inflação global do ano suba para 8,5% em 2019 – um aumento face aos 5,5% projetados antes do ciclone – uma vez que a região metropolitana da Beira representa aproximadamente um quinto do IPC nacional.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Prel.	Est.		Proj.		
Crescimento do PIB real (%)						
Antes	3,7	3,3	3,8	4,0	4,0	4,0
Depois			1,8	6,0	4,0	4,0
Inflação (fim do período)						
Antes	5,6	3,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Depois			8,5	6,5	5,5	5,5
Saldo orçamental primário após donativos (% do PIB)						
Antes	-0,3	-1,9	-1,4	-1,7	-1,7	-2,2
Depois <sup>1</sup>			-2,5	-1,0	-0,5	0,0
Saldo comercial de bens e serviços não relacionados aos megaprojetos (% do PIB)						
Antes	-31,1	-26,1	-26,2	-24,6	-24,0	-23,7
Depois	-31,1	-26,1	-32,0	-26,3	-23,7	-22,9

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI  
<sup>1</sup> Inclui o compromisso assumido pelas autoridades após o ciclone de proceder a uma consolidação orçamental gradual a partir de 2020.

**13. A ajuda de emergência e os esforços de reconstrução irão aumentar a pressão sobre um orçamento já apertado.** As autoridades estão empenhadas em reafetar os recursos para despesas de emergência críticas de limpeza, progressos rápidos nos esforços de reconstrução e maior nível de assistência social aos mais vulneráveis, incluindo fornecimento de abrigo, água potável e alimentos. Prevê-se que o défice orçamental primário após donativos suba para 2,5% do

<sup>2</sup> Os atrasados à Líbia, Iraque, Angola, Bulgária e Polónia estão excluídos, se continuarem a ser envidados os melhores esforços, em linha com a aplicação normal da política de concessão de crédito a países com pagamentos em mora. Os atrasados pendentes para com o Brasil sem o envolvimento do setor público também são tratados em linha com a política de concessão de crédito a países com pagamentos em mora.

PIB em 2019, um ponto percentual acima das previsões anteriores. Os efeitos nefastos do ciclone irão afetar as contas orçamentais tanto através de uma menor arrecadação fiscal como de maior despesa com os esforços de ajuda de emergência e reconstrução. Contudo, a maior parte das despesas adicionais necessárias terão de ser financiadas por donativos externos.

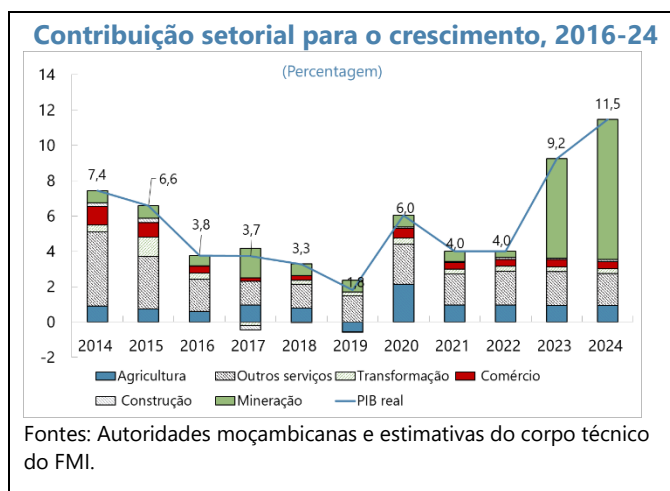
**14. Prevê-se um grande défice na balança de pagamentos.** O défice da conta corrente não relacionado com megaprojetos deverá descer menos do que o previsto antes do ciclone para cerca de 13,25% do PIB em 2019, face a 15,25% do PIB em 2018. A substituição de géneros alimentares produzidos localmente, como o arroz e o milho, e os materiais de reconstrução, juntamente com a esperada diminuição nas receitas de exportação – incluindo dos serviços do porto da Beira – irão gerar um défice muito substancial na balança de pagamentos. Prevê-se que os donativos externos cubram a maior parte do défice de financiamento externo, mas as autoridades pretendem colmatar o défice remanescente na balança de pagamentos para 2019 com o desembolso solicitado ao abrigo da RCF.

**15. As autoridades já estão a procurar ativamente donativos externos para minimizar o recurso a empréstimos e a acumulação de dívida.** As autoridades lançaram um apelo global inicial de ajuda de USD 282 milhões. As Nações Unidas e os seus parceiros humanitários, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Europeia, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Índia, a China, o Brasil e outros parceiros bilaterais e multilaterais têm respondido rapidamente, comprometendo-se a contribuir com apoio em espécie e financeiro. Contudo, é necessário mais apoio devido ao aparecimento de significativos défices de financiamento externo e orçamental. As necessidades estimadas associadas ao ciclone devem ascender a USD 800 milhões este ano e cair para USD 500 milhões e USD 200 milhões em 2020 e 2021, respetivamente.

**16. A comunidade internacional respondeu rapidamente tendo-se comprometido a ajudar.** Por exemplo, o Banco Mundial já aprovou um donativo da IDA no valor de USD 90 milhões para apoiar o Programa de Gestão de Risco de Desastres e Resiliência de Moçambique, dos quais USD 9 milhões seriam disponibilizados imediatamente para ajuda de emergência.

### C. Recuperação e riscos a médio prazo

**17. Prevê-se que o crescimento recupere e a inflação abrande em 2020 assentes nos esforços de reconstrução e na normalização das condições nos setores económicos mais afetados pelo ciclone.** Os esforços de reconstrução e a normalização das condições na agricultura e no comércio sustentarão uma forte recuperação na atividade económica no centro de Moçambique. A inflação voltará aos níveis pré-ciclone após o choque do lado da oferta seguir o seu curso, com o



Banco de Moçambique a estar preparado para agir caso sejam identificados efeitos de segunda ordem na inflação.

**18. Após um incremento inicial durante o pico das despesas de ajuda e reconstrução, o défice orçamental primário após donativos será eliminado a médio prazo, assim ajudando a colocar o rácio dívida pública/PIB numa clara trajetória descendente.** As autoridades estão empenhadas na consolidação orçamental através de uma combinação de medidas de aumento da receita e racionalização da despesa. Do lado da receita, as autoridades planeiam eliminar as isenções de IVA (exceto para os bens essenciais) e prosseguir as reformas em curso da administração fiscal para impulsionar a arrecadação de receita mediante: a melhoria do registo dos contribuintes e dos sistemas eletrónicos de informação; o aumento do cumprimento fiscal por parte dos grandes contribuintes com análises de risco adequadas; e o reforço da gestão da tributação sobre a indústria extrativa. Do lado da despesa, os esforços das autoridades deverão centrar-se na revisão e reforma das políticas salariais e de contratação no setor público.

**19. O défice da conta corrente não relacionado com megaprojetos deverá cair no médio prazo, assente nos esforços de consolidação orçamental.** O aumento das importações e a redução das exportações devido aos efeitos imediatos do ciclone e um volume elevado de importações destinadas à construção contribuirão para uma diminuição aquém do esperado do défice da conta corrente não relacionado com megaprojetos em 2019 e 2020. Porém, a médio prazo, prevê-se que o défice da conta corrente não relacionado com megaprojetos caia para 12,75% do PIB, refletindo o fim das atividades de reconstrução e o ajustamento orçamental.

**20. Em geral, os riscos mantêm-se equilibrados.** Os riscos negativos envolvem uma deficiente execução das políticas, em especial no que respeita a consolidação orçamental prevista, e atrasos em alguns projetos essenciais de reconstrução devido à limitada capacidade de execução e à incapacidade de mobilizar financiamento suficiente para a reconstrução, sobretudo donativos externos. Os atrasos na obtenção de financiamento para apoiar as necessidades de reconstrução poderão travar a recuperação do crescimento. No panorama macrofinanceiro, o ciclone poderá aumentar ainda mais o crédito malparado dado que as famílias e as empresas registaram perdas de rendimentos e ativos nas zonas afetadas. Outros riscos negativos incluem: deterioração na segurança no Norte; retrocesso nas negociações de paz; afrouxamento do controlo das despesas na antecâmara das eleições de outubro; e atrasos nos megaprojetos de GNL. Os riscos positivos incluem novas descobertas de petróleo e gás; uma resolução mais rápida das renegociações em curso sobre a dívida; e a retoma do diálogo com os doadores.

## QUESTÕES E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

*As autoridades estão empenhadas em garantir a estabilidade macroeconómica. As medidas de política orçamental incluem reafetar as despesas de menor prioridade em benefício da ajuda de emergência e da reconstrução e depender de donativos e empréstimos altamente concessionais para o financiamento do orçamento, ao mesmo tempo que se procura obter um significativo alívio da dívida junto de credores privados e uma consolidação orçamental gradual a médio prazo. O banco central prossegue com a normalização prudente da política monetária, enquanto se mantém atento aos*

efeitos de segunda ordem sobre a inflação resultantes do choque do lado da oferta provocado pelo ciclone. As autoridades estão empenhadas em dar resposta aos desafios em matéria de governação.

## A. Sustentabilidade orçamental e da dívida

**21. O corpo técnico e as autoridades acordaram limitar o défice orçamental primário após donativos a cerca de 2,5% do PIB em 2019.** Tal é compatível com o financiamento disponível na economia e não pressupõe o recurso a acumulação de atrasados ou a financiamento do banco central. A despesa relativa à resposta de emergência para fazer face aos efeitos imediatos do ciclone irá depender igualmente da reafetação de despesas orçamentais de menor prioridade e de donativos externos.

### 22. Consolidação orçamental a médio prazo.

A fim de criar reservas orçamentais, incluindo para lidar com catástrofes naturais futuras, e ajudar a garantir que o rácio dívida pública/PIB se mantém numa clara trajetória descendente, o corpo técnico recomendou a eliminação do défice orçamental primário após donativos até 2022 através de uma combinação de medidas de aumento de receita e racionalização da despesa. As autoridades concordaram com esta proposta.

Retorno por medida (Porcentagem do PIB)			
	2020	2021	2022
Todas as medidas	0,8	0,8	0,3
A. Medidas fiscais	0,8	0,6	0,0
Eliminar as isenções do IVA sobre certos alimentos, produtos e obras públicas	0,8	0,6	0,0
B. Medidas de racionalização da massa salarial	0,0	0,2	0,3

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

**23. As autoridades pretendem trazer a dívida pública para um risco moderado de sobre-endividamento.** Estão a reforçar as suas capacidades de gestão da dívida, incluindo a fiscalização eficaz de todas as empresas públicas. Conforme referido anteriormente, as autoridades estão a implementar uma estratégia de reestruturação da dívida que visa, por um lado, obter um significativo alívio da dívida e, por outro, proteger os interesses de Moçambique, caso desenvolvimentos futuros coloquem em questão a legalidade da contração destes empréstimos ou da emissão das garantias do Estado.

**24. Riscos orçamentais.** O corpo técnico saudou as melhorias registadas em matéria de avaliação e mitigação dos riscos orçamentais e incentivou o governo a tornar pública a avaliação dos riscos orçamentais de 2019. Além disso, recomendou que as autoridades atualizem regularmente esta avaliação, em tempo oportuno – para informar melhor o processo orçamental – e aumentem gradualmente o âmbito dos riscos orçamentais e dados quantitativos abrangidos no relatório. Também são bem-vindos esforços contínuos para melhorar as projeções orçamentais e aprofundar a avaliação dos riscos orçamentais relacionados com as empresas públicas e a descentralização orçamental (províncias e distritos).

## B. Políticas monetária e cambial

**25. O banco central enfrenta o desafio de reorientação da política monetária num ambiente afetado por um choque significativo do lado da oferta e riscos externos e internos.**

O corpo técnico saudou a normalização gradual e prudente da política monetária trazendo a taxa diretora para 14,25% atualmente. Embora a normalização da política monetária possa incluir mais

cortes da taxa diretora – porventura intercalados com pausas para avaliar a reação dos mercados e recalibrar a estratégia – seria importante continuar vigilante relativamente aos possíveis efeitos de segunda ordem sobre a inflação decorrentes do choque do lado da oferta provocado pelo ciclone.

**26. O corpo técnico e as autoridades reconheceram a importância de manter a flexibilidade cambial que poderá funcionar como amortecedor de choques externos e preservar uma cobertura adequada de reservas internacionais.** As intervenções no mercado cambial devem ser limitadas a fim de evitar uma volatilidade cambial excessiva e devem ser completamente esterilizadas para que não afetem a liquidez em moeda local.

### C. Reforço da governação e resiliência às catástrofes naturais

**27. O corpo técnico incentivou as autoridades a continuarem a dar passos para melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas, incluindo para reduzir as condições propícias à corrupção.** O corpo técnico saudou a preparação em curso, com a assistência técnica do FMI, de um relatório de diagnóstico sobre a governação e as condições propícias à corrupção nas áreas mais relevantes para a atividade económica.

#### Caixa 1. Desafios Relativos à Governação e Corrupção

**Abordar as vulnerabilidades de Moçambique em matéria de governação e corrupção terá, potencialmente, um grande impacto positivo nas perspetivas de crescimento inclusivo.** Enquanto o país se prepara para colher a médio e longo prazo benefícios significativos na forma de receitas orçamentais dos depósitos de recursos naturais, a má governação e a corrupção podem deitar por terra as perspetivas de estas receitas extraordinárias contribuírem para a prosperidade partilhada e o crescimento inclusivo. Por conseguinte, o governo deu início a reformas para restaurar a confiança e solicitou assistência técnica (AT) do FMI para a elaboração de um relatório de diagnóstico sobre os desafios em matéria de governação e corrupção, cuja publicação está prevista para meados do ano.

**Foram adotadas e estão a ser implementadas medidas legislativas e institucionais com vista a reforçar a governação, a transparência e a prestação de contas, mas será necessário envidar mais esforços.**

O governo adotou um plano nacional e várias leis para ajudar a combater a corrupção. Contudo, a falta de aplicação efetiva devido, em parte, à baixa capacidade técnica, orçamentos inadequados, autonomia institucional insuficiente e uma supervisão deficiente minam estes esforços. Os desafios na área de governação e corrupção são sistémicos devido ao forte envolvimento do Estado em vários setores económicos e à falta de transparência nos processos, na contratação e nos resultados dos serviços públicos.

**Estado de Direito.** O sistema judicial carece de automatização e transparência dos processos e especialização dos juízes, e existem estrangulamentos significativos nos processos judiciais, sobretudo nos tribunais distritais e provinciais. Uma evolução recente foi a introdução de secções comerciais em seis tribunais provinciais para tratar de questões comerciais, como insolvências, falências e dívidas comerciais. Contudo, a responsabilização judicial é considerada fraca e as empresas têm poucas expectativas de reparação por via judicial. As recomendações propostas incluem a preparação e implementação de regulamentos relativos a insolvência e a digitalização do registo predial, tornando-o acessível ao público.

**Regulamentação de mercado e ambiente de negócios.** As empresas continuam a ser prejudicadas pelo excesso de burocracia em termos de complexidade, duplicação e opacidade, e por requisitos fiscais e aduaneiros onerosos. A abertura de uma empresa requer demasiados passos, embora já esteja em vigor um processo simplificado para a criação de micro, pequenas e médias empresas. O registo comercial não é eletrónico nem facilmente acessível e não inclui informações essenciais, como o beneficiário efetivo, que é igualmente fundamental no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

### Caixa 1. Desafios de Governação e Corrupção (continuação)

Digitalizar o registo comercial e torná-lo acessível ao público, assim como consolidar o processo de licenciamento de todas as atividades económicas, são medidas básicas para melhorar a transparência e reduzir a burocracia. O acesso do público à informação é desigual, sendo que os pedidos são sistematicamente ignorados ou rejeitados sem explicação. É fundamental adotar orientações e relatórios sobre o atendimento dos pedidos do público de acesso a informação.

**Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT).** As autoridades tomaram medidas para fazer face às deficiências no quadro de CBC/FT, embora ainda sejam necessárias melhorias, sobretudo para reforçar a sua eficácia. A avaliação do Grupo Regional da África Oriental e Austral contra o Branqueamento de Capitais (ESAAMLG) em 2011 concluiu que Moçambique não cumpria a maior parte das 40+9 recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). Os recentes relatórios de acompanhamento ainda mostram algumas deficiências. O país será novamente avaliado face aos padrões internacionais de CBC/FT em finais de 2019-2020. Alguns dos desafios para que as ferramentas de CBC/FT apoiem os esforços anticorrupção são: garantir que as instituições financeiras e as atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD) tomam as medidas apropriadas para identificar as pessoas politicamente expostas no seu processo de diligência devida e adotam medidas reforçadas quando necessário; implementar o registo e a supervisão efetiva das APNFD, apresentar relatórios de transações suspeitas; e reforçar a recolha de informações exatas e transparentes sobre os beneficiários efetivos.

**Governação e transparência orçamental.** As vulnerabilidades à corrupção persistem, não obstante um bom historial de implementação de reformas na administração tributária, na gestão das finanças públicas e na transparência orçamental (por ex., nova Lei do Setor Empresarial do Estado e um decreto que regulamenta a dívida e as garantias públicas). Os principais desafios incluem assegurar o registo em tempo real da cabimentação e verificação das despesas públicas, o reforço da transparência e sustentabilidade da dívida pública e das decisões de investimento e uma supervisão forte das empresas públicas. A divulgação anual dos riscos orçamentais, o reforço da transparência nos processos de compras públicas e o cumprimento dos principais processos de gestão das finanças públicas são fundamentais.

**Governação do setor extrativo.** Os regimes de tributação do petróleo e da mineração foram melhorados em 2014 e as autoridades estão a fortalecer gradualmente a modelização orçamental e as capacidades de avaliação de riscos. Todavia, a administração tributária e a capacidade de fiscalização no setor extrativo são fracas, resultando talvez num desempenho inferior ao potencial. As complexidades da participação do Estado neste setor, enquanto acionista e regulador, combinadas com um forte envolvimento das elites políticas e funcionários públicos como proprietários privados e intervenientes, dão origem a potenciais conflitos de interesses graves. Em linha com os requisitos da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE), até 2020 devem ser totalmente divulgadas nos pedidos de licenciamento a propriedade efetiva e a participação do Estado. Além disso, exorta-se o governo a melhorar a transparência na concessão de licenças de mineração através da publicação, de uma forma facilmente acessível, dos critérios de avaliação, das propostas vencedoras e dos contratos. O processo de pedido de licenciamento deve ser totalmente eletrónico e estar acessível ao público.

**Governação e operações do banco central.** O Banco de Moçambique (BM) tem implementado um conjunto de reformas, com a assistência técnica do FMI, no sentido de melhorar a sua governação e operações. As principais reformas estão relacionadas com a melhoria dos controlos internos e a autonomia e estrutura de governação do BM. A alteração da Lei Orgânica do Banco de Moçambique para reforçar o mandato do banco central e a avaliação da sua estrutura organizacional e de tomada de decisão são recomendações fundamentais.

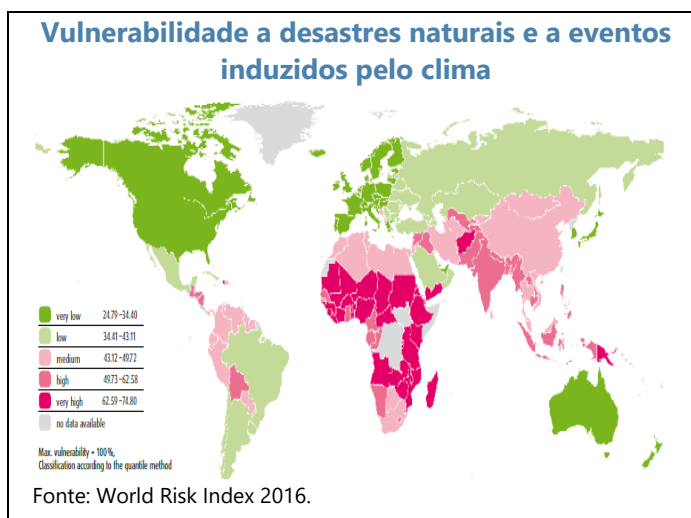
**Fiscalização do setor financeiro.** O BM tem reforçado a fiscalização do setor financeiro através de novos regulamentos com vista a aumentar os requisitos de fundos próprios e liquidez e a aplicar com mais rigor os requisitos prudenciais. É essencial realizar a revisão da legislação bancária para modernizar a rede de segurança e o quadro de gestão de crises, em linha com as melhores práticas internacionais.

### Caixa 1. Desafios de Governação e Corrupção (concluída)

**Quadro anticorrupção.** Moçambique dispõe de um quadro jurídico anticorrupção relativamente abrangente. Embora seja vivamente recomendada a alteração da Lei da Proibição Pública e a adoção de regulamentos para reforçar e clarificar algumas disposições – incluindo as que dizem respeito à prevenção de conflitos de interesse – a aplicação uniforme e efetiva das leis existentes é mais importante do que a realização de reformas legais suplementares. No futuro, será crucial melhorar os procedimentos relativos à instauração de processos de corrupção, reforçar o quadro para a divulgação de conflitos de interesse e alterar o sistema de declaração de bens para digitalizar os processos, facilitar a transparência e reforçar o cumprimento.

### 28. O corpo técnico e as autoridades concordaram que Moçambique é um dos países mais vulneráveis a desastres naturais e às alterações climáticas.

A localização geográfica e a topografia do país (sobretudo a baixa altitude) agravam o risco. Além disso, as fracas infraestruturas socioeconómicas, os altos níveis de pobreza e a dependência elevada da agricultura pluvial amplificam estes riscos, num contexto de acesso limitado a seguros. A preparação limitada e a falta de recursos suficientes inibem ainda mais a capacidade do país de adaptação e de resposta a crises. É essencial integrar as alterações climáticas na agenda mais



ampla de desenvolvimento a fim de melhorar a preparação futura. Embora estes esforços sejam dispendiosos, sobretudo num contexto de espaço orçamental muito limitado, os dados sugerem que pequenas iniciativas de baixo custo podem ser igualmente eficazes na melhoria da preparação.

### Caixa 2. Reforço da Capacidade de Resistência às Alterações Climáticas

**O custo económico das catástrofes naturais em Moçambique tem sido significativo.** Entre 1990 e 2016, Moçambique foi atingido por 100 catástrofes naturais que afetaram mais de 20 milhões de pessoas, provocaram 4862 mortes e resultaram numa perda económica acumulada de 16% do PIB. Tal foi acompanhado por um aumento da insegurança alimentar e da inflação, uma deterioração na balança de comércio externo e uma quebra nas reservas internacionais. A resposta do governo durante esse período conseguiu conter o impacto no saldo orçamental, sobretudo através da reafetação de despesas e de financiamento com base em donativos externos.

#### Foram tomadas medidas em várias frentes a fim de reforçar a resiliência e capacidade de resposta.

A Lei de Gestão de Calamidades (Lei n.º 15/2014) revista e o Plano do Governo para 2015-19 realçam a necessidade de redução das vulnerabilidades e integração de medidas preventivas na planificação em matéria de desenvolvimento. A política de longo prazo estabelecida na Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC 2013-2025) e o Plano Diretor para a Redução do Risco de Calamidades 2017-2030 definem um amplo conjunto de medidas de combate, adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Contudo, ainda é necessário um nível considerável de apoio para melhorar a resiliência das infraestruturas socioeconómicas. O governo está a preparar uma Estratégia Nacional de Resiliência, das com o apoio do Banco Mundial.



### Caixa 2. Reforço da Capacidade de Resistência às Alterações Climáticas (continuação)

**A resposta do governo é sustentada por um instituto independente encarregue de gerir as catástrofes naturais e melhorar a resiliência e por um robusto sistema intersetorial e descentralizado.** O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) tem 500 funcionários localizados a nível central, provincial e distrital e mobiliza mais de mil voluntários em todo o país. O Diretor do INGC preside ao Conselho Técnico de Gestão de Calamidades, no qual participam os diretores gerais dos ministérios relevantes, e que reporta ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros através do Conselho Coordenador. Tendo em conta o aumento da incidência de catástrofes naturais, deverá reforçar-se a capacidade do INGC a fim de identificar e gerir de modo mais eficaz o risco de catástrofes e melhorar a resposta a nível local.

**É necessário garantir financiamento e controlo adequados para uma aplicação eficaz destas políticas.** O Fundo de Gestão de Calamidades criado em 2017 pode traduzir-se em mais financiamento, mais estável e melhor coordenado, desde que seja garantida a dotação acordada de, pelo menos, 0,1% do Orçamento de Estado, os doadores complementem este montante com contribuições adicionais, e os mecanismos de vigilância sejam reforçados. Este fundo seria o principal veículo para atrair financiamento para as atividades de preparação, resposta, recuperação e reconstrução pós-catástrofe, assim como para os seguros de risco. Deve ser definida uma estratégia de seguro e financiamento do risco de catástrofes para estabelecer uma política clara para garantir proteção financeira adequada, com medidas prioritárias e operacionais para melhorar a preparação a médio e longo prazo. Devem ser considerados instrumentos de transferência do risco, como seguro de risco soberano, e opções de crédito contingente que possa ser facilmente disponibilizado em caso de catástrofe.

**É necessária uma combinação de políticas centrada em conjugar as estratégias de resposta e mitigação, com uma maior tónica na resiliência.** Se não forem tomadas mais nenhuma medidas, as alterações climáticas irão prejudicar significativamente o desenvolvimento económico e aumentar a pobreza. É essencial integrar as alterações climáticas na agenda mais ampla de desenvolvimento a fim de melhorar a preparação futura. As políticas devem estar alinhadas com o plano nacional de redução do risco de catástrofes mas também com os planos em matéria de habitação, transportes, ordenamento do território e outros planos de desenvolvimento. É crucial aumentar o investimento em infraestruturas, na agricultura e nas redes de segurança social para melhorar a preparação. A coordenação, a mobilização de recursos e projeções sólidas das necessidades a longo prazo devem servir de apoio. Neste contexto, é imperativo implementar o grande ajustamento orçamental de modo a criar espaço orçamental para a agenda das alterações climáticas (reforço da capacidade de resistência). Também é essencial o fortalecimento da governação e transparência para recuperar o acesso a financiamento concessional e envolver o setor privado.

## JUSTIFICAÇÃO PARA A LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO, ACESSO, CAPACIDADE DE REEMBOLSAR O FMI E AVALIAÇÃO DE SALVAGUARDAS

**29. Nesta conjuntura, a RCF é o instrumento mais adequado.** A qualificação de Moçambique baseia-se nas necessidades urgentes da balança de pagamentos na sequência de uma grave catástrofe natural. O impacto significativo do ciclone exige alívio financeiro imediato para ajuda de emergência, restabelecimento das infraestruturas públicas básicas e apoio aos esforços de reconstrução. Considerando a necessidade urgente de assistência financeira, o enfoque das autoridades nos esforços de recuperação imediata e o facto deste ser o último ano de mandato do

atual governo, de momento não é viável encetar conversações com vista a um programa plurianual. Em qualquer caso, o envolvimento do FMI no esforço internacional para ajudar o país a lidar com as consequências do ciclone desempenhará também um papel de catalisador na obtenção dos necessários donativos externos dos parceiros de desenvolvimento de Moçambique.

**30. O corpo técnico considera que o acesso a 37,5% da quota ao abrigo da RCF é adequado.** A extensão dos danos sofridos por Moçambique permitirá um acesso anual a 37,5% da quota (85,2 milhões de DSE) ao abrigo do conceito de choque exógeno da RCF. Com um desembolso de 37,5% da quota, o crédito total por liquidar do PRGT atingirá 81,9% da quota. Caso o desembolso seja aprovado de acordo com estes parâmetros, a exposição do FMI a Moçambique ascenderá a 1,6% do PIB, ou seja, 8,3% das reservas internacionais no banco central. Os riscos desta exposição serão mitigados pelo excelente historial das autoridades em matéria de serviço da dívida para com o FMI.

**31. A avaliação de salvaguardas do Banco de Moçambique será atualizada em linha com o desembolso ao abrigo da RCF.** Realizada em 2016, a última avaliação de salvaguardas recomendou alterações legislativas para fortalecer o mandato do banco central e melhorar a sua governação, incluindo através do estabelecimento de uma fiscalização independente da gestão e das operações. Esta recomendação ainda está por implementar. A nova avaliação de salvaguardas dará seguimento a estas e outras questões e avaliará os progressos registados na implementação dos conselhos de assistência técnica sobre a governação do Banco de Moçambique.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**32. O ciclone tropical Idai causou perdas significativas de vidas e avultados danos infraestruturais.** A 15 de março, o ciclone tropical Idai varreu a região central de Moçambique, perto da cidade portuária da Beira – a segunda maior cidade do país – provocando cerca de 500 mortes (de acordo com os dados oficiais) e danos generalizados às culturas e infraestruturas físicas. As inundações danificaram seriamente as infraestruturas de transporte, comércio e serviços, e perturbaram de forma substancial a capacidade produtiva, sobretudo nos setores dos serviços e da agricultura, incluindo a produção para consumo local e exportação.

**33. Embora o espaço orçamental seja limitado, o corpo técnico saúda as medidas que estão a ser tomadas para reafetar as despesas de menor prioridade no orçamento anual em benefício da ajuda de emergência e reconstrução.** Porém, o corpo técnico nota que grande parte destes custos terão de ser financiados por donativos externos e insta a comunidade internacional a participar.

**34. A criação de espaço orçamental para uma melhor preparação para responder às consequências de catástrofes naturais futuras será crucial.** Por conseguinte, é da maior importância que as autoridades obtenham um significativo alívio da dívida nas conversações em curso com os credores privados no sentido de colocar o rácio da dívida pública/PIB numa trajetória claramente descendente. Também saudamos o compromisso das autoridades para com a consolidação orçamental a médio prazo.

**35. O corpo técnico reconhece o compromisso das autoridades para melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas, incluindo para reduzir as condições propícias à corrupção.** O corpo técnico saúda a preparação em curso, com a assistência técnica do FMI, de um relatório de diagnóstico sobre os desafios em matéria de governação e corrupção nas áreas mais relevantes para a atividade económica. É da máxima importância garantir que os escassos recursos públicos são bem utilizados, incluindo na preparação para as catástrofes naturais. Recomenda-se vivamente a publicação do relatório de diagnóstico assim que estiver finalizado.

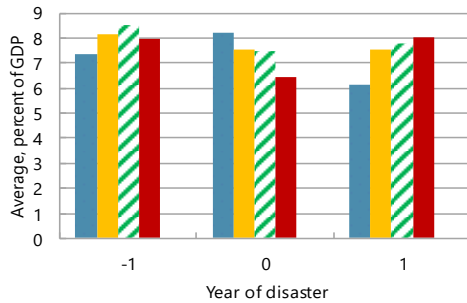
**36. O corpo técnico exorta o banco central, por um lado, a continuar atento aos possíveis efeitos de segunda ordem na inflação decorrentes do choque do lado da oferta causado pelo ciclone e, por outro, a manter a flexibilidade cambial.** Embora a normalização da política monetária possa incluir mais cortes da taxa diretora – porventura intercalados com pausas para avaliar a reação dos mercados e recalibrar a estratégia – será importante prosseguir com cautela. O corpo técnico saúda a intenção das autoridades de manter a flexibilidade cambial, que poderá funcionar como amortecedor de choques externos, e preservar uma cobertura adequada de reservas internacionais. As intervenções no mercado cambial devem ser limitadas a fim de evitar uma volatilidade cambial excessiva e devem ser completamente esterilizadas para que não afetem a liquidez em moeda local.

**37. Neste contexto, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades para um desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido no valor de 85,2 milhões de DSE (37,5% da quota).** O apoio do corpo técnico assenta na gravidade dos danos, nas necessidades urgentes da balança de pagamentos e nas políticas para fazer face a este choque externo, incluindo o compromisso de procurar donativos externos e financiamento altamente concessional para ajuda de emergência e reconstrução. Embora existam riscos negativos tendo em conta a elevada dívida pública do país e a significativa vulnerabilidade a choques exógenos, o historial e o compromisso das autoridades para com a consolidação orçamental ao longo dos últimos anos constituem fatores atenuantes. As autoridades também estão a planear um reforço da capacidade de resistência a eventos meteorológicos adversos futuros através da melhoria das capacidades de resposta a situações de emergência e do incremento da robustez das infraestruturas físicas. Estes esforços são louváveis.

**Figura 1. Moçambique: Impacto dos Riscos Climáticos (1990–2016)**

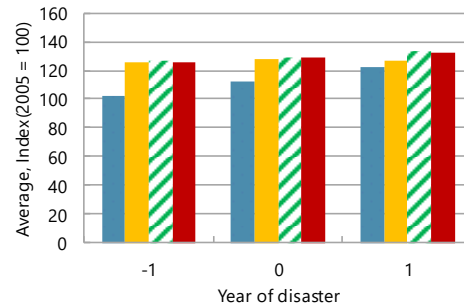
*O crescimento abranda e, depois, recupera...*

**Crescimento do PIB real**



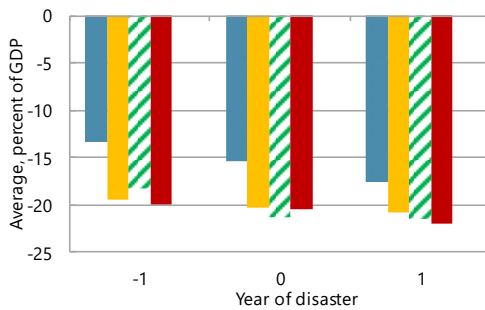
*...enquanto os preços dos produtos alimentares e a vulnerabilidade aumentam.*

**Índice de preços dos produtos alimentares**



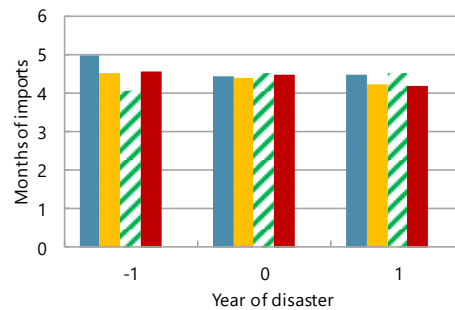
*A balança comercial deteriora-se...*

**Balança comercial**



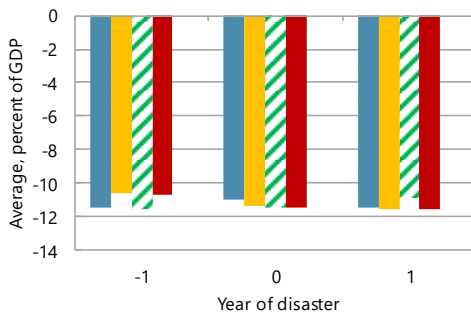
*... e as reservas diminuem.*

**Reservas internacionais**



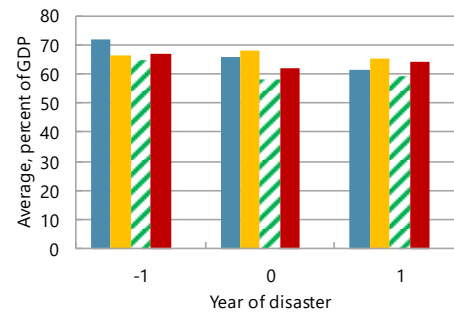
*O impacto no saldo orçamental é diminuto, refletindo ajustamentos de políticas...*

**Saldo orçamental, excl. donativos**



*... com a dívida pouco afetada.*

**Total da dívida do governo**

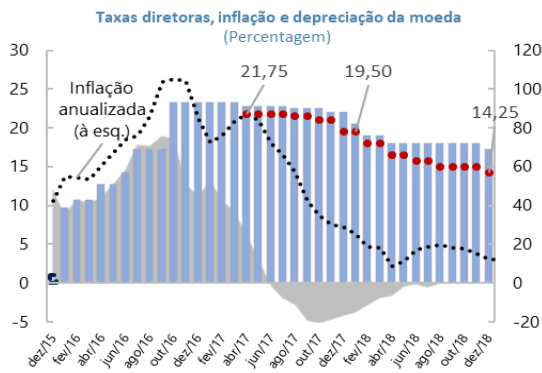


■ Droughts ■ Floods ■ Storms ■ Epidemic

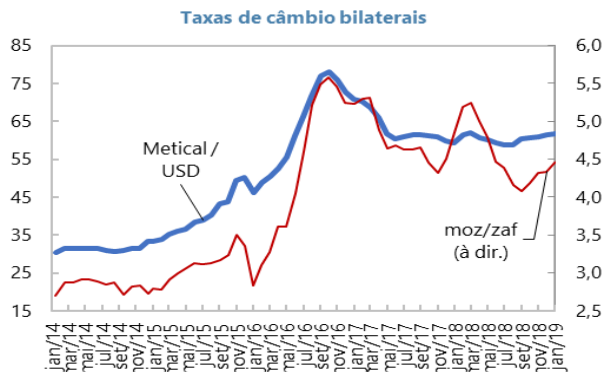
Fontes: Base de dados EM-DAT; WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI. Relatório do FMI n.º 18/66.

**Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária e Financeira**

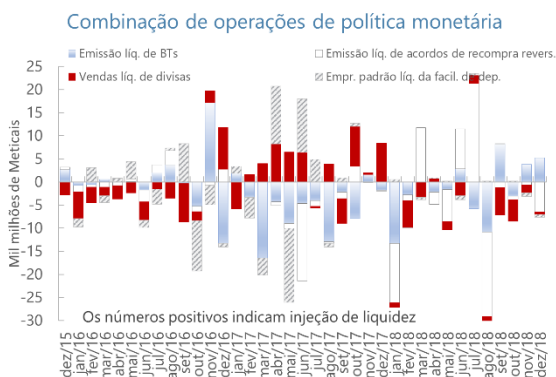
A política monetária iniciou um ciclo cauteloso de flexibilização após a estabilização da inflação abaixo dos 10%...



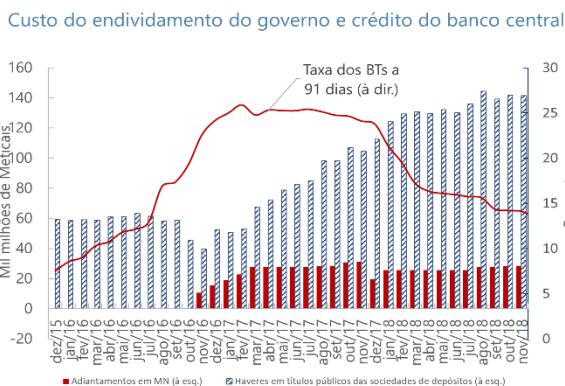
...e o metical tem-se mantido em geral estável face ao dólar.



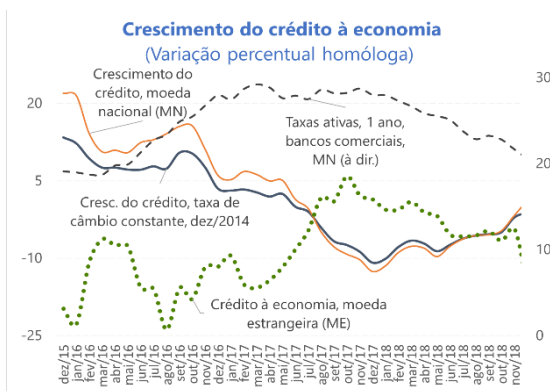
O excesso de liquidez é absorvido pela emissão de bilhetes do Tesouro e por acordos de recompra reversíveis.



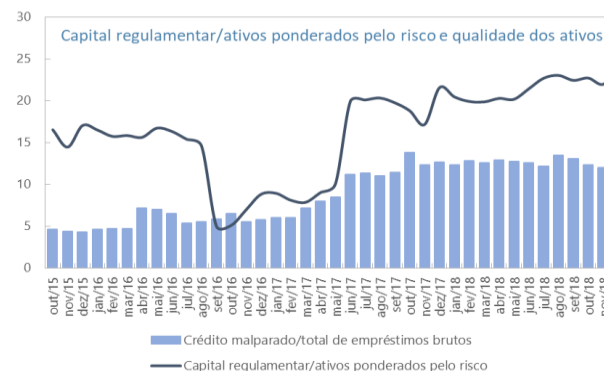
Os custos de endividamento público permanecem elevados embora o recurso ao crédito do banco central tenha diminuído.



O crescimento do crédito começou a recuperar lentamente no último trimestre de 2018 em resposta a custos de empréstimos mais baixos...



O setor bancário mantém-se bem capitalizado, não obstante o stock relativamente elevado de crédito malparado.

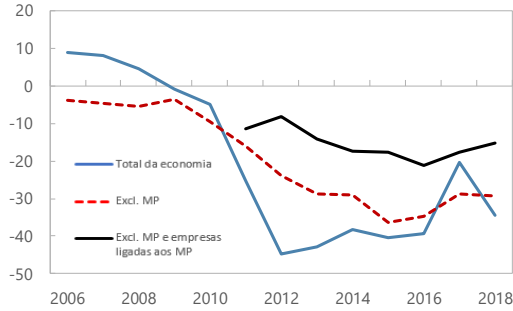


Fontes: Banco de Moçambique.

### Figura 3. Moçambique: Principais Desenvolvimentos do Setor Externo

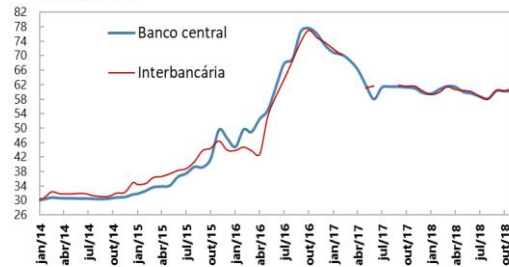
A conta corrente não relacionada com os megaprojetos continuou a diminuir

**Saldo da conta corrente**  
(% do PIB)



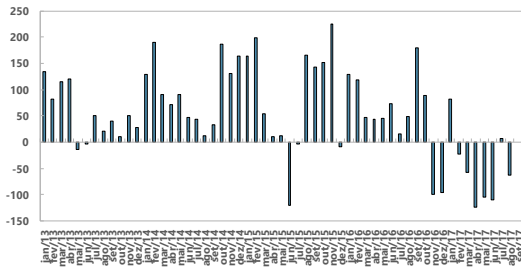
... enquanto a taxa de câmbio estabilizou.

**Taxa de câmbio nominal**  
(Metical/USD)



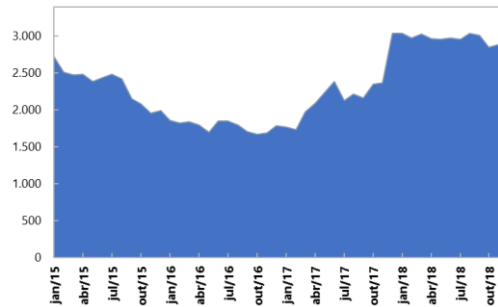
O Banco de Moçambique interveio para moderar a volatilidade cambial...

**Vendas líquidas de divisas pelo banco central**  
(Milhões de USD)



... enquanto as reservas internacionais estabilizaram

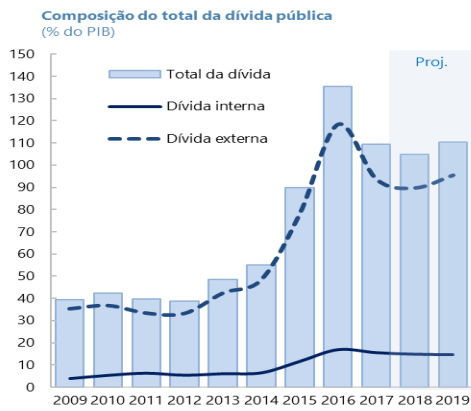
**Reservas internacionais líquidas**  
(Milhões de USD)



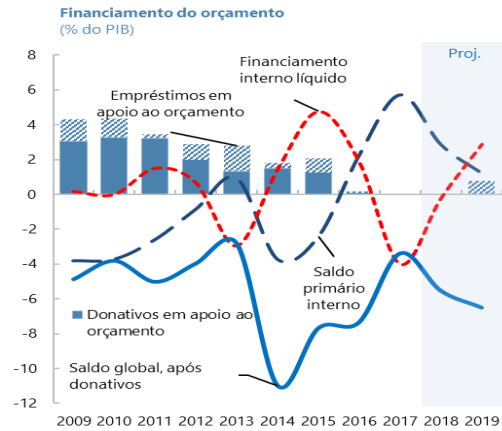
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Figura 4. Moçambique: Evolução Orçamental**

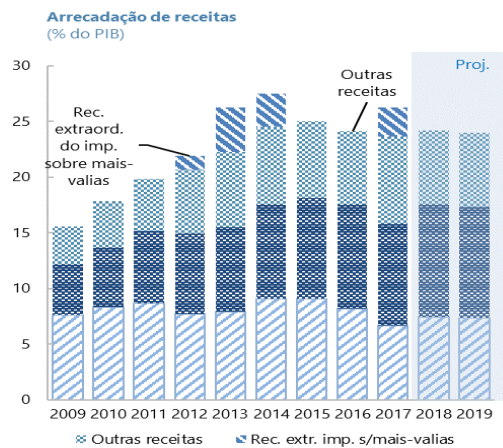
A situação da dívida está a melhorar à medida que...



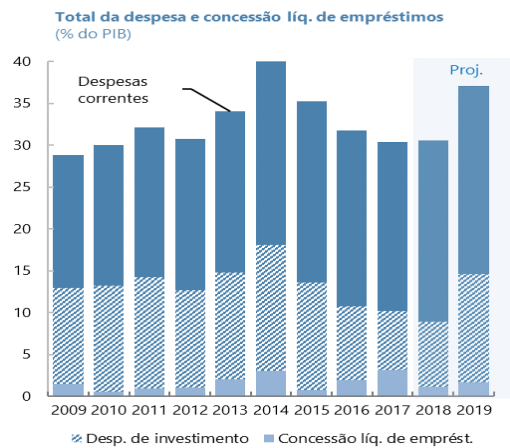
...o esforço orçamental contribui para a redução das pressões de financiamento.



...a arrecadação de receitas recupera



... e as despesas correntes são contidas.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2016–24

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	Est.				Proj.		
<b>Rendimento nacional e preços</b> (Variação percentual, salvo indicação em contrário)									
PIB real	3,8	3,7	3,3	1,8	6,0	4,0	4,0	9,2	11,5
PIB real, excl. mineração	3,3	2,1	2,8	1,2	5,8	3,7	3,9	3,9	4,0
PIB nominal	16,1	17,1	9,0	8,0	14,5	10,6	9,7	15,3	17,6
Deflator do PIB	11,9	12,9	5,5	6,1	8,0	6,3	5,5	5,5	5,5
Preços no consumidor (fim do período)	23,7	5,6	3,5	8,5	6,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Preços no consumidor (média anual)	19,9	15,1	3,9	5,6	7,6	6,0	5,5	5,5	5,5
PIB (mil milhões de meticais)	687	804	876	946	1.084	1.198	1.314	1.515	1.781
PIB (mil milhões de USD)	10,9	12,6	14,4	15,1	16,7	17,9	19,0	21,3	24,2
PIB per capita (USD)	379	426	475	484	522	544	564	615	682
<b>Investimento e poupança</b> (% do PIB)									
Investimento interno bruto	38,1	39,2	48,7	76,8	88,3	87,0	92,9	85,8	75,0
Poupança interna bruta, excl. donativos	-2,3	18,4	17,6	13,6	18,1	22,6	16,8	23,8	35,4
Governo central (percentagem do PIB)									
Total da receita <sup>1</sup>	24,1	26,2	24,2	24,0	25,1	25,8	25,9	26,3	25,2
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	32,2	31,4	31,2	37,0	34,7	32,6	30,6	30,0	26,9
d/q: despesas correntes	21,0	20,2	21,6	22,5	21,7	21,1	20,2	19,4	17,7
Saldo orçamental global, antes dos donativos <sup>2</sup>	-9,4	-5,4	-7,3	-13,1	-9,6	-6,7	-4,7	-3,7	-1,7
Donativos	2,1	2,0	1,8	6,6	4,9	3,0	2,0	1,9	1,8
Saldo orçamental global, após donativos <sup>2</sup>	-7,3	-3,4	-5,5	-6,5	-4,8	-3,7	-2,6	-1,8	0,1
Saldo orçamental primário, após donativos	-4,7	-0,3	-1,9	-2,5	-1,0	-0,5	0,0	0,7	2,0
<b>Dívida do setor público</b> (% do PIB)									
Stock nominal do total da dívida	137,6	110,4	110,5	117,0	111,4	109,0	109,2	102,1	89,8
da qual: externa	112,9	90,4	91,2	97,9	96,3	96,9	98,6	94,5	85,7
Stock nominal do total da dívida, excl. a dívida da ENH	129,3	104,2	103,4	103,8	93,3	87,1	83,1	75,1	65,3
d/q: dívida externa, excl. a dívida da ENH	104,5	84,2	84,2	84,7	78,2	75,0	72,6	67,5	61,2
<b>Moeda e crédito</b> (Variação percentual, salvo indicação em contrário)									
Base monetária	35,2	4,7	21,8	16,3	7,5	7,9	8,3	9,7	9,8
Massa monetária (M3)	10,1	5,1	10,9	7,6	9,6	9,6	9,6	12,3	12,4
Percentagem do PIB	53,4	48,0	48,8	48,7	46,6	46,2	46,2	45,0	43,0
Crédito ao setor privado	12,6	-13,7	-2,6	5,6	9,3	9,5	9,6	9,7	9,7
Percentagem do PIB	38,0	28,1	25,1	24,5	23,4	23,2	23,2	22,1	20,6
Taxa diretora (%) <sup>3</sup>	23,3	19,5	14,3	14,3	...	...	...	...	...
<b>Setor externo</b> (% do PIB, salvo indicação em contrário)									
Saldo da conta corrente	-39,0	-20,0	-30,4	-58,0	-66,7	-62,9	-75,6	-61,6	-39,3
excl. megaprojetos	-34,3	-28,4	-25,7	-27,1	-23,2	-22,5	-22,7	-23,1	-22,1
excl. megaprojetos (MP) e import. indiretas dos MP	-21,1	-17,7	-15,2	-13,1	-11,7	-12,2	-12,3	-13,2	-12,8
Exportações de bens	30,5	37,5	36,1	36,2	34,5	34,3	33,1	36,6	41,4
excl. megaprojetos	8,5	8,5	8,9	8,6	9,3	9,6	10,0	9,8	9,5
Importações de bens	43,4	41,5	42,8	52,8	50,3	47,0	48,6	44,9	39,7
excl. megaprojetos	36,4	35,7	34,0	38,8	33,9	31,6	30,4	29,4	28,3
Investimento direto estrangeiro líquido	28,4	18,2	18,7	18,5	21,2	20,1	23,9	17,1	13,5
Termos de troca (variação percentual)	2,0	2,7	-2,5	0,2	-0,7	-0,3	-0,1	-0,1	-0,1
Reservas internacionais brutas (milhões de USD, fim do período)	1962	3297	3079	2905	2991	3078	3251	3407	3506
Meses das importações do próximo ano não rel. aos megaprojetos	4,2	6,8	5,5	5,1	5,2	5,1	4,9	4,8	4,7
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD, fim do período)	1727	3062	2844	2670	2756	2843	3016	3172	3271
<b>Taxa de câmbio</b>									
Meticais por USD, fim do período	71,4	59,3	61,6	...	...	...	...	...	...
Meticais por USD, média do período	63,1	63,9	60,9	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efetiva real (variação percentual)	-23,9	5,4							

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Líquido de pedidos de restituição de IVA confirmados.

<sup>2</sup> Saldo de caixa modificada, incl. atrasados de pagamentos.

<sup>3</sup> Taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez (2016), taxa MIMO do Banco de Moçambique (2017, última atualização em março de 2018).



**Tabela 2a. Moçambique: Finanças Públicas, 2016–24**  
(Mil milhões de meticaís)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	Est.			Proj.			
Total da receita <sup>1</sup>	165,6	211,1	212,1	226,9	271,5	309,2	340,9	397,8	449,4
Receitas fiscais	138,5	168,0	177,2	189,5	228,5	261,6	288,7	340,5	386,5
Rendimentos e lucros	64,3	94,8	89,0	94,7	111,7	125,1	138,9	152,3	166,9
<i>D/q</i> : Imposto sobre mais-valias	0,0	20,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos sobre bens e serviços <sup>1</sup>	56,4	53,8	65,2	69,5	87,3	103,7	114,0	127,4	142,8
Comércio internacional	12,3	12,0	14,7	17,0	19,9	22,0	23,5	26,2	29,2
Outros	5,5	7,3	8,3	8,3	9,6	10,8	12,4	34,6	47,5
<i>D/q</i> : Receitas do GNL	...	...	...	...	...	...	...	21,0	31,5
Receitas não fiscais	27,1	43,1	34,9	37,4	43,0	47,5	52,2	57,3	62,9
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	221,3	252,4	273,1	350,5	376,0	390,0	402,2	453,8	479,7
Despesas correntes	144,5	162,6	189,4	212,7	235,2	252,6	265,4	293,2	315,5
Remuneração de empregados	78,1	89,3	101,8	110,0	125,4	136,6	145,9	164,0	179,6
<i>Da qual</i> : Seguro Social	3,7	4,2	5,2	5,6	5,8	6,4	7,0	8,1	9,5
Bens e serviços	24,4	26,1	36,0	47,6	47,7	52,7	57,7	63,8	69,8
Juros sobre a dívida pública	18,5	25,0	31,8	37,5	40,9	38,8	34,9	37,4	35,4
Interna	7,7	9,1	17,2	25,0	27,3	24,4	19,5	19,1	14,7
Externos	10,8	15,9	14,6	12,5	13,6	14,4	15,4	18,3	20,8
Subsídios e transferências	23,5	22,3	19,7	17,5	21,2	24,5	26,9	28,0	30,6
Despesas de capital	60,6	56,7	68,6	122,2	119,5	113,9	111,5	134,0	135,6
Com financiamento interno	23,8	27,1	28,7	40,4	41,9	49,9	57,4	64,7	72,5
Com financiamento externo	36,9	29,7	39,9	81,8	77,6	64,0	54,1	69,3	63,1
Concessão líquida de empréstimos <sup>2</sup>	13,5	25,4	10,1	15,6	21,4	23,5	25,3	26,5	28,6
Discrepância estatística	2,7	7,7	5,0	...	...	...	...	...	...
Pagamentos em atraso	9,2	2,3	3,0	...	...	...	...	...	...
Saldo global (base de caixa modificada), antes dos donativos <sup>3</sup>	-64,9	-43,7	-64,0	-123,6	-104,6	-80,8	-61,2	-56,0	-30,3
Donativos recebidos	14,5	16,3	15,4	62,0	52,7	36,3	26,9	28,9	31,4
Apoio a projetos	13,8	16,3	15,4	62,0	52,7	36,3	26,9	28,9	31,4
Apoio ao orçamento	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário (base de caixa modificada), após donativos <sup>3</sup>	-32,0	-2,4	-16,7	-24,0	-10,9	-5,7	0,6	10,3	36,5
Saldo global (base de caixa modificada), após donativos <sup>3</sup>	-50,4	-27,4	-48,6	-61,6	-51,9	-44,5	-34,3	-27,1	1,1
Financiamento	50,4	27,4	48,6	61,6	51,9	44,5	34,3	27,1	-1,1
Financiamento externo líquido	14,6	23,8	19,0	10,9	26,2	27,6	22,6	34,3	29,6
Desembolsos	36,9	38,5	47,7	43,0	46,3	51,2	52,4	67,0	60,3
Projetos	23,0	13,3	24,5	19,8	24,9	27,7	27,1	40,4	31,8
Não relacionados a projetos	13,9	25,1	23,2	23,2	21,4	23,5	25,3	26,5	28,6
Amortização	-22,3	-14,7	-28,7	-32,0	-20,1	-23,6	-29,8	-32,7	-30,7
Financiamento interno líquido	12,8	-32,4	-1,9	27,3	11,6	2,9	6,2	-12,7	-33,7
Financiamento excecional (serviço da dívida externa) <sup>4</sup>	13,8	33,6	28,5	23,3	14,1	14,0	5,5	5,5	3,0
<i>d/q</i> : Pagamentos de juros	3,8	12,2	9,1	3,3	2,1	1,6	1,0	0,8	0,1
Financiamento excecional (pagamentos internos)	9,2	2,3	3,0	...	...	...	...	...	...
Défi ce de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>									
Saldo primário, após donativos (excl. receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias de 2017) <sup>3</sup>	-32,0	-23,3	-16,7	-24,0	-10,9	-5,7	0,6	10,3	36,5
Saldo global, após donativos (excl. receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias de 2017 e pagamentos de juros de mora em negociação) <sup>3</sup>	-46,7	-36,0	-39,5	-58,3	-49,8	-42,9	-33,3	-26,2	1,1

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> IVA apresentado em bases líquidas (cobrança menos restituições solicitadas).

<sup>2</sup> Empréstimos às EP com financiamento externo.

<sup>3</sup> Os saldos em base de caixa modificada incluem um ajustamento relativo aos atrasados de pagamentos.

<sup>4</sup> Financiamento excecional relativo à dívida externa sob renegociação.

**Tabela 2b. Moçambique: Finanças Públicas, 2016–24**  
(Percentagem do PIB)

	2016	2017	2018	2018	2019	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	PN	Prel.	SR			Proj.			
Total da receita <sup>1</sup>	24,1	26,2	24,0	24,2	24,0	24,0	25,1	25,8	25,9	26,3	25,2
Receitas fiscais	20,2	20,9	19,7	20,2	20,1	20,0	21,1	21,8	22,0	22,5	21,7
Impostos sobre rendimentos e lucros	9,4	11,8	9,7	10,2	10,2	10,0	10,3	10,4	10,6	10,1	9,4
<i>D/q</i> : Imposto sobre mais-valias	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos sobre bens e serviços <sup>1</sup>	8,2	6,7	7,2	7,4	7,4	7,3	8,1	8,7	8,7	8,4	8,0
Impostos sobre transações internacionais	1,8	1,5	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,6
Outros impostos	0,8	0,9	1,1	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	2,3	2,7
<i>D/q</i> : Receitas do GNL	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1,4	1,8
Receitas não fiscais	3,9	5,4	4,3	4,0	3,9	4,0	4,0	4,0	4,0	3,8	3,5
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	32,2	31,4	31,3	31,2	31,3	37,0	34,7	32,6	30,6	30,0	26,9
Despesas correntes	21,0	20,2	21,8	21,6	22,0	22,5	21,7	21,1	20,2	19,4	17,7
Remuneração de empregados	11,4	11,1	11,4	11,6	11,6	11,6	11,6	11,4	11,1	10,8	10,1
<i>Da qua l</i> : Seguro Social	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Bens e serviços	3,6	3,2	4,1	4,1	4,6	5,0	4,4	4,4	4,4	4,2	3,9
Juros sobre a dívida pública	2,7	3,1	3,8	3,6	3,9	4,0	3,8	3,2	2,7	2,5	2,0
Interna	1,1	1,1	2,0	2,0	2,6	2,6	2,5	2,0	1,5	1,3	0,8
Externa	1,6	2,0	1,8	1,7	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2
Subsídios e transferências	3,4	2,8	2,5	2,3	1,8	1,9	2,0	2,0	2,0	1,8	1,7
Despesas de capital	8,8	7,1	6,8	7,8	7,7	12,9	11,0	9,5	8,5	8,8	7,6
Com financiamento interno	3,5	3,4	2,8	3,3	3,6	4,3	3,9	4,2	4,4	4,3	4,1
Com financiamento externo	5,4	3,7	4,0	4,6	4,1	8,6	7,2	5,3	4,1	4,6	3,5
Concessão líquida de empréstimos <sup>2</sup>	2,0	3,2	2,7	1,1	1,6	1,7	2,0	2,0	1,9	1,8	1,6
Discrepância estatística	0,4	1,0	...	0,6	...	...	...	...	...	...	...
Pagamentos em atraso	1,3	0,3	...	0,3	...	...	...	...	...	...	...
Saldo global (base de caixa modif.), antes dos donativos <sup>3</sup>	-9,4	-5,4	-7,3	-7,3	-7,3	-13,1	-9,7	-6,7	-4,7	-3,7	-1,7
Donativos recebidos	2,1	2,0	2,0	1,8	2,0	6,6	4,9	3,0	2,0	1,9	1,8
Apoio a projetos	2,0	2,0	2,0	1,8	2,0	6,6	4,9	3,0	2,0	1,9	1,8
Apoio orçamental	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário (base de caixa modificada), após donativos <sup>3</sup>	-4,7	-0,3	-1,5	-1,9	-1,4	-2,5	-1,0	-0,5	0,0	0,7	2,0
Saldo global (base de caixa modificada), após donativos <sup>3</sup>	-7,3	-3,4	-5,3	-5,5	-5,3	-6,5	-4,8	-3,7	-2,6	-1,8	0,1
Financiamento	7,3	3,4	5,3	5,5	5,3	6,5	4,8	3,7	2,6	1,8	-0,1
Financiamento externo líquido	2,1	3,0	1,4	2,2	0,4	1,2	2,4	2,3	1,7	2,3	1,7
Desembolsos	5,4	4,8	4,6	5,4	3,7	4,5	4,3	4,3	4,0	4,4	3,4
Projetos	3,4	1,7	2,0	2,8	2,1	2,1	2,3	2,3	2,1	2,7	1,8
Não relacionados a projetos	2,0	3,1	2,6	2,6	1,6	2,4	2,0	2,0	1,9	1,8	1,6
Amortização	-3,2	-1,8	-3,3	-3,3	-3,3	-3,4	-1,9	-2,0	-2,3	-2,2	-1,7
Financiamento interno líquido	1,9	-4,0	0,7	-0,2	2,5	2,9	1,1	0,2	0,5	-0,8	-1,9
Financiamento excecional (serviço da dívida externa) <sup>4</sup>	2,0	4,2	3,2	3,3	2,4	2,5	1,3	1,2	0,4	0,4	0,2
<i>d/q</i> : Pagamentos de juros	0,6	1,5	1,0	1,0	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
Financiamento excecional (pagamentos internos)	1,3	0,3	...	0,3	...	...	...	...	...	...	...
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>											
Saldo primário após donativos (excl. receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias de 2017) <sup>3</sup>	-4,7	-2,9	-1,5	-1,9	-1,4	-2,5	-1,0	-0,5	0,0	0,7	2,0
Saldo global após donativos (excl. receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias de 2017 e pagamentos de juros de mora em negociação) <sup>3</sup>	-6,8	-4,5	-4,2	-4,5	-4,9	-6,2	-4,6	-3,6	-2,5	-1,7	0,1

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> IVA apresentado em bases líquidas (cobrança menos restituições solicitadas).

<sup>2</sup> Empréstimos às EP com financiamento externo.

<sup>3</sup> Os saldos em base de caixa modificada incluem um ajustamento relativo aos atrasados de pagamentos.

<sup>4</sup> Financiamento excecional relativo ao serviço da dívida externa sob negociação.

**Tabela 3. Moçambique: Síntese Monetária, 2016–20**  
(Mil milhões de meticais, salvo indicação em contrário)

	2016	2017	2018	2019	2020
			Prel.	Proj.	
<b>Banco de Moçambique</b>					
Ativos externos líquidos (Mil milhões de USD)	119,5	175,2	169,4	162,5	173,7
Reservas internacionais líquidas (Mil milhões de USD)	1,6	3,0	2,8	2,5	2,6
Ativos internos líquidos	128,1	183,8	177,2	170,4	181,8
Crédito ao governo (líquido)	1,8	3,1	2,9	2,7	2,8
Crédito aos bancos (líquido)	-19,6	-70,7	-42,1	-14,4	-14,4
Crédito à economia	-13,0	-80,0	-73,7	-46,2	-33,5
Outras rubricas (líquido; ativos +)	3,4	-27,9	-28,0	-37,0	-40,8
	2,4	2,3	2,9	2,9	2,9
	-12,3	34,9	56,7	66,0	57,1
<b>Base monetária</b>					
Moeda em circulação	99,9	104,6	127,3	148,1	159,3
Depósitos bancários no BM	47,6	49,4	53,5	57,7	63,3
Depósitos em MT	52,3	55,1	73,8	90,4	96,0
Depósitos em moeda estrangeira	32,7	38,9	45,8	47,5	51,4
Depósitos em moeda estrangeira	19,6	16,3	28,0	42,9	44,5
<b>Bancos comerciais</b>					
Ativos externos líquidos (Mil milhões de USD)	34,7	16,3	25,9	51,9	62,0
Ativos internos líquidos	0,5	0,3	0,4	0,8	0,9
Reservas bancárias	294,1	331,2	356,8	382,6	413,8
Crédito ao BM (líquido)	67,3	69,3	93,2	122,1	130,3
Crédito ao governo (líquido)	-13,8	27,8	26,1	37,0	40,8
Crédito à economia	54,5	112,3	140,6	161,9	139,7
Outras rubricas (líquido; ativos +)	259,0	223,4	217,0	229,3	250,9
	-72,9	-101,5	-120,1	-167,8	-147,9
<b>Depósitos</b>					
Depósitos à ordem e de poupança	328,8	347,5	382,7	434,5	475,7
Depósitos a prazo	205,2	208,7	235,9	278,4	303,5
Depósitos a prazo	123,7	138,8	146,9	156,1	172,3
<b>Síntese Monetária</b>					
Ativos externos líquidos (Mil milhões de USD)	154,2	191,5	195,3	214,4	235,6
Ativos internos líquidos	2,1	3,2	3,2	3,4	3,6
Crédito interno	212,9	194,3	232,7	246,1	269,1
Crédito ao governo (líquido)	302,8	258,0	286,8	347,8	359,9
Crédito à economia	41,5	32,3	67,0	115,6	106,1
Crédito à economia em moeda estrangeira	261,4	225,7	219,9	232,2	253,8
Outras rubricas (líquido; ativos +)	60,5	49,8	44,6	53,6	59,1
	-89,9	-63,6	-54,1	-101,8	-90,8
<b>Moeda e quase-moeda (M3)</b>					
Depósitos em divisas (Mil milhões de USD)	367,2	385,8	428,1	460,4	504,7
M2	112,0	97,7	106,6	137,3	150,3
Circulação monetária	1,5	1,7	1,7	2,2	2,3
Depósitos em moeda nacional	255,2	288,1	321,5	323,1	354,5
	36,3	36,3	36,7	26,0	29,0
	218,9	251,8	284,8	297,2	325,4
<b>Por memória:</b>					
<b>Variação percentual em 12 meses</b>					
Base monetária	35,2	4,7	21,8	16,3	7,5
Moeda em circulação	21,0	3,9	8,2	7,9	9,7
Reservas bancárias	51,3	5,4	34,0	22,5	6,2
M2	2,4	8,2	8,5	7,9	9,7
Depósitos internos	-0,2	15,0	13,1	10,3	9,5
M3	10,1	5,1	10,9	7,6	9,6
Crédito ao setor privado	12,6	-13,7	-2,6	5,6	9,3
Crédito à economia em moeda nacional	6,1	-12,6	-0,7	2,3	9,1
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	2,6	2,6	2,4	2,2	2,2
Velocidade (PIB/M2)	2,7	2,9	2,9	2,9	3,1
PIB nominal	687	804	876	946	1.084
Crescimento do PIB nominal	16,1	17,1	9,0	8,0	14,5
Taxa da FPC (fim do período) <sup>1</sup>	23,25	19,50	14,25	14,25	...
Taxa dos BTs a 364 dias <sup>2</sup>	24,15	23,75	13,17	13,00	...

Fontes: Banco de Moçambique e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez (2016), taxa MIMO do Banco de Moçambique (2017, última atualiz. fim de fev. de 2018).

<sup>2</sup> Última atualização no fim de fevereiro de 2019.

**Tabela 4a. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2016–24**  
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	Est.			Proj.			
<b>Saldo da conta corrente</b>	-4.247	-2.512	-4.371	-8.748	-11.142	-11.245	-14.380	-13.116	-9.526
<i>Balança comercial de bens</i>	-1.405	-498	-973	-2.507	-2.631	-2.254	-2.951	-1.781	410
<i>d/q: Megaprojetos</i>	1.633	2.925	2.637	2.042	1.474	1.673	941	2.402	4.983
Exportações, FOB	3.328	4.725	5.196	5.465	5.763	6.141	6.294	7.781	10.039
Megaprojetos	2.405	3.657	3.913	4.163	4.203	4.420	4.398	5.700	7.749
Outros	924	1.068	1.282	1.301	1.560	1.721	1.895	2.081	2.291
Importações, FOB	4.733	5.223	6.169	7.971	8.394	8.395	9.245	9.562	9.630
Megaprojetos	771	733	1.277	2.121	2.729	2.747	3.457	3.298	2.766
Outros	3.962	4.490	4.892	5.850	5.665	5.648	5.788	6.264	6.864
<i>Serviços (líquido)</i>	-2.701	-2.324	-3.431	-6.504	-8.468	-8.649	-10.976	-10.804	-9.419
Megaprojetos	-2.086	-1.828	-3.287	-5.901	-7.882	-7.921	-10.053	-9.605	-8.178
Outros	-615	-496	-145	-278	-288	-317	-467	-644	-673
<i>Rendimento primário (líquido)</i>	-377	-325	-303	-749	-867	-869	-808	-879	-868
<i>D/q: Juros sobre a dívida pública (líquido)<sup>1</sup></i>	-201	-277	-312	-285	-297	-304	-314	-390	-467
<i>D/q: Megaprojetos (menos juros e dividendos)</i>	-18	0	0	-433	-512	-510	-491	-503	-516
<i>Rendimento secundário (líquido)</i>	236	634	336	1.012	824	527	354	349	351
<i>D/q: Donativos externos</i>	156	116	108	781	585	280	100	86	80
<b>Conta de capital</b>	178	253	263	375	372	369	367	358	609
<b>Conta financeira</b>	3.274	3.538	3.644	7.827	10.638	10.754	14.106	12.836	8.976
Investimento direto estrangeiro líquido	3.093	2.293	2.692	2.796	3.532	3.585	4.543	3.638	3.279
Megaprojetos	1.288	886	2.013	1.880	2.635	2.660	3.590	2.654	2.262
Outros	1.806	1.407	679	915	897	925	953	984	1.017
Empréstimos (líquidos) do governo central	160	430	47	173	230	302	322	420	341
Desembolsos	514	672	430	512	614	729	759	941	821
Reembolsos <sup>2</sup>	354	242	383	339	384	426	437	521	480
Empréstimos (líq.) do setor privado não financeiro	-8	165	1.425	4.109	6.144	6.505	8.719	7.274	4.675
Megaprojetos	-36	0	0	3.946	5.976	6.330	8.539	7.080	4.466
Outros	28	165	1.425	163	169	174	180	194	209
Outros fluxos financeiros (líq.) <sup>3</sup>	29	650	-520	749	731	362	522	1.504	681
<b>Erros e omissões líquidos</b>	-3,6	-578	-262	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo global</b>	-799	701	-726	-546	-132	-122	93	78	59
<b>Financiamento</b>	799	-701	726	546	132	122	-93	-78	-59
Ativos de reserva (- = aumento)	534	-1.296	290	99	-58	-61	-147	-130	-87
Uso líquido do crédito	-33	-32	-32	75	-28	-26	-26	-26	0
D/q: Desembolsos do FMI (+)	0	0	0	120	0	0	0	0	0
D/q: Reembolsos ao FMI (-)	-33	-32	-32	-45	-28	-26	-26	-26	-12
Financiamento excepcional	298	626	468	372	218	209	80	78	40
<i>Por memória:</i>									
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-39,0	-20,0	-30,4	-58,0	-66,7	-62,9	-75,6	-61,6	-39,3
excl. megaprojetos (% do PIB)	-34,3	-28,4	-25,7	-27,1	-23,2	-22,5	-22,7	-23,1	-22,1
excl. megaprojetos (MP) e import. indiretas dos MP (% do PIB) <sup>4</sup>	-21,1	-17,7	-15,2	-13,1	-11,7	-12,2	-12,3	-13,2	-12,8
Ativos externos líquidos	1.646	2.969	2.756	3.413	4.052	4.489	4.588	4.621	4.522
Reservas internacionais líquidas <sup>5</sup>	1.727	3.062	2.844	2.670	2.756	2.843	3.016	3.172	3.271
Reservas internacionais brutas	1.962	3.297	3.079	2.905	2.991	3.078	3.251	3.407	3.506
Meses de importações de bens e serviços do próximo ano	2,9	3,8	2,4	2,0	2,0	1,7	1,8	2,0	2,1
Meses de import. de bens e serviços do próximo ano, excl. MP	4,2	6,8	5,5	5,1	5,2	5,1	4,9	4,8	4,7
Porcentagem da massa monetária (M2)	54,9	67,8	59,0	57,4	53,4	51,2	50,8	48,7	46,0

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui pagamentos de juros em nome da Ematum e empréstimos antes não divulgados.

<sup>2</sup> Inclui o reembolso de empréstimos antes não divulgados.

<sup>3</sup> Outros fluxos da conta financeira incluem investimento de carteira líquido; derivados financeiros líquidos; moeda e depósitos líquidos; seguros, pensões e planos padronizados de garantias (líquidos); créditos e adiantamentos comerciais líquidos; outras contas a receber/a pagar líquidas; outras ações líquidas e direitos de saque especiais líquidos.

<sup>4</sup> Importações por empresas nacionais para fornecimento aos megaprojetos (estimativa).

<sup>5</sup> As RIL incluem os depósitos obrigatórios em USD de bancos comerciais no Banco de Moçambique. Não incluem nenhum desembolso do FMI ou depósitos de reservas obrigatórias em divisas por bancos residentes.

**Tabela 4b. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2016–24**  
(Porcentagem do PIB)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	Est.			Proj.			
<b>Saldo da conta corrente</b>	-39,0	-20,0	-30,4	-58,0	-66,7	-62,9	-75,6	-61,6	-39,3
<i>Balança comercial de bens</i>	-12,9	-4,0	-6,8	-16,6	-15,8	-12,6	-15,5	-8,4	1,7
<i>d/q: Megaprojetos</i>	15,0	23,2	18,3	13,5	8,8	9,4	4,9	11,3	20,6
Exportações, FOB	30,5	37,5	36,1	36,2	34,5	34,3	33,1	36,6	41,4
Megaprojetos	22,1	29,1	27,2	27,6	25,2	24,7	23,1	26,8	32,0
Outros	8,5	8,5	8,9	8,6	9,3	9,6	10,0	9,8	9,5
Importações, FOB	43,4	41,5	42,8	52,8	50,3	47,0	48,6	44,9	39,7
Megaprojetos	7,1	5,8	8,9	14,1	16,3	15,4	18,2	15,5	11,4
Outros	36,4	35,7	34,0	38,8	33,9	31,6	30,4	29,4	28,3
<i>Serviços (líquido)</i>	-24,8	-18,5	-23,8	-43,1	-50,7	-48,4	-57,7	-50,8	-38,9
Megaprojetos	-19,1	-14,5	-22,8	-39,1	-47,2	-44,3	-52,8	-45,1	-33,8
Outros	-5,6	-3,9	-1,0	-1,8	-1,7	-1,8	-2,5	-3,0	-2,8
<i>Rendimento primário (líquido)</i>	-3,5	-2,6	-2,1	-5,0	-5,2	-4,9	-4,2	-4,1	-3,6
<i>D/q: Juros sobre a dívida pública (líquido) <sup>1</sup></i>	-1,8	-2,2	-2,2	-1,9	-1,8	-1,7	-1,6	-1,8	-1,9
<i>D/q: Megaprojetos (menos juros e dividendos)</i>	-0,2	0,0	0,0	-2,9	-3,1	-2,9	-2,6	-2,4	-2,1
<i>Rendimento secundário (líquido)</i>	2,2	5,0	2,3	6,7	4,9	2,9	1,9	1,6	1,5
<i>D/q: Donativos externos</i>	1,4	0,9	0,8	5,2	3,5	1,6	0,5	0,4	0,3
<b>Conta de capital</b>	1,6	2,0	1,8	2,5	2,2	2,1	1,9	1,7	2,5
<b>Conta financeira</b>	30,0	28,1	25,3	51,9	63,7	60,1	74,1	60,3	37,0
Investimento direto estrangeiro líquido	28,4	18,2	18,7	18,5	21,2	20,1	23,9	17,1	13,5
Megaprojetos	11,8	7,0	14,0	12,5	15,8	14,9	18,9	12,5	9,3
Outros	16,6	11,2	4,7	6,1	5,4	5,2	5,0	4,6	4,2
Empréstimos (líquidos) do governo central	1,5	3,4	0,3	1,1	1,4	1,7	1,7	2,0	1,4
Desembolsos	4,7	5,3	3,0	3,4	3,7	4,1	4,0	4,4	3,4
Reembolsos <sup>2</sup>	3,2	1,9	2,7	2,2	2,3	2,4	2,3	2,4	2,0
Empréstimos (líq.) do setor privado não financeiro	-0,1	1,3	9,9	27,2	36,8	36,4	45,8	34,2	19,3
Megaprojetos	-0,3	0,0	0,0	26,1	35,8	35,4	44,9	33,3	18,4
Outros	0,3	1,3	9,9	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Outros fluxos financeiros (líq.) <sup>3</sup>	0,3	5,2	-3,6	5,0	4,4	2,0	2,7	7,1	2,8
<b>Erros e omissões líquidos</b>	0,0	-4,6	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo global</b>	-7,3	5,6	-5,0	-3,6	-0,8	-0,7	0,5	0,4	0,2
<b>Financiamento</b>	7,3	-5,6	5,0	3,6	0,8	0,7	-0,5	-0,4	-0,2
Ativos de reserva (- = aumento)	4,9	-10,3	2,0	0,7	-0,3	-0,3	-0,8	-0,6	-0,4
Uso líquido do crédito	-0,3	-0,3	-0,2	0,5	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,0
<i>D/q: Desembolsos do FMI (+)</i>	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>D/q: Reembolsos ao FMI (-)</i>	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,0
Financiamento excepcional	2,7	5,0	3,3	2,5	1,3	1,2	0,4	0,4	0,2

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui pagamentos de juros em nome da Ematum e empréstimos antes não divulgados.

<sup>2</sup> Inclui o reembolso de empréstimos antes não divulgados.

<sup>3</sup> Outros fluxos da conta financeira incluem investimento de carteira líquido; derivados financeiros líquidos; moeda e depósitos líquidos; seguros, pensões e planos padronizados de garantias (líquidos); créditos e adiantamentos comerciais líquidos; outras contas a receber/a pagar líquidas; outras ações líquidas e direitos de saque especiais líquidos.

**Tabela 5. Moçambique: Indicadores de Solidez Financeira do Setor Bancários, 2016–18<sup>1</sup>**  
(Em percentagem, salvo indicação em contrário)

	2016	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18
<b>Adequação dos fundos próprios</b>													
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	8,8	7,8	19,9	19,7	21,5	19,8	21,4	22,7	23,0	22,4	22,7	21,9	23,8
Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risco	14,2	12,8	19,4	19,0	20,8	19,2	20,3	21,9	22,1	21,7	21,9	21,4	22,6
Capital (património líquido)/ativos	5,2	4,4	10,7	10,6	10,1	9,1	10,4	11,2	11,1	11,0	11,3	11,1	11,4
Capital Tier 1/total do ativo	8,5	7,3	10,4	10,2	9,8	8,8	9,9	10,9	10,7	10,7	10,9	10,8	10,8
<b>Qualidade dos ativos</b>													
Crédito malparado/empréstimos brutos <sup>1</sup>	5,7	7,1	11,2	11,4	12,6	12,6	12,6	12,2	13,4	13,0	12,3	12,0	11,1
Provisões totais/crédito malparado	99,3	108,3	71,1	68,9	87,4	95,0	93,8	92,3	93,4	95,3	94,0	95,1	95,7
Crédito malparado, menos provisões/capital total	13,3	21,0	21,3	24,0	10,3	7,1	6,1	7,6	5,6	5,2	4,7	4,6	3,5
Crédito malparado, menos provisões/capital e reservas	5,2	6,9	14,3	16,0	5,8	3,7	3,4	4,7	3,4	3,1	2,9	2,8	2,1
Provisões específicas/crédito malparado	78,8	75,7	61,8	58,6	83,6	88,9	89,3	85,8	89,8	90,5	90,9	91,0	92,2
<b>Lucros e rentabilidade</b>													
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	9,9	31,9	41,5	36,8	32,0	41,5	33,7	33,1	30,7	30,7	30,0	30,0	29,8
Rendibilidade dos ativos (ROA)	0,7	2,0	2,4	2,5	2,6	3,8	3,3	3,3	3,0	3,0	3,0	3,1	3,1
Margem financeira/rendimentos brutos	65,0	77,9	73,9	71,8	71,2	72,5	71,6	71,8	71,9	71,9	71,7	71,5	71,6
Despesas não financeiras/rendimentos brutos	67,8	67,0	59,9	58,2	56,4	54,9	57,2	57,3	58,2	58,5	58,4	58,6	58,0
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	43,4	44,0	45,0	46,1	45,9	44,8	45,5	46,1	46,1	46,2	46,5	46,5	46,4
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	16,6	6,7	9,5	11,3	10,9	11,2	10,6	10,4	10,6	11,0	11,0	11,3	11,1
Tarifas e comissões/total dos rendimentos	20,0	16,4	15,6	16,0	15,8	15,6	16,9	17,3	17,7	17,8	18,3	18,4	18,5
<b>Liquidez</b>													
Ativos líquidos (subjacente)/total do ativo	20,7	20,8	21,4	11,5	12,8	13,2	11,8	11,1	11,8	11,5	10,9	10,8	13,9
Ativos líquidos (indicador amplo)/total do ativo	31,3	34,6	38,3	33,2	37,0	37,8	37,2	37,3	38,2	37,3	36,9	36,4	39,3
Ativos líquidos (subjacente)/depósitos totais	29,6	29,1	30,3	16,5	18,4	19,6	17,4	16,3	17,3	16,8	16,0	15,9	20,2
Ativos líquidos (subjacente)/depósitos à ordem	46,4	46,8	50,0	27,9	29,6	32,8	29,2	27,1	29,2	28,4	26,8	26,9	32,9
Ativos líquidos (subjacentes)/passivo de curto prazo	28,9	28,5	29,7	16,0	17,8	18,9	16,8	16,0	17,0	16,5	15,7	15,6	19,9
Ativos líquidos (indicador amplo)/passivo de curto prazo	43,8	47,4	53,2	46,2	51,3	54,1	53,0	53,8	54,7	53,5	52,9	52,4	56,2
Depósitos de clientes/empréstimos totais (excl. interbancários)	124,2	135,8	138,5	142,9	154,6	157,9	158,1	159,8	161,2	158,4	158,9	154,9	168,6
<b>Sensibilidade ao risco de mercado</b>													
Empréstimos em divisas/depósitos em divisas <sup>2</sup>	71,6	70,0	73,7	70,5	69,0	63,6	61,9	72,1	60,8	60,3	66,6	67,9	64,2
Empréstimos em divisas/empréstimos totais	29,4	29,4	27,1	26,5	26,1	27,6	25,4	27,6	26,0	25,2	26,8	26,2	25,5
Passivo em divisas/total do passivo	28,8	27,4	24,6	25,5	25,0	26,4	25,5	24,9	25,3	25,4	25,1	24,6	24,5

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

<sup>1</sup> Setor bancário refere-se a sociedades de depósitos.

<sup>2</sup> Inclui os depósitos nas instituições-mãe.

**Tabela 6. Moçambique: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016–24**  
(Em percentagem, salvo indicação em contrário)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
			Prel.			Proj.			
<b>Necessidades de financiamento</b>	<b>5.079</b>	<b>3.132</b>	<b>5.094</b>	<b>10.193</b>	<b>12.493</b>	<b>12.340</b>	<b>15.327</b>	<b>14.145</b>	<b>10.497</b>
Défice da conta corrente excl. donativos	4.403	2.628	4.480	9.528	11.727	11.525	14.480	13.202	9.606
<i>D/q: pagamentos de juros do setor público 1/</i>	201	277	312	285	297	304	314	428	467
Amortização de empréstimos do setor público	354	242	383	339	384	426	437	521	480
<i>D/q: Amortização de obrigações da EMATUM</i>	77	0	0	0	0	0	0	727	0
Amortização de empréstimos do setor privado não financeiro	290	230	199	280	354	363	384	397	411
Juros e amortizações dos atuais empréstimos do FMI	33	32	32	45	28	26	26	26	0
<b>Fontes de financiamento</b>	<b>4.740</b>	<b>2.490</b>	<b>4.517</b>	<b>8.920</b>	<b>11.690</b>	<b>11.851</b>	<b>15.147</b>	<b>13.982</b>	<b>10.376</b>
Conta de capital	178	253	263	375	372	369	367	358	609
Investimento direto estrangeiro líquido	3.093	2.293	2.692	2.796	3.532	3.585	4.543	3.638	3.279
Desembolsos de empréstimos do setor público	554	693	430	512	614	729	759	941	821
Donativos do setor público	156	116	108	781	585	280	100	86	80
Desembolsos de empréstimos do setor privado não financeiro	313	261	1.652	4.279	6.384	6.749	8.981	7.545	4.956
Outros fluxos de capitais (líquido)	-88	169	-919	79	260	200	543	1.543	731
Variação das reservas (+ redução)	534	-1.296	290	99	-58	-61	-147	-130	-99
<b>Défice de financiamento</b>	<b>339</b>	<b>642</b>	<b>576</b>	<b>1.272</b>	<b>803</b>	<b>489</b>	<b>180</b>	<b>164</b>	<b>120</b>
Financiamento excepcional	184	526	468	372	218	209	80	78	40
Donativos do setor público	156	116	108	781	585	280	100	86	80
Financiamento do FMI (desembolsos da RCF)	0	0	0	120	0	0	0	0	0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui pagamentos sobre obrigações da EMATUM mas exclui juros sobre empréstimos do FMI.

**Tabela 7. Moçambique: Indicadores da Capacidade para Reembolsar o FMI<sup>1</sup>**

(Em percentagem, salvo indicação em contrário)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente</b> (Em milhões de DSE)											
Capital	23,670	20,350	18,930	18,930	18,930	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Encargos e juros	0,880	1,150	1,280	1,230	1,180	1,150	1,150	1,150	1,150	1,150	1,150
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial<sup>1</sup></b> (Em milhões de DSE)											
Capital	23,670	20,350	18,930	18,930	18,930	8,520	17,040	17,040	17,040	17,040	8,520
Encargos e juros	0,860	1,150	1,280	1,230	1,180	1,150	1,150	1,150	1,150	1,150	1,150
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial</b> Em milhões de USD	34,275	30,259	28,614	28,729	28,820	13,952	26,245	26,245	26,245	26,245	13,952
Em percentagem das reservas internacionais brutas	1,180	1,012	0,930	0,884	0,846	0,398	0,441	0,304	0,528	0,503	0,255
Em percentagem das exportações de bens e serviços	0,560	0,454	0,405	0,396	0,329	0,126	0,148	0,136	0,107	0,104	0,054
Em percentagem do PIB	0,227	0,181	0,160	0,151	0,135	0,058	0,084	0,078	0,067	0,064	0,032
Em percentagem da quota	10,797	9,463	8,895	8,873	8,851	4,256	8,006	8,006	8,006	8,006	4,256
<b>Saldo em dívida com o FMI com base nos saques atuais (fim do período)</b> Em milhões de DSE	77,150	56,800	37,870	18,930	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Em percentagem da quota	33,960	25,000	16,670	8,330	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<b>Saldo em dívida com o FMI com base nos saques atuais e potenciais (fim do período)</b> Em milhões de DSE	162,350	142,000	123,070	104,130	85,200	76,680	59,640	42,600	25,560	8,520	0,000
Em milhões de USD	100,184	88,195	76,934	65,474	53,907	48,843	37,989	27,135	16,281	5,427	0,000
Em percentagem das reservas internacionais brutas	3,449	2,949	2,499	2,014	1,582	1,393	0,638	0,314	0,328	0,104	0,000
Em percentagem das exportações de bens e serviços	1,638	1,324	1,089	0,904	0,615	0,442	0,214	0,141	0,067	0,022	0,000
Em percentagem do PIB	0,664	0,528	0,430	0,344	0,253	0,202	0,121	0,080	0,041	0,013	0,000
Em percentagem da quota	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200
<i>Por memória:</i>											
PIB nominal (mil milhões de USD)	15,093	16,695	17,879	19,032	21,277	24,228	31,350	33,789	39,416	41,313	43,251
Exportações de bens e serviço (mil milhões de USD)	6,115	6,660	7,065	7,247	8,764	11,056	17,746	19,309	24,419	25,172	25,965
Reservas internacionais brutas (mil milhões de USD)	2,905	2,991	3,078	3,251	3,407	3,506	5,952	8,628	4,970	5,220	5,479
Quota (milhões de DSE)	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200	227,200

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Presume o acesso de 37,5% da quota em abril de 2019 na forma de um único desembolso.





Tabela 8. Moçambique: Matriz de Avaliação de Riscos (conclusão)

Fonte de risco	Probabilidade relativa	Horizonte Temporal	Impacto em Moçambique	Resposta de Políticas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos riscos orçamentais, que inclui as empresas públicas deficitárias e os pagamentos em atraso de despesas do governo</li> </ul>	Alta	CP, MP	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar um pacote equilibrado de políticas e reformas para abordar os riscos orçamentais, incluindo a adoção de um quadro orçamental de médio prazo adequado, o reforço da gestão de tesouraria e dos controlos de compromissos para evitar a acumulação de novos atrasados, e a reestruturação das empresas públicas em dificuldades financeiras.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recorrência das pressões sobre a banca, incluindo a deterioração da qualidade dos ativos e défices de liquidez devido ao baixo crescimento prolongado e às taxas de juro reais elevadas</li> </ul>	Média/Baixa	MP	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicar reformas financeiras, incluindo a resolução bancária, o fortalecimento do sistema de garantia de depósitos e de regulação e supervisão bancárias.</li> <li>Melhorar a independência operacional das autoridades monetárias.</li> <li>Realizar avaliações da qualidade dos ativos, com o devido ajuste do provisionamento. Intensificar as supervisões baseadas em riscos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Potenciais complicações na resolução das questões da dívida</li> </ul>	Média/Alta	CP	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior reequilíbrio do conjunto de políticas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso na implementação de megaprojetos</li> </ul>	Média	MP	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reformas estruturais de apoio à diversificação económica e ao crescimento inclusivo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Acontecimentos climáticos extremos</li> </ul>	Alta/Média	CP, MP	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colmatar lacunas nas infraestruturas e disparidades regionais de rendimento/desenvolvimento, instituindo redes apropriadas de segurança social.</li> </ul>

1 A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra acontecimentos que podem alterar de forma relevante a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na opinião do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa constitui a avaliação subjetiva do corpo técnico dos riscos previstos no cenário de base (“baixo” significa uma probabilidade inferior a 10%, “médio” uma probabilidade entre 10% e 30% e “alto” uma probabilidade entre 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível global de preocupação no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se em conjunto. “Curto prazo (CP)” e “médio prazo (MP)” significam que o risco se pode materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.

## Anexo I. Carta de Intenções

Maputo, Moçambique  
10 de abril de 2019

Sra. Christine Lagarde  
Diretora-Geral  
Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431

Senhora Diretora-Geral,

1. A 15 de março de 2019, o ciclone tropical Idai varreu a região central de Moçambique perto da cidade da Beira – a segunda maior cidade do país – provocando um considerável número de mortes, feridos e deslocados. O ciclone resultou na destruição em larga escala de infraestruturas físicas, incluindo a maioria das casas, hospitais e escolas. O número de mortes provocadas por esta trágica catástrofe pode ser superior a 1000. As necessidades humanitárias são prementes e os riscos de surtos de doenças e violência são elevados. Calcula-se que as inundações destruíram 800 mil hectares de culturas, incluindo para consumo local e exportação. O porto da Beira – uma importante plataforma comercial não apenas para Moçambique mas também para o Malawi e o Zimbabué – não está em funcionamento. Os setores dos transportes, comunicações, energia e comércio sofreram graves perturbações.
2. O Plano de Resposta Humanitária das Nações Unidas e os seus parceiros humanitários calculam que serão necessários USD 300 milhões para salvar vidas e satisfazer as necessidades imediatas decorrentes do devastador impacto do ciclone Idai. Tendo em conta a escala sem precedentes dos danos, as nossas estimativas preliminares sugerem que os custos de reconstrução poderão atingir USD 1,2 mil milhões, fazendo o custo total subir para USD 1,5 mil milhões, ou seja, cerca de 10% do PIB. Prevemos que serão gastos USD 800 milhões em 2019, USD 500 milhões em 2020 e USD 200 milhões em 2021.
3. As nossas projeções preliminares indicam que o crescimento do PIB real em 2019 poderá abrandar para 1,8% a 2,8% – uma descida face aos 3,8% projetados para 2019 antes do ciclone – devido principalmente a perdas significativas na produção agrícola e às perturbações causadas nos setores dos transportes, comunicações e serviços. Dado o choque adverso sobre a oferta de produtos alimentares na Beira e nos distritos vizinhos, calcula-se que a inflação suba para 8,5% em 2019 – um aumento face aos 5,5% projetados antes do ciclone.
4. A nossa situação orçamental mudou e exige a reafetação dos recursos orçamentais para despesas críticas nos trabalhos de limpeza, progressos rápidos nos esforços de reconstrução e maior nível de assistência social aos mais vulneráveis, incluindo alimentos, abrigo e reinstalação dos desalojados. Prevê-se que o défice orçamental primário após donativos suba para 2,5% do

PIB em 2019, um ponto percentual acima das previsões anteriores. Contudo, a maior parte da despesa para efeitos de ajuda de emergência e reconstrução terá de ser financiada por donativos externos dos nossos parceiros de desenvolvimento.

5. A este respeito, lançámos um apelo global inicial de ajuda de USD 282 milhões. As Nações Unidas e os seus parceiros humanitários, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Europeia, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Índia, a China, o Brasil e outros parceiros bilaterais e multilaterais têm respondido rapidamente tendo-se comprometido a contribuir com apoio em espécie e financeiro. Contudo, será necessário mais apoio devido ao aparecimento de significativos défices de financiamento externo e orçamental.

6. Neste contexto e face às necessidades urgentes da balança de pagamentos decorrentes do ciclone tropical Idai, o Governo da República de Moçambique solicita financiamento de emergência ao FMI ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF) num montante de DSE 85,2 milhões, equivalente a 37,5% da quota. Conjuntamente com o apoio dos doadores referido anteriormente, este desembolso ajudará a colmatar a lacuna na balança de pagamentos em 2019. Além disso, estamos confiantes que o envolvimento do FMI no esforço internacional para ajudar Moçambique a lidar com as consequências do ciclone desempenhará um papel de catalisador na obtenção dos necessários donativos externos dos parceiros de desenvolvimento de Moçambique.

7. Apesar de contemplarmos um aumento na despesa pública para levar a cabo a resposta de emergência e a reconstrução, estamos cientes da necessidade premente de conter os desequilíbrios orçamentais que podem comprometer a estabilidade macroeconómica e o crescimento inclusivo. Mais especificamente, para ajudar a garantir que o rácio dívida pública/PIB se mantém em níveis sustentáveis e numa trajetória claramente descendente, estamos empenhados em eliminar o défice orçamental primário após donativos até 2022 mediante uma combinação de medidas de aumento da receita (por exemplo, a eliminação das isenções de IVA exceto para os bens essenciais) e da racionalização da despesa (por exemplo, revisão e reforma das políticas salariais e de contratação no setor público). Além disso, comprometemo-nos a prosseguir as reformas em curso da administração fiscal para impulsionar a arrecadação de receita mediante: a melhoria do registo dos contribuintes e dos sistemas eletrónicos de informação; o aumento do cumprimento fiscal por parte dos grandes contribuintes com análises de risco adequadas; e o reforço da gestão da tributação sobre a indústria extrativa.

8. Continuamos focados em trazer a dívida pública para um risco moderado ao longo do tempo. Além da consolidação orçamental a médio prazo atrás descrita, estamos empenhados em reforçar as nossas capacidades de gestão da dívida a fim de assegurar, entre outras coisas, uma fiscalização efetiva de toda a carteira de dívida pública, incluindo as empresas públicas. Estamos igualmente a registar progressos com vista à obtenção de um alívio da dívida significativo junto dos nossos credores privados internacionais. Foi obtido um acordo de princípio com um grupo de detentores de Eurobonds no passado mês de novembro com vista ao alívio do serviço da

dívida nos próximos cinco anos (antes do início previsto da produção e exportação dos megaprojetos de GNL). O Procurador-Geral de Moçambique intentou um processo judicial no Reino Unido para anular a garantia do governo obtida de forma criminosa no empréstimo contraído pela Proindicus (uma empresa pública) junto do Credit Suisse. As conversações com o VTB sobre a reestruturação da dívida relativa ao empréstimo contraído pela MAM (outra empresa pública) com garantia estatal estão quase finalizadas e irão providenciar um alívio da dívida significativo, ao mesmo tempo que protegem os interesses de Moçambique, caso surjam questões jurídicas relacionadas com a garantia do Estado.

9. Apesar do nosso compromisso para com a consolidação orçamental, a proteção das pessoas mais vulneráveis na nossa sociedade é uma prioridade máxima. O Governo continuará a aumentar a cobertura dos benefícios sociais para alcançar os segmentos mais vulneráveis da sociedade, em especial em zonas propensas a catástrofes naturais, e a contratar novos professores para satisfazer a procura resultante do rápido crescimento do número de alunos matriculados no ensino primário. No futuro, as dotações orçamentais para a educação, proteção social e infraestruturas básicas serão reforçadas com vista à prossecução dos objetivos de redução de pobreza e crescimento de Moçambique de forma coerente com a estratégia de consolidação orçamental.

10. O Governo aprecia a cooperação com o FMI e considera que o reforço da governação, transparência e prestação de contas são essenciais para aumentar a eficácia das políticas económicas. Continuamos empenhados em publicar, assim que estiver concluído, o relatório de diagnóstico sobre os desafios em matéria de governação e corrupção, que está a ser preparado com a assistência técnica do FMI. Além disso, a fim de garantir que os fundos da assistência internacional a Moçambique auxiliam as pessoas mais afetadas pelo ciclone Idai, esses fundos serão canalizados através do orçamento de acordo com a aplicação rigorosa de procedimentos e controlos orçamentais, que se viram reforçados nos últimos anos.

11. De acordo com a política de salvaguardas do FMI, comprometemo-nos a proceder a uma atualização da avaliação de salvaguardas realizada pelo Fundo em 2016, associada à Linha de Crédito Stand-By aprovada a 18 de dezembro de 2015; a fornecer ao corpo técnico do FMI os relatórios de auditoria externos mais recentes do banco central; e a autorizar os nossos novos auditores externos a conversar com o corpo técnico do FMI.

12. O Governo pretende dar continuidade ao diálogo com o FMI por forma a explorar soluções para as dificuldades ao nível da balança de pagamentos de Moçambique e evitará adotar medidas ou políticas que possam agravar estas dificuldades. Não tencionamos introduzir medidas ou políticas que iriam exacerbar as dificuldades ao nível da balança de pagamentos. Não tencionamos introduzir novas restrições ou intensificar as restrições existentes aplicáveis a pagamentos e transferências relativos a transações internacionais correntes, restrições às importações para fins da balança de pagamentos, práticas de taxas de câmbio múltiplas nem firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.

13. Temos perante nós um enorme desafio, mas estamos determinados em vencê-lo. O apoio da comunidade internacional será crítico para prestar ajuda de emergência às pessoas mais vulneráveis e reconstruir as infraestruturas seriamente danificadas na região central de Moçambique. Aguardamos com expectativa uma aprovação célere da assistência financeira do FMI.

14. Autorizamos o FMI a publicar a presente Carta de Intenções e o relatório do corpo técnico para o pedido de desembolso ao abrigo da RCF.

Atenciosamente,

/s/

Adriano Afonso Maleiane  
Ministro da Economia e Finanças

/s/

Rogério Zandamela  
Governador do Banco de Moçambique



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO RÁPIDO — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA<sup>1</sup>

10 de abril de 2019

Aprovado por  
**David Owen e Maria  
Gonzales (FMI) e Paloma  
Anos-Casero (AID)**

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

República de Moçambique Análise Conjunta Banco Mundial/FMI de Sustentabilidade da Dívida	
Risco de sobre-endividamento	Em situação de sobre-endividamento
Risco global de sobre-	Em situação de sobre-endividamento
Granularidade da notação de risco	Sustentável
Aplicação de juízo	Não

*Moçambique continua em situação de sobre-endividamento enquanto prosseguem as discussões com os credores privados internacionais sobre a reestruturação da dívida. Tendo em conta a estratégia das autoridades para a reestruturação da dívida e considerando que, numa larga medida, o endividamento as garantias públicas no futuro irão refletir a participação do Estado no desenvolvimento do vasto setor do gás natural liquefeito (GNL), avalia-se que a dívida seja sustentável de uma perspetiva futura. Projeta-se que o valor atual (VA) da dívida externa pública e com garantia pública (PGP) em relação ao PIB ultrapasse os limiares prudentes por alguns anos mas mantenha uma trajetória de declínio gradual; já o VA da dívida externa PGP em relação às exportações permanece próximo do limiar prudente. Projeta-se que os rácios do serviço da dívida (em relação às exportações e às receitas) se mantenham abaixo dos seus respetivos limiares durante o período coberto pelas projeções.*

<sup>1</sup> A pontuação de Moçambique no índice composto é de 2,64, o que indica uma capacidade de endividamento fraca. A análise apresentada neste documento assenta no novo quadro de sustentabilidade da dívida (QSD) para países de baixo rendimento (<http://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/02/14/pp122617guidance-note-on-lic-dsf>).

## COBERTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

**1. A cobertura da dívida pública e com garantia pública permanece inalterada em relação à ASD anterior**<sup>2</sup>. Em termos de abrangência, os dados da dívida pública de Moçambique incluem as obrigações externas e internas dos governos central e locais. As autoridades forneceram também dados sobre a dívida das empresas públicas (EP) e as garantias da dívida das EP.<sup>3</sup> A dívida interna é expressa na moeda nacional e, para os fins da análise, é avaliada com base na moeda e não na residência, uma vez que não há dados disponíveis que captem a residência dos credores. A principal fonte de incerteza é o nível dos atrasados de pagamentos internos,<sup>4</sup> bem como o atraso no processamento dos reembolsos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).<sup>5</sup>

**Tabela 1 do texto. Cobertura da Dívida Pública de Moçambique no Cenário de Base**

	Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1	Governo central	X
2	Províncias e autarquias locais	X
3	Outros elementos do governo geral	
4	d/q: Fundo de Segurança Social	X
5	d/q: Fundos extra-orçamentais (FEO)	
6	Garantias (a outras entidades dos setores público e privado, incl. ao SEE)	X
7	Banco central (empréstimos obtidos em nome do governo)	X
8	Dívida não garantida das empresas públicas	X

## CONTEXTO

### A. Desenvolvimentos económicos recentes e evolução da dívida

**2. A economia de Moçambique tem vindo a melhorar progressivamente.** O crescimento do PIB real cifrou-se em 3,75% em 2017, apoiado por uma recuperação mais vigorosa da agricultura e pelo aumento da produção mineira. Contudo, o crescimento real abrandou para 3,25% devido à desaceleração do crescimento do setor mineiro, porém a partir de uma base mais alargada. A política monetária restritiva e a diminuição do ritmo de aumento dos preços dos produtos alimentares contribuíram para baixar a inflação anual (para 3,5% no final de 2018). O défice da conta corrente externa excluindo os megaprojetos tem vindo a cair, e o banco central reconstituiu as suas reservas internacionais, posicionando-as num nível confortável (6,25 meses das importações do próximo ano não ligadas aos megaprojetos, no final de 2018).

<sup>2</sup> Relatório nacional do FMI 18/32, 7 de março de 2018.

<sup>3</sup> Inclui os empréstimos da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para financiar a sua participação no capital dos megaprojetos de GNL, bem como as eventuais garantias soberanas emitidas para cobrir a quota da ENH no pacote de financiamento desses megaprojetos.

<sup>4</sup> Até ao final de dezembro de 2017, o stock de atrasados de pagamentos internos totalizava cerca de 19 mil milhões de meticais (2,5% do PIB), dos quais 13,4 mil milhões de meticais (1,5% do PIB) haviam sido validados.

<sup>5</sup> No final de setembro de 2018, o saldo pendente de reembolsos do IVA cifrava-se em 22,4 mil milhões de meticais (2,5% do PIB).



**3. O stock da dívida pública em 2017 o seu nível estimado de 2018 são inferiores aos apresentados na ASD anterior.** A redução do défice orçamental e a flexibilização da orientação da política monetária contribuíram para diminuir a necessidade de financiamento do governo (Tabela 2 do texto). O esforço orçamental incluiu cortes no investimento público, bem como a eliminação de subsídios aos combustíveis e ao trigo, a adoção de um mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis e o aumento das tarifas de eletricidade e dos transportes públicos. Além disso, as autoridades redimensionaram consideravelmente a contração de dívida externa para os grandes projetos, contrariamente às expectativas anteriores, bem como a retrocessão de empréstimos às empresas públicas.

<b>Tabela 2 do texto. Moçambique: Dívida Pública e com Garantia Pública</b>					
(Porcentagem do PIB)					
	2014	2015	2016	2017	2018
				Prel.	Est.
<b>Dívida do setor público<sup>1</sup></b>	<b>67.2</b>	<b>94.2</b>	<b>137.6</b>	<b>110.4</b>	<b>110.5</b>
<b>Dívida externa do setor público (incl. garantias)</b>	<b>60.7</b>	<b>82.5</b>	<b>112.9</b>	<b>90.4</b>	<b>91.2</b>
A. Banco de Moçambique-FMI	1.1	1.9	2.2	1.4	1.1
B. Governo geral	49.6	68.5	98.0	76.1	74.6
Credores multilaterais, excl. FMI	20.8	28.2	39.4	30.8	30.0
Credores bilaterais <sup>1</sup>	20.8	30.9	42.7	33.8	32.4
Clube de Paris	3.3	5.1	7.8	7.5	6.6
Bancos	3.2	3.3	7.5	5.4	5.1
Eurobonds EMATUM/Mozam	3.2	3.3	7.5	5.4	5.1
Outros, setor público: ENH (projeto de GNL)	4.8	6.1	8.4	6.2	7.0
C. Dívida externa garantida pelo Governo	9.9	12.1	10.8	7.6	7.2
EMATUM	2.2	2.7	0.0	0.0	0.0
Proindicus	3.9	4.8	6.2	4.4	4.2
MAM	3.4	4.2	4.2	3.0	2.8
Outras garantias	0.4	0.4	0.5	0.3	0.2
D. Atrasados de pagamentos externos	0.0	0.0	1.9	5.2	8.3
<b>Dívida interna do setor público (incl. garantias)</b>	<b>6.5</b>	<b>11.7</b>	<b>24.7</b>	<b>20.0</b>	<b>19.2</b>

<sup>1</sup> Reflete números preliminares sobre o stock da dívida no final de 2018, transmitidos ao FMI em março de 2019. A dívida interna inclui a dívida interna de um número selecionado de empresas públicas relativa a 2016-18, para a qual existiam dados disponíveis. Os critérios de seleção estão definidos na nota de orientação conjunta do FMI e do Banco Mundial sobre o quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixos rendimentos (*Guidance Note on Low-Income Countries Debt Sustainability Framework*). Os números incluem os empréstimos da ENH junto aos parceiros externos para financiar a sua participação no capital dos projetos de GNL de Coral e Mamba na Área 4, bem como a garantia do Estado para participação da ENH no capital do projeto de GNL de Golfinho Atum na Área 1.

**4. As autoridades estão a manter conversações de boa-fé com os credores privados com vista à reestruturação da dívida de Moçambique.** No passado mês de novembro, foi estabelecido um acordo de princípio com um grupo de detentores de Eurobonds que prevê o alívio do serviço da dívida nos próximos cinco anos (antes do arranque esperado da produção e exportação dos megaprojetos de GNL) e a prorrogação dos reembolsos do capital por um prazo de dez anos. Estão próximas de ser concluídas as discussões sobre a renegociação do empréstimo contraído pela MAM, uma outra empresa pública, e garantido pelo governo. As novas condições negociadas na reestruturação proporcionariam alívio significativo do serviço da dívida, e o corpo técnico avalia como boas as perspectivas de um desfecho favorável dessas discussões. Ao mesmo tempo, o Procurador Geral de Moçambique entrou com uma ação no Reino Unido para anular a garantia do governo ao empréstimo contraído pela Proindicus junto ao Credit Suisse, à luz das

denúncias feitas nos Estados Unidos e em Moçambique sobre o alegado comportamento criminoso na contratação desse empréstimo.<sup>6</sup> O objetivo das autoridades em qualquer acordo firmado com os credores é garantir a proteção dos interesses de Moçambique caso desdobramentos futuros venham a pôr em causa a legalidade da contratação dos empréstimos ou da emissão de garantias do governo.

Os governos central, provinciais e locais, mais a segurança social, o banco central, a dívida garantida pelo governo e a dívida das empresas públicas não garantida pelo governo			
1 A cobertura da dívida pública do país	Padrão	Usado na análise	Razões para o desvio em relação ao padrão
2 Outros elementos do governo geral não capturados em 1.	0 % do PIB		
3 Dívida das EP (seja ou não garantida pelo governo) 1/	2 % do PIB	4,55	Garantia soberana às EP em litígio
4 PPP	35 % do stock de PPP	3,21	
5 Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o mínimo)	5 % do PIB	5,00	
<b>Total (2+3+4+5) (em % do PIB)</b>		<b>12,76</b>	

## 5. Moçambique continua a acumular atrasados do serviço da dívida externa sobre os empréstimos em incumprimento.

Estima-se que o stock total de atrasados do serviço da dívida externa pública ou com garantia pública tenha ascendido a USD 1.178 milhões (8,3% do PIB) no final de 2018 (Tabela 4 do texto).<sup>7</sup> Esse montante inclui atrasados em discussão bilateral com cinco credores oficiais, que ascendem a USD 181 milhões (Líbia, Iraque, Angola, Bulgária e Polónia)<sup>8</sup> e atrasados no montante de USD 26 milhões com o Brasil relativos a um empréstimo garantido pelo Estado de USD 125 milhões contraído pela empresa pública aeroportuária, pelo qual a

**Tabela 4 do texto. Moçambique: Evolução do Stock de Atrasados Externos**

(Milhões de USD)<sup>1</sup>

	Fim de 2017 Est.	Fim de 2018 Est.
<b>Dívida comercial</b>	<b>592,86</b>	<b>970,61</b>
Mozam/ EMATUM	97,90	174,18
MAM	343,06	499,12
Proindicus	151,90	297,31
<b>Dívida bilateral</b>	<b>116,80</b>	<b>207,33</b>
Clube de Paris: Brasil	22,93	37,65
Fora do Clube de Paris <sup>2</sup>	93,87	169,68
<b>Total</b>	<b>709,66</b>	<b>1177,94</b>

<sup>1</sup> Estimativas do corpo técnico com base na informação recebida das autoridades sobre a sua estratégia da dívida. Não inclui os encargos e as taxas de penalização contratuais.

<sup>2</sup> Dados reportados pelas autoridades sobre a dívida reconciliada relativa a Líbia, Iraque, Angola, Polónia e Bulgária.

<sup>6</sup> As autoridades comunicaram ao corpo técnico que o governo não pretende apoiar a Proindicus, que seguirá o curso normal dos processos de falência comercial sem nenhum apoio. Por conseguinte, o empréstimo foi removido do cenário de base da ASD. Além disso, em vista da declaração das autoridades de que a validade da garantia está a ser contestada, a garantia foi também removida do cenário de base da ASD, e está a ser tratada como um passivo contingente nos termos da política do FMI (Tabela 3 do texto).

<sup>7</sup> No caso das Eurobonds, os atrasados acumulados e o capital de USD 726 milhões correspondem ao capital de USD 900 milhões mencionado no acordo de princípio de novembro de 2018.

<sup>8</sup> Os atrasados com a Líbia, o Iraque, Angola, a Bulgária e a Polónia não são atrasados novos. As autoridades reconciliaram a dívida com estes credores não membros do Clube de Paris que remonta à Iniciativa HIPC em 2006, 2011 e 2015, respetivamente. A Iniciativa HIPC resultou num acordo-quadro, a Ata Aprovada do Clube de Paris, e as autoridades estão a envidar esforços para negociar uma reestruturação com os credores restantes fora do Clube de Paris. Enquanto prosseguem as negociações, as obrigações de pagamento da dívida incorridas a partir da data de reconciliação até ao final de 2017 foram incluídas no stock de atrasados, em linha com os termos da reconciliação registados na base de dados da dívida externa das autoridades.

garantia foi acionada.<sup>9, 10</sup> O governo está a cumprir todas as restantes obrigações de dívida externa multilateral e bilateral.

## B. Previsões macroeconómicas

**6. Os pressupostos macroeconómico subjacentes ao cenário de base para os próximos cinco anos melhoraram em relação à ASD anterior, e levam em conta os efeitos económicos adversos do ciclone Idai.** De modo geral, a economia está a expandir a um ritmo mais acelerado do que indicavam as projeções anteriores. Estimativas preliminares sugerem que o crescimento do PIB real em 2019 poderia cair para uma faixa de 1,8% a 2,8% — um recuo em relação à projeção de 3,8% em 2019 antes do ciclone — devido a perdas significativas na produção agrícola e ruturas nas redes de transportes, comunicações e serviços. Projeta-se uma recuperação vigorosa do crescimento em 2020 em resultado da recuperação na produção agrícola e dos esforços de reconstrução, atingindo a marca de 4% ao ano em 2021-22 (Tabela 5 do texto). O défice orçamental global deve aumentar em 2019 devido aos efeitos orçamentais do ciclone Idai, mas deve depois melhorar, em linha com os esforços para eliminar o défice primário após os donativos até 2022 e além, à medida que se materialize a receita orçamental resultante da produção do GNL. Projeta-se um aumento do défice da conta corrente externa para 76% do PIB em 2022, em consequência do aumento das importações de bens e serviços relacionadas sobretudo com a construção das unidades de produção dos megaprojetos de GNL. Aproximadamente um terço de todas as importações relacionadas com esses investimentos é financiado por IDE (antecipado), sendo o restante financiado pela dívida privada. Com o início da produção de GNL em 2023, o crescimento deve aumentar substancialmente. Contudo, as projeções de longo prazo são mais conservadoras em relação à ASD anterior, uma vez que a escala subjacente da produção de GNL foi revista em baixa (Caixa 1).

---

<sup>9</sup> Os eventuais encargos e taxas de penalização contratuais relativos a pagamentos não realizados não foram incluídos na estimativa do stock de atrasados refletida no cenário de base.

<sup>10</sup> Os dois empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) do Brasil à empresa pública aeroportuária, Aeroportos de Moçambique (AdM), foram também garantidos ao BNDES pelo Fundo de Garantia à Exportação brasileiro (esta garantia foi igualmente acionada).

**Tabela 5 do texto. Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos entre Versões da ASD<sup>1</sup>**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2028	2037	2038
		Est.	Est.					Est.				
<b>Crescimento do PIB real (%)</b>												
ASD anterior: 2017 A4	3.8	2.9	3.0	2.5	2.4	2.3	2.2	9.9	31.6	6.5	1.9	...
ASD atual	3.8	3.7	3.3	4.0	4.0	4.0	4.0	9.2	11.5	2.8	2.6	2.7
<b>PIB nominal (mil milhões de USD)</b>												
ASD anterior: 2017 A4	11.3	12.7	14.3	15.0	15.7	16.4	17.1	19.1	25.6	65.3	95.1	...
ASD atual	10.9	12.6	14.4	15.1	16.7	17.9	19.0	21.3	24.2	41.3	69.5	72.8
<b>Défi ce orçamental global (% do PIB)</b>												
ASD anterior: 2017 A4	-7.6	-5.5	-7.5	-10.8	-9.9	-9.6	-10.6	-9.9	-6.8	-1.8	0.4	...
ASD atual	-7.3	-3.4	-5.5	-6.5	-4.8	-3.7	-2.6	-1.9	-0.1	1.8	14.4	14.0
<b>Défi ce de conta corrente (% do PIB)</b>												
ASD anterior: 2017 A4	39.2	16.1	16.9	44.6	66.6	91.0	116.4	117.7	78.0	-26.2	-35.9	...
ASD atual	39.0	20.0	34.4	58.0	66.7	62.9	75.6	61.6	39.3	-1.7	-4.9	-5.8
<b>IDE (% do PIB)</b>												
ASD anterior: 2017 A4	27.4	12.1	12.4	34.5	53.4	75.0	19.8	3.8	2.3	0.5	0.8	...
ASD atual	28.4	18.2	18.7	18.5	21.2	20.1	23.9	17.1	13.5	3.2	5.5	6.0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> As previsões mais reduzidas refletem uma revisão em baixa do número projetado de terminais de GNL.

<sup>2</sup> O PIB real dá um salto em 2023 devido ao início da produção do GNL.

**7. Os riscos para as perspetivas económicas de médio prazo estão equilibrados na generalidade.** Os riscos no sentido descendente incluem uma deterioração das condições de segurança no norte do país, retrocessos nas negociações de paz, o abrandamento dos controlos sobre a despesa no período que antecede as eleições de outubro, atrasos nos megaprojetos e futuros eventos climáticos extremos. Entre os riscos no sentido ascendente figuram novas descobertas de petróleo e gás, uma resolução mais célere das renegociações em curso da dívida e uma reaproximação mais intensa com os doadores.

**8. Segundo as ferramentas de realismo do quadro de sustentabilidade da dívida, as projeções de base são razoáveis** (Figuras 3 e 4). As projeções de crescimento são relativamente inferiores ao sugerido pela análise do multiplicador alternativo finanças públicas/crescimento devido aos efeitos adversos sobre o crescimento ligados ao ciclone tropical Idai. O ajustamento orçamental do saldo primário no cenário de base parece credível, uma vez que ele não recai sobre o quartil superior da distribuição dos ajustamentos anteriores. A contribuição do investimento público para o crescimento parece razoável em comparação às contribuições históricas e à recuperação económica gradual após o abrandamento económico de 2016.

## Caixa 1. Principais pressupostos, 2018–38

**O crescimento do PIB real** deve declinar em 2019, em linha com os efeitos económicos adversos relacionados ao ciclone Idai. Presume-se na sequência uma recuperação robusta em 2020, com um crescimento próximo dos 4% em 2021–22. O forte aumento do crescimento em 2023 reflete o início da produção do primeiro terminal de GNL e respetivas exportações nesse mesmo ano. No que respeita às outras atividades económicas (não ligadas ao GNL), adotam-se pressupostos conservadores de crescimento a uma taxa constante de 4% ao ano no longo prazo.

**Setor do GNL.** Presume-se que o início da produção na Área 4 ocorra em 2023, e na Área 1 em 2024. Contudo, dois pressupostos foram revistos em comparação à ASD anterior: i) presume-se agora que cinco terminais de produção de GNL iniciarão a produção no período 2023–30, em vez dos 16 anteriormente previstos; e ii) os custos de desenvolvimento desses terminais foi revisto em alta em função das novas condições de mercado. Um número reduzido de terminais implica um contributo menos elevado para o PIB, a receita orçamental, as exportações, o IDE e o financiamento externo privado. Os custos de desenvolvimento acrescidos implicam a necessidade de incorrer numa dívida mais elevada, inclusivamente pela ENH para financiar a sua quota de participação no capital dos megaprojetos de GNL.

Projeta-se que a **inflação dos preços no consumidor** mantenha-se dentro da faixa de projeção das autoridades, de 5% a 6% ao ano — com a exceção de uma alta temporária dos preços no consumidor em 2019–20 devido aos efeitos do ciclone Idai do lado da oferta.

**Finanças públicas.** Projeta-se que o défice orçamental primário após os donativos sofra uma deterioração temporária em 2019 devido aos efeitos do ciclone Idai mas que recupere após esse período, em linha com i) os esforços de ajustamento orçamental das autoridades (para cerca de 0% do PIB até 2022), e ii) o início da produção de GNL em 2023. A longo prazo, projeta-se que o crescimento das receitas fiscais e não fiscais e da despesa primária acompanhe o crescimento do PIB nominal não ligado ao GNL. À medida que começar o encaixe de receitas da produção de GNL, em 2023, o saldo orçamental primário deve melhorar, passando para um excedente que ascenderá a 13,25% do PIB até 2038. Os pressupostos subjacentes à melhoria do saldo orçamental primário são os seguintes: i) a recuperação dos custos de desenvolvimento do GNL ocorreriam nos quatro a seis primeiros anos de produção, após os quais haverá um crescimento acentuado das receitas orçamentais do GNL, correspondendo a quase metade do total de receitas orçamentais, e ii) todas as receitas orçamentais do GNL seriam poupadas.<sup>1</sup>

**Setor externo.** Projeta-se que o até 2022 o défice da conta corrente atinja o seu nível máximo, superior a 76% do PIB, impulsionado pelas importações dos megaprojetos de GNL. O défice será financiado principalmente através de IDE e empréstimos externos privados. Até 2027, a grande dimensão das exportações de GNL transformaria os défices da conta corrente em excedentes.

**Reestruturação da dívida.** O cenário de base inclui o efeito dos pagamentos da dívida e do serviço da dívida relativos ao acordo de princípio firmado com um grupo de obrigacionistas sobre a reestruturação das Eurobonds de Moçambique e a estratégia das autoridades em relação aos empréstimos com garantia pública contraídos pela Proindicus e a MAM junto ao Credit Suisse e ao VTB, respetivamente, conforme observado no parágrafo 4.

1/ Não há, de momento, uma decisão política sobre a fatia das receitas orçamentais relativas ao GNL que serão poupadas para as gerações futuras, tendo em conta as limitações em termos de capacidades. Embora o pressuposto de que a totalidade da receita será poupada pareça ser extremo, o seu impacto na evolução dos indicadores da dívida é mitigado pelo pressuposto de que a dívida pública não seria paga antecipadamente e pelo facto de que, ao poupar esses recursos, o crescimento não ligado ao GNL seria o mesmo, de apenas 4% ao ano no longo prazo.

## CLASSIFICAÇÃO DO PAÍS

**9. A capacidade de endividamento de Moçambique é avaliada como fraca, em comparação com uma avaliação média na anterior ASD** (Tabela 6 do texto).<sup>11</sup> Na ASD anterior, a capacidade de endividamento de Moçambique foi aferida apenas com base no índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais. Uma característica do novo QSD é o seu indicador composto que utiliza o índice CPIA e outros fatores nacionais específicos, como o rácio de reservas internacionais em relação às importações totais. Para o caso de Moçambique, o motivo da mudança na avaliação da capacidade de endividamento é a enorme escala dos megaprojetos de GNL em desenvolvimento (esses projetos equivalem a quatro vezes o PIB de Moçambique) e as suas respetivas importações.<sup>12</sup> Por conseguinte, os limiares indicativos pertinentes para a categoria de capacidade fraca são de 30% para o rácio VA da dívida/PIB, 140% para o rácio dívida/exportações, 10% para o rácio serviço da dívida/exportações e 14% para o rácio serviço da dívida/receitas (Tabela 7 do texto). Esses limiares aplicam-se à dívida externa pública e com garantia pública. O parâmetro para o VA da dívida pública total que se aplica à capacidade de endividamento média é de 35%.

**Tabela 6 do texto. Moçambique: Cálculo do Indicador Composto**

Componentes	Coefficientes (A)	Valores médios a 10 anos (B)	Componentes da pontuação do IC (A*B) = (C)	Contribuição das componentes
CPIA	0,385	3,293	1,27	48%
Taxa de crescimento real (em %)	2,719	4,818	0,13	5%
Cobertura das importações pelas reservas (em %)	4,052	24,434	0,99	38%
Cobertura das importações pelas reservas*2 (em %)	-3,990	5,970	-0,24	-9%
Remessas (em %)	2,022	0,343	0,01	0%
Crescimento económico mundial (em %)	13,520	3,579	0,48	18%
<b>Pontuação no IC</b>			<b>2,640</b>	<b>100%</b>
<b>Classificação no IC</b>			<b>Fraca</b>	

**Tabela 7 do texto. Limiares da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública (PGP) e Parâmetros da Dívida Pública Total**

Limiares da carga da dívida EXTERNA	Fraca	Média	Forte
<b>VA da dívida em % das exportações do PIB</b>	140	180	240
<b>Serviço da dívida em % das exportações das receitas</b>	10	15	21
<b>Parâmetro da dívida pública TOTAL</b>	<b>Fraca</b>	<b>Média</b>	<b>Forte</b>
<b>VA da dívida pública total em % do PIB</b>	35	55	70

<sup>11</sup> Esta revisão em baixa da capacidade de endividamento foi fundamentada por dois sinais de fragilidade (cf. as edições de outubro de 2018 e abril de 2019 do WEO).

<sup>12</sup> A capacidade de endividamento de Moçambique continuaria a ser avaliada como média se fossem consideradas apenas as importações não ligadas aos megaprojetos. As importações dos megaprojetos são financiadas na sua totalidade através de veículos especiais de investimento fora do país, e são incluídas nas estatísticas da balança de pagamentos para assegurar a completude da informação, sem nenhum impacto sobre as reservas internacionais. Tal justificaria o exercício de juízo de valor na avaliação da sustentabilidade.

# SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

## A. Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa

**10. No cenário de base, os indicadores de solvência da dívida externa ultrapassam os limiares relevantes em termos de políticas no curto e médio prazos (Tabela 1 e Tabela 8 do texto).<sup>13</sup>**

- **Projeta-se que o VA da dívida externa pública em relação ao PIB** permaneça acima do limiar prudente no médio prazo. Tal é parcialmente motivado pelos empréstimos contraídos pela ENH para financiar a sua participação no capital dos megaprojetos de GNL, bem como pela emissão de uma garantia soberana à ENH para cobrir a sua parcela no pacote de financiamento do projeto da Anadarko na Área 1.<sup>14</sup> Os empréstimos contraídos pela ENH para fins de participação no capital dos megaprojetos inclui a contratação de dívidas adicionais para um terceiro projeto de GNL (Área 1, ExxonMobil) o qual não havia sido tido em conta na anterior ASD. Os rácios passariam a ser inferiores ao limiar prudente em 2030, uma vez que a garantia soberana contratual prescreve um ano após o início da produção de GNL em 2025. Contudo, excluindo a garantia soberana e os empréstimos relativos à ENH, os rácios seguiriam uma trajetória de declínio gradual, antecipando o seu enquadramento abaixo do limiar prudente (em 2028).
- Com a recuperação projetada das exportações de carvão a partir de 2019, **o rácio entre o VA da dívida externa pública e as exportações** deve permanecer ligeiramente acima do limiar prudente de 140% — recuperando-se rapidamente no longo prazo, graças à aceleração das exportações do GNL. Excluindo-se a ENH, os rácios cairiam para níveis consideravelmente inferiores ao limiar prudente, mantendo-se em declínio gradual no médio prazo.
- **O rácio do serviço da dívida pública externa em relação às receitas** ultrapassaria o limiar prudente no curto prazo e permaneceria próximo a esse limiar no médio prazo. A aceleração por volta de 2025 é o resultado do início do pagamento do serviço da dívida pela ENH, com o arranque esperado da produção do GNL.

<sup>13</sup> Assim como na ASD anterior, o cenário histórico foi excluído da Figura 1. Tal cenário mostra um declínio irrealisticamente rápido do rácio dívida pública/PIB, pois o défice da conta corrente excluindo juros à média histórica é muito inferior ao projetado, em razão dos investimentos no setor de GNL. Entretanto, presume-se que a acumulação de dívida privada permaneça inalterada em comparação com o cenário de base.

<sup>14</sup> No cenário de base, a garantia é introduzida progressivamente, em linha com o fluxo esperado de desembolsos, à medida que o megaprojeto de GNL liderado pela Anadarko começa a ser implementado; nos termos do contrato, a garantia não gera pagamentos do serviço da dívida e ela prescreve no primeiro ano após o início da produção do GNL.

- **O rácio do serviço da dívida pública externa em relação às exportações** cairia para um nível inferior ao limiar prudente em 2019, e permaneceria nesse nível durante o período projetado.

**Tabela 8 do texto. Moçambique: Dívida Externa PGP**  
(Porcentagem do PIB)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		Prel.	Est.			Proj.			
<b>Dívida do setor público (% do PIB)</b>									
Stock nominal do total da dívida	137,6	110,4	110,5	117,0	111,4	109,0	109,2	102,1	89,8
da qual: externa	112,9	90,4	91,2	97,9	96,3	96,9	98,6	94,5	85,7
Stock nominal do total da dívida, excl. a dívida da ENH	129,3	104,2	103,4	103,8	93,3	87,1	83,1	75,1	65,3
d/q: dívida externa, excl. a dívida da ENH	104,5	84,2	84,2	84,7	78,2	75,0	72,6	67,5	61,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**11. Os rácios da dívida externa pública e do serviço da dívida pública são os mais sensíveis aos choques de taxas de câmbio e de exportações** (Figura 1 e Tabela 3). O teste de stress mostra que o crescimento nominal das exportações (em USD) fixado à sua média histórica menos um desvio padrão, ou a projeção de base menos um desvio padrão, aumentariam em 23 pontos percentuais (para 92%) o rácio VA da dívida externa pública/PIB em 2020. Da mesma forma, o rácio VA da dívida externa pública/exportações chegaria quase a dobrar, para 330% em 2020 (contra 171% no cenário de base). O choque das exportações tem um efeito semelhante sobre os dois rácios do serviço da dívida. A vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio é um resultado esperado para um exportador de matérias-primas como Moçambique, com uma elasticidade relativamente baixa das exportações face à taxa de câmbio e uma participação relativamente elevada da dívida externa pública no total da dívida. Os indicadores do serviço da dívida externa são também sensíveis aos pressupostos acerca do futuro perfil do serviço da dívida da ENH.

## B. Análise de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público

**12. Projeta-se que o rácio VA da dívida/PIB ultrapasse o limiar de 35% do PIB no curto e médio prazos** (Tabela 2 e Figura 2). O total da dívida pública e com garantia pública cifrou-se em cerca de 110% do PIB no final de 2018, com a dívida externa a responder por cerca de quatro quintos do total. A evolução da dívida pública é movida, sobretudo, pelos mesmos fatores que influenciam a dívida externa, incluindo aqueles relacionados à participação da ENH nos megaprojetos de GNL.

**13. A análise de sensibilidade padrão mostra que os indicadores da dívida pública são altamente sensíveis à depreciação, bem como a variações nas transferências correntes e no IDE** (Tabela 4). Uma depreciação nominal e pontual de 30% do metical elevaria a 105% o rácio VA da dívida/PIB (comparado a um rácio de 91% no cenário de base) em 2019. Um choque nos rácios



transferências correntes/PIB e IDE/PIB (fixados às suas médias históricas menos um desvio padrão em 2019 e 2020) levaria a um aumento semelhante do rácio VA da dívida/PIB.

## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADES

### 14. A ASD sugere que Moçambique está em situação de sobre-endividamento no que toca à dívida externa pública, mas que a mesma é sustentável numa perspetiva futura.

O alívio do serviço da dívida a ser proporcionado pela reestruturação planeada da dívida resultará em níveis sustentáveis do serviço da dívida externa e dará às autoridades mais tempo para aplicar a sua estratégia de consolidação orçamental. Juntamente com a entrada em produção dos projetos de GNL, é de esperar que isso coloque a dívida pública numa trajetória decididamente descendente no médio prazo. Além disso, como já foi dito, é provável que a capacidade de endividamento seja mais sólida que o assinalado pelo indicador composto, uma vez que as reservas internacionais não precisam de cobrir as importações relacionadas aos megaprojetos (que são totalmente financiadas através de veículos especiais de investimento fora do país). A avaliação de sustentabilidade está ancorada no forte compromisso das autoridades com a aplicação da consolidação orçamental e com uma estratégia de endividamento prudente. Os testes de stress padrão indicam que um choque de exportação e uma depreciação do metical levariam a uma deterioração da posição da dívida, o que realça a importância de diversificar a economia e alargar a sua base de exportação.

15. **É necessário fortalecer ainda mais a gestão da dívida e a supervisão.** Embora as autoridades já tenham tomado medidas importantes, incluindo melhorias na transparência do processo de análise e concessão de garantias soberanas, a unidade da dívida do Ministério das Finanças precisa de ser fortalecida com respeito à sua capacidade e à sua influência para exercer a supervisão eficaz da totalidade da carteira de dívida pública e para aplicar salvaguardas mais sólidas. Além disso, com base na nova Lei do Setor Empresarial do Estado, a supervisão do conjunto desse setor deverá ser reforçada substancialmente.

## OPINIÃO DAS AUTORIDADES

16. **As autoridades concordaram, no geral, com a análise e as recomendações acima.** Relataram que a sua estratégia de endividamento está a ser implementada com o objetivo de baixar a dívida de Moçambique para um nível moderado no médio prazo. Tal seria atingido através da reestruturação da dívida, que proporcionaria um alívio da dívida significativo, bem como da consolidação orçamental a médio prazo. As autoridades concordaram com a recomendação do corpo técnico no sentido de reforçar a governação, a transparência e a responsabilização nos moldes do diagnóstico ora em curso sobre os desafios em matéria de governação e corrupção. Reconheceram também a importância de desenvolver um quadro para a gestão eficiente e transparente da riqueza dos recursos naturais e manifestaram o seu apreço pelo apoio do FMI nessa área, inclusive através da conferência de alto nível sobre gestão de economias ricas em recursos naturais, organizada recentemente pelo FMI em parceria com o Banco de Moçambique.

Tabela 1. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2015-38

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Projeções										Média 8/	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2028	2038	Histórica	Projeções	
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	<b>131,1</b>	<b>178,5</b>	<b>149,3</b>	<b>154,6</b>	<b>187,5</b>	<b>215,8</b>	<b>246,3</b>	<b>286,3</b>	<b>297,9</b>	<b>284,6</b>	<b>170,1</b>	<b>21,0</b>	<b>102,6</b>	<b>225,0</b>	
<i>da qual: pública e com garantia pública (PGP)</i>	<i>82,5</i>	<i>112,9</i>	<i>90,4</i>	<i>91,2</i>	<i>97,9</i>	<i>96,3</i>	<i>96,9</i>	<i>98,6</i>	<i>94,5</i>	<i>85,7</i>	<i>44,4</i>	<i>13,9</i>	<i>56,8</i>	<i>79,6</i>	
<b>Variação da dívida externa</b>	<b>32,6</b>	<b>47,4</b>	<b>-29,1</b>	<b>5,2</b>	<b>33,0</b>	<b>28,2</b>	<b>30,6</b>	<b>39,9</b>	<b>11,7</b>	<b>-13,4</b>	<b>-12,0</b>	<b>-5,7</b>			
<b>Fluxos líquidos identificados geradores de dívida</b>	<b>28,0</b>	<b>57,5</b>	<b>-22,2</b>	<b>7,4</b>	<b>37,7</b>	<b>37,6</b>	<b>35,2</b>	<b>41,8</b>	<b>20,8</b>	<b>-4,8</b>	<b>-9,6</b>	<b>-12,4</b>	<b>5,4</b>	<b>6,0</b>	
<b>Défice da conta corrente excluindo juros</b>	<b>38,7</b>	<b>35,6</b>	<b>17,3</b>	<b>28,3</b>	<b>54,2</b>	<b>64,1</b>	<b>58,9</b>	<b>70,8</b>	<b>57,7</b>	<b>35,2</b>	<b>-7,5</b>	<b>-7,5</b>	<b>26,9</b>	<b>32,4</b>	
Défice da balança de bens e serviços	43,7	37,7	22,4	30,6	60,1	68,1	61,4	72,5	59,1	36,6	-15,5	-20,5	33,1	33,1	
Exportações	27,9	34,6	42,9	41,5	40,3	39,9	39,5	38,1	41,2	45,7	61,0	59,5			
Importações	71,7	72,3	65,4	72,1	100,3	108,0	100,9	110,6	100,3	82,3	45,5	39,0			
Transferências correntes líquidas (negativas = influxo)	-5,4	-2,2	-5,0	-2,3	-6,2	-4,3	-2,9	-1,9	-1,6	-1,5	-0,4	-0,2	-6,7	-2,8	
<i>das quais: oficiais</i>	<i>-3,6</i>	<i>-1,4</i>	<i>-3,7</i>	<i>-0,7</i>	<i>-4,6</i>	<i>-2,9</i>	<i>-1,6</i>	<i>-0,5</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,3</i>	<i>-0,1</i>	<i>0,0</i>			
Outros fluxos de cta. corrente (negativos = influxo líquido)	0,4	0,1	-0,1	0,1	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2	0,0	8,4	13,2	0,5	2,1	
<b>IDE líquido (negativo = influxo)</b>	<b>-26,1</b>	<b>-28,4</b>	<b>-18,2</b>	<b>-18,7</b>	<b>-18,5</b>	<b>-21,2</b>	<b>-20,1</b>	<b>-23,9</b>	<b>-17,1</b>	<b>-13,5</b>	<b>-3,2</b>	<b>-6,0</b>	<b>-22,7</b>	<b>-13,3</b>	
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	<b>15,4</b>	<b>50,3</b>	<b>-21,2</b>	<b>-2,2</b>	<b>2,0</b>	<b>-5,4</b>	<b>-3,6</b>	<b>-5,1</b>	<b>-19,7</b>	<b>-26,4</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>			
Contribuição da taxa de juro nominal	1,6	3,4	2,7	2,0	4,6	4,8	4,5	4,1	3,9	3,6	5,8	1,8			
Contribuição do crescimento do PIB real	-7,4	-6,7	-5,8	-4,3	-2,7	-10,2	-8,1	-9,3	-23,7	-30,0	-4,8	-0,7			
Contribuição das variações de preços e da taxa de câmbio	21,2	53,6	-18,2	...	...	...	...	...	...	...	...	...			
<b>Resíduo 3/</b>	<b>4,6</b>	<b>-10,1</b>	<b>-6,9</b>	<b>-2,2</b>	<b>-4,7</b>	<b>-9,3</b>	<b>-4,6</b>	<b>-1,8</b>	<b>-9,2</b>	<b>-8,6</b>	<b>-2,4</b>	<b>6,7</b>	<b>1,3</b>	<b>-4,1</b>	
<i>do qual: financiamento excecional</i>	<i>0,0</i>	<i>-1,7</i>	<i>-3,0</i>	<i>-2,2</i>	<i>-1,5</i>	<i>-0,5</i>	<i>-0,5</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,2</i>	<i>-0,1</i>	<i>0,0</i>			
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>															
<b>Rácio VA da dívida externa PGP/PIB</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>71,4</b>	<b>66,4</b>	<b>70,5</b>	<b>68,5</b>	<b>68,0</b>	<b>69,1</b>	<b>65,9</b>	<b>59,5</b>	<b>34,0</b>	<b>11,6</b>			
<b>Rácio VA da dívida externa PGP/exportações</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>166,3</b>	<b>160,1</b>	<b>175,1</b>	<b>171,5</b>	<b>171,9</b>	<b>181,2</b>	<b>159,9</b>	<b>130,3</b>	<b>55,8</b>	<b>19,5</b>			
<b>Rácio serviço da dívida PGP/exportações</b>	<b>8,3</b>	<b>15,8</b>	<b>10,9</b>	<b>11,7</b>	<b>9,8</b>	<b>9,4</b>	<b>9,4</b>	<b>9,3</b>	<b>9,2</b>	<b>6,9</b>	<b>4,9</b>	<b>2,0</b>			
<b>Rácio serviço da dívida PGP/receitas</b>	<b>9,3</b>	<b>22,6</b>	<b>17,9</b>	<b>20,1</b>	<b>16,4</b>	<b>14,9</b>	<b>14,3</b>	<b>13,6</b>	<b>14,3</b>	<b>12,4</b>	<b>14,1</b>	<b>3,6</b>			
Necessidade bruta de financ. externo (em milhões de USD)	2601,8	1796,6	709,0	2300,9	6757,7	8758,9	8565,5	10570,2	10438,0	7037,8	2110,7	-3875,4			
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>															
Crescimento do PIB real (em %)	6,6	3,8	3,7	3,3	1,8	6,0	4,0	4,0	9,2	11,5	2,8	2,7	<b>6,3</b>	<b>8,1</b>	
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-17,7	-29,0	11,3	10,8	3,0	4,3	3,0	2,4	2,3	2,2	2,0	2,0	<b>-2,1</b>	<b>3,3</b>	
Taxa de juro efetiva (percentagem) 4/	1,4	1,9	1,7	1,5	3,2	2,9	2,2	1,8	1,5	1,4	3,3	7,0	<b>1,9</b>	<b>2,2</b>	
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em %)	-10,9	-8,9	43,4	10,5	1,8	9,6	6,1	2,6	20,9	26,1	3,1	4,4	<b>8,3</b>	<b>16,0</b>	
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	-13,4	-25,8	4,5	26,2	45,9	19,1	0,1	16,6	1,4	-6,6	-1,1	0,5	<b>11,7</b>	<b>8,8</b>	
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	...	...	...	41,1	36,3	44,8	46,4	37,5	39,9	45,3	61,0	61,0	...	<b>46,6</b>	
Receitas públicas (excluindo donativos, em % do PIB)	25,0	24,1	26,2	24,2	24,0	25,1	25,8	26,0	26,5	25,4	21,3	32,9	<b>21,8</b>	<b>24,2</b>	
Fluxos de ajuda (em milhões de USD) 5/	1283,9	671,1	1450,0	743,0	1881,5	1870,1	1636,1	1372,0	1563,7	1274,5	674,7	361,3			
Financiamento equivalente a donativos (em % do PIB) 6/	...	...	...	3,7	11,0	9,2	7,3	5,6	5,3	3,7	1,3	0,4	...	<b>4,8</b>	
Financiamento equiv. a donativos (em % do financ. externo) 6/	...	...	...	57,2	58,6	63,1	59,8	48,6	51,0	61,1	79,4	77,7	...	<b>62,9</b>	
PIB nominal (em milhões de USD)	14.798	10.897	12.586	14.396	15.093	16.695	17.879	19.032	21.277	24.228	41.313	72.794			
Crescimento do PIB nominal em USD	-12,3	-26,4	15,5	14,4	4,8	10,6	7,1	6,5	11,8	13,9	4,8	4,7	<b>4,1</b>	<b>11,6</b>	
<b>Por memória:</b>															
VA da dívida externa 7/	...	...	130,4	129,8	160,1	187,9	217,4	256,7	269,3	258,4	159,7	18,7			
Em % das exportações	...	...	303,6	312,8	397,5	470,6	549,7	673,6	653,2	565,8	262,1	31,4			
Rácio total do serviço da dívida externa/exportações	17,8	26,8	15,4	15,3	22,6	23,8	23,0	22,6	20,6	16,2	25,8	13,8			
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	...	...	8986,0	9564,4	10641,2	11428,8	12156,6	13143,8	14025,2	14414,4	14059,4	8459,8			
(VAT-VAT-1)/PIBt-1 (em %)	...	...	...	4,6	7,5	5,2	4,4	5,5	4,6	1,8	-0,7	-0,5			
Défice da cta. corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	6,1	-11,8	46,4	23,1	21,2	35,9	28,3	30,9	46,0	48,6	4,6	-1,8			

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa pública e privada.

2/ Derivada como  $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal; g = taxa de cresc. do PIB real, e p = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financ. excecional (ou seja, var. dos atrasados e alívio da dívida); var. de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para as projeções, inclui também a contribuição das var. de preços e de taxa de câmbio.

4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

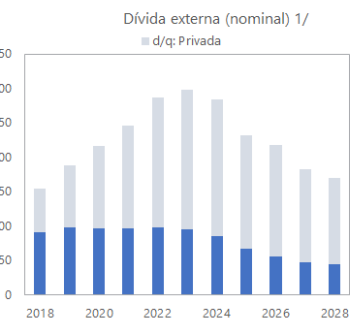
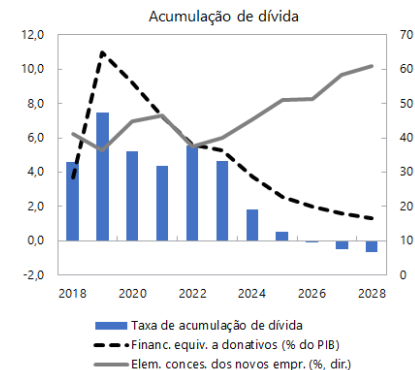
5/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

7/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.

8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

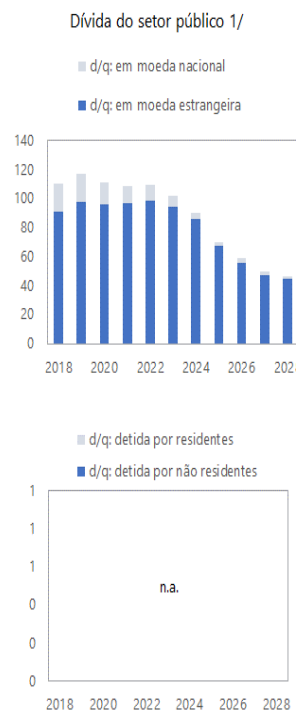
Definição da dívida externa/interna	Com base na moeda
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Não



**Tabela 2. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Pública, Cenário de Base, 2015-38**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Projeções										Média 6/	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2028	2038	Histórica	Projeções	
<b>Dívida do setor público 1/</b>	<b>94,2</b>	<b>137,6</b>	<b>110,4</b>	<b>110,5</b>	<b>117,0</b>	<b>111,4</b>	<b>109,0</b>	<b>109,2</b>	<b>102,1</b>	<b>89,8</b>	<b>46,5</b>	<b>21,8</b>	<b>66,2</b>	<b>88,6</b>	
do qual: dívida externa	82,5	112,9	90,4	91,2	97,9	96,3	96,9	98,6	94,5	85,7	44,4	13,9	56,8	79,6	
Variação da dívida do setor público	27,0	43,4	-27,3	19,2	19,1	15,1	12,1	10,5	7,5	4,1	2,1	7,9			
<b>Fluxos geradores de dívida identificados</b>	<b>21,9</b>	<b>35,5</b>	<b>-29,7</b>	<b>3,4</b>	<b>5,7</b>	<b>-3,5</b>	<b>-1,2</b>	<b>-1,8</b>	<b>-7,9</b>	<b>-10,8</b>	<b>-4,0</b>	<b>-14,8</b>	<b>5,0</b>	<b>-5,4</b>	
<b>Défice primário</b>	<b>7,2</b>	<b>6,0</b>	<b>3,1</b>	<b>5,2</b>	<b>6,5</b>	<b>4,8</b>	<b>3,7</b>	<b>2,6</b>	<b>1,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>-3,1</b>	<b>-14,6</b>	<b>4,9</b>	<b>1,0</b>	
Receitas e donativos	28,1	26,2	28,3	26,0	30,6	30,0	28,9	28,0	28,5	27,1	22,1	33,1	27,2	26,6	
da qual: donativos	3,0	2,1	2,0	1,8	6,6	4,9	3,0	2,0	1,9	1,8	0,8	0,2			
Despesa primária (excluindo juros)	35,2	32,2	31,4	31,2	37,1	34,7	32,6	30,6	30,0	27,0	19,1	18,5	32,1	27,6	
<b>Dinâmica automática da dívida</b>	<b>14,7</b>	<b>29,5</b>	<b>-32,8</b>	<b>-1,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-8,3</b>	<b>-5,0</b>	<b>-4,4</b>	<b>-9,4</b>	<b>-10,6</b>	<b>-1,0</b>	<b>-0,2</b>			
Contribuição do diferencial entre taxa de juro/crescimento	-3,7	-2,9	-5,4	-2,4	-0,8	-6,1	-3,9	-4,0	-9,1	-10,5	-1,0	-0,2			
da qual: contribuição da taxa de juro real média	0,5	0,5	-0,4	1,0	1,1	0,6	0,4	0,2	0,1	0,0	0,4	0,4			
da qual: contribuição do crescimento do PIB real	-4,2	-3,4	-5,0	-3,5	-2,0	-6,7	-4,3	-4,2	-9,2	-10,5	-1,3	-0,6			
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	18,4	32,4	-27,5	...	...	...	...	...	...	...	...	...			
<b>Outros fluxos geradores de dívida identificados</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	
Receitas de privatização (negativas)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Reconhecimento de passivos contingentes (ex., recapitaliz. bancária)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Alívio da dívida (HIPC ou outro)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (queira especificar)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
<b>Resíduo</b>	<b>5,1</b>	<b>7,9</b>	<b>2,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>0,9</b>	<b>-4,3</b>	<b>-2,3</b>	<b>1,5</b>	<b>0,5</b>	<b>-1,6</b>	<b>0,8</b>	<b>14,4</b>	<b>2,4</b>	<b>-0,8</b>	
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>															
<b>Rácio VA da dívida pública/PIB 2/</b>	...	...	<b>86,2</b>	<b>86,4</b>	<b>90,9</b>	<b>84,7</b>	<b>81,1</b>	<b>80,6</b>	<b>74,5</b>	<b>64,6</b>	<b>36,7</b>	<b>19,7</b>			
<b>Rácio VA da dívida pública/receitas e donativos</b>	...	...	<b>305,0</b>	<b>332,9</b>	<b>297,3</b>	<b>282,7</b>	<b>280,8</b>	<b>287,8</b>	<b>261,7</b>	<b>238,0</b>	<b>166,1</b>	<b>59,5</b>			
<b>Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/</b>	<b>33,3</b>	<b>27,3</b>	<b>26,0</b>	<b>31,5</b>	<b>27,7</b>	<b>29,8</b>	<b>25,8</b>	<b>21,6</b>	<b>21,1</b>	<b>17,3</b>	<b>14,2</b>	<b>10,6</b>			
Necessidade bruta de financiamento 4/	15,1	10,2	10,5	13,4	15,0	13,7	11,2	8,7	7,6	4,5	0,1	-11,1			
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>															
Crescimento do PIB real (em %)	6,6	3,8	3,7	3,3	1,8	6,0	4,0	4,0	9,2	11,5	2,8	2,7	<b>6,3</b>	<b>8,1</b>	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	1,3	1,9	2,8	2,3	1,6	1,4	1,3	1,2	1,3	1,3	2,8	2,0	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>	
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	6,1	-1,1	-5,9	5,5	9,6	5,8	6,7	7,2	7,4	7,5	-1,3	5,7	<b>1,0</b>	<b>4,3</b>	
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	32,3	40,4	-25,0	...	...	...	...	...	...	...	...	...	<b>6,5</b>	<b>...</b>	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	4,4	11,9	12,9	5,5	6,1	8,0	6,3	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	<b>6,2</b>	<b>5,8</b>	
Cresc. da desp. prim. real (deflacionado pelo deflator do PIB, em %)	-11,7	-5,1	1,1	2,5	21,1	-0,6	-2,4	-2,2	6,9	0,2	3,3	3,5	<b>9,9</b>	<b>3,3</b>	
Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	-19,9	-37,4	30,4	5,1	-0,1	10,4	6,1	2,5	8,6	12,1	0,2	-14,2	<b>-9,0</b>	<b>6,8</b>	
VA de passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			

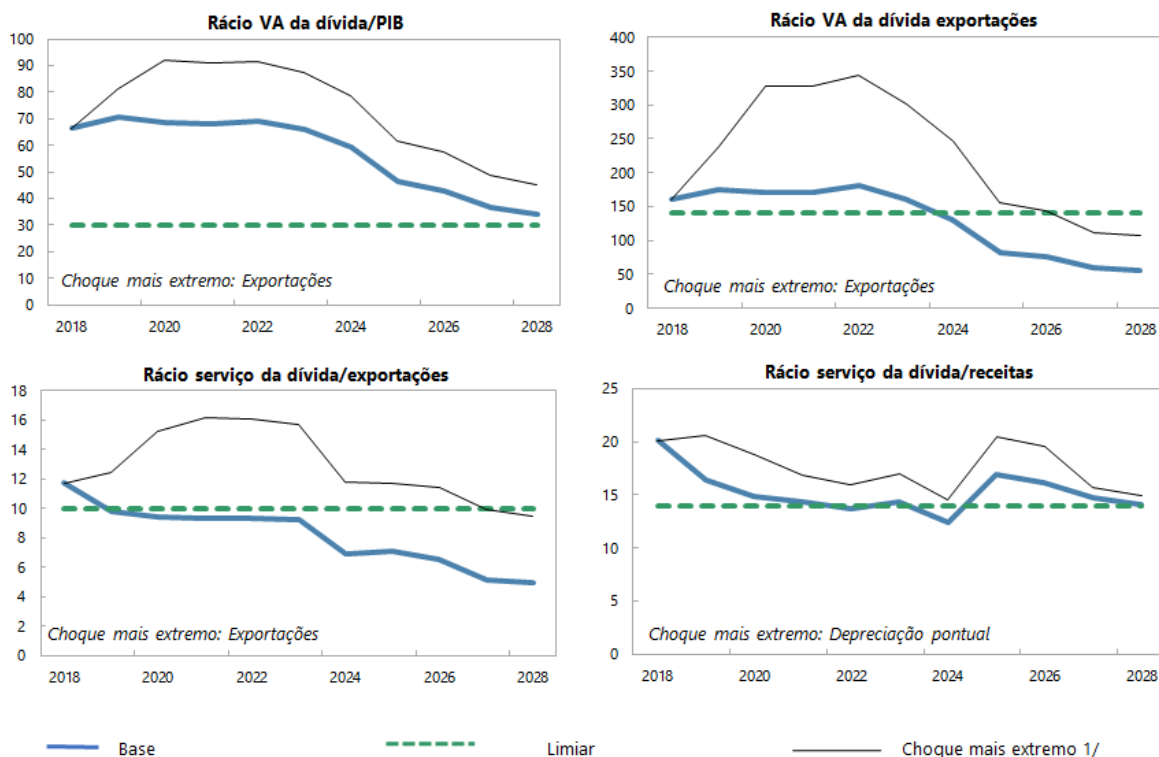
Definição da dívida externa/interna	Com base na moeda
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Não



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

- 1/ Cobertura da dívida: Os governos central, provinciais e locais, mas a segurança social, o banco central, a dívida garantida pelo governo e a dívida das EP não garantida pelo governo. A dívida é definida como externa com base na moeda.
- 2/ O rácio subjacente VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.
- 3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.
- 4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.
- 5/ Definido como o défice primário menos uma variação do rácio dívida pública/PIB (:- um excedente primário), que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.
- 6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

**Figura 1. Moçambique: Indicadores da Dívida Pública ou com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2018-28**



Customização da configuração padrão		
	Magnitude	Interações
	Não	Não
Testes adaptados		
PC combinados	Sim	
Desastres naturais	Não	Não
Preços das mat.-prim. <sup>2/</sup>	n.d.	n.d.
Financ. de mercado	n.d.	n.d.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão dos testes de stress. "n.a." indica que o teste de stress não se aplica.

Pressupostos de endividamento para os testes de stress *		
	Padrão	Definidas pelo utente
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de MLP	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média s/novos empr. em USD	1,7%	1,7%
Taxa de desconto em USD	5,0%	5,0%
Maturidade média (incl. período de graça)	31	24
Período de graça médio	10	6

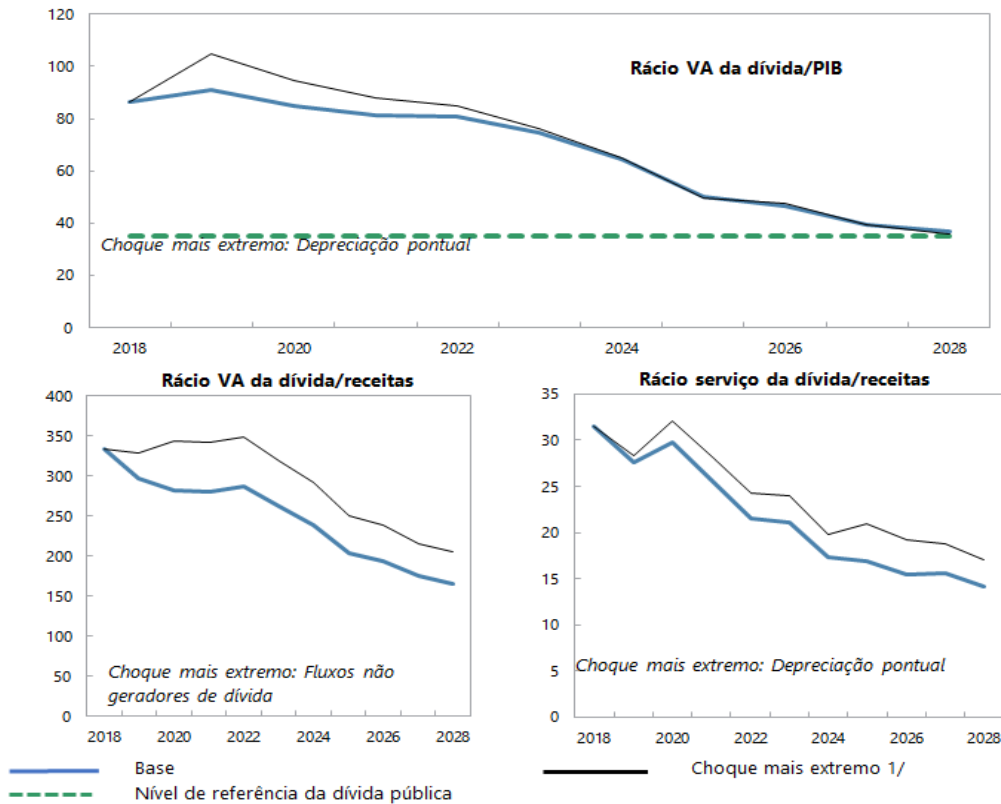
\* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de MLP na ASD externa. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no rácio mais elevado em ou antes de 2028. São também apresentados testes de stress com uma quebra pontual (se houver), embora essas quebras pontuais sejam descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais externo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas o teste de stress (com o choque pontual).

2/ A magnitude dos choques utilizados para o teste de stress de choque dos preços das matérias-primas assenta nas perspetivas para os preços das matérias-primas preparadas pelo Departamento de Estudos do FMI.

**Figura 2. Moçambique: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2018-28**



Pressupostos de endividamento para os testes de stress *	Padrão	Definidas pelo utente
<b>Quotas da dívida marginal</b>		
Externa PGP de médio e longo prazo	99%	99%
Interna de médio e longo prazo	1%	1%
Interna de curto prazo	0%	0%
<b>Termos da dívida marginal</b>		
<b>Dívida externa de MLP</b>		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1,7%	1,7%
Maturidade média (incl. período de graça)	31	24
Período de graça médio	10	6
<b>Dívida interna de médio e longo prazo</b>		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	7,6%	10,7%
Maturidade média (incl. período de graça)	4	3
Período de graça médio	2	2
<b>Dívida interna de curto prazo</b>		
Taxa de juro real média	3%	12,0%

\* Nota: A ASD pública permite o financiamento interno para cobrir as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress na ASD pública. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no rácio mais elevado em ou antes de 2028. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora essa quebras pontual seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas o teste de stress (com o choque pontual).

**Tabela 3. Moçambique: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa com Garantia Pública, 2018–28(em percentagem)**

	Projeções										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>											
<b>Base</b>	<b>66,4</b>	<b>70,5</b>	<b>68,5</b>	<b>68,0</b>	<b>69,1</b>	<b>65,9</b>	<b>59,5</b>	<b>46,4</b>	<b>42,9</b>	<b>36,4</b>	<b>34,0</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	66,4	50,1	24,9	1,0	-28,5	-55,8	-72,6	-77,5	-77,4	-55,8	-39,8
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	66,4	72,1	71,4	71,0	72,1	68,8	62,1	48,4	44,8	38,0	35,5
B2. Saldo primário	66,4	72,2	71,7	71,1	72,1	68,8	62,1	48,5	44,9	38,1	35,8
B3. Exportações	66,4	81,3	91,8	90,8	91,7	87,1	78,8	61,8	57,4	48,5	45,3
B4. Outros fluxos 2/	66,4	79,7	86,2	85,3	86,0	81,7	73,9	58,0	53,8	45,5	42,5
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	66,4	88,6	73,0	72,7	74,4	71,3	64,2	49,7	45,7	38,8	36,3
B6. Combinação de B1-B5	66,4	83,9	83,7	82,9	83,9	79,9	72,2	56,5	52,2	44,2	41,3
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	66,4	78,8	76,3	75,6	76,6	72,9	65,9	51,5	47,9	40,8	38,5
C2. Catástrofe natural	66,4	78,3	76,1	75,7	77,0	73,6	66,7	52,4	48,9	41,9	39,8
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>
<b>Rácio VA da dívida/exportações</b>											
<b>Base</b>	<b>160,1</b>	<b>175,1</b>	<b>171,5</b>	<b>171,9</b>	<b>181,2</b>	<b>159,9</b>	<b>130,3</b>	<b>81,9</b>	<b>75,1</b>	<b>58,7</b>	<b>55,8</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	160,1	124,5	62,5	2,6	-74,8	-135,4	-159,0	-136,8	-135,4	-90,0	-65,4
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	160,1	175,1	171,5	171,9	181,2	159,9	130,3	81,9	75,1	58,7	55,8
B2. Saldo primário	160,1	179,2	179,5	179,8	189,3	166,9	136,1	85,6	78,6	61,5	58,7
B3. Exportações	160,1	239,3	328,5	328,1	343,6	302,0	246,6	155,8	143,4	111,8	106,3
B4. Outros fluxos 2/	160,1	197,8	216,0	215,6	225,6	198,1	161,8	102,4	94,1	73,3	69,7
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	160,1	175,1	145,5	146,4	155,3	137,6	111,9	69,9	63,6	49,8	47,5
B6. Combinação de B1-B5	160,1	218,2	194,3	240,7	252,7	222,4	181,5	114,5	104,8	81,8	77,7
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	160,1	195,7	191,1	191,2	201,0	177,0	144,4	91,0	83,8	65,9	63,1
C2. Catástrofe natural	160,1	198,4	194,5	195,3	206,0	182,1	149,1	94,4	87,3	69,0	66,5
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>	<b>140</b>
<b>Rácio serviço da dívida/exportações</b>											
<b>Base</b>	<b>11,7</b>	<b>9,8</b>	<b>9,4</b>	<b>9,4</b>	<b>9,3</b>	<b>9,2</b>	<b>6,9</b>	<b>7,1</b>	<b>6,5</b>	<b>5,2</b>	<b>4,9</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	11,7	9,9	8,8	7,3	5,8	5,0	2,1	5,4	2,7	-0,4	-2,4
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	11,7	9,8	9,4	9,4	9,3	9,2	6,9	7,1	6,5	5,2	4,9
B2. Saldo primário	11,7	9,8	9,5	9,6	9,5	9,4	7,0	7,1	6,7	5,4	5,2
B3. Exportações	11,7	12,4	15,3	16,2	16,0	15,7	11,8	11,7	11,4	9,9	9,5
B4. Outros fluxos 2/	11,7	9,8	9,9	10,4	10,4	10,1	7,6	7,5	7,5	6,5	6,3
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	11,7	9,8	9,4	8,7	8,7	8,7	6,5	6,8	6,3	4,4	4,2
B6. Combinação de B1-B5	11,7	10,9	12,2	12,3	12,2	12,0	9,0	9,0	9,0	7,2	6,9
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	11,7	9,8	9,9	9,8	9,8	9,6	7,2	7,3	6,7	5,3	5,1
C2. Catástrofe natural	11,7	10,1	10,1	10,1	10,0	9,9	7,4	7,5	7,0	5,5	5,3
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	<b>20,1</b>	<b>16,4</b>	<b>14,9</b>	<b>14,3</b>	<b>13,6</b>	<b>14,3</b>	<b>12,4</b>	<b>17,0</b>	<b>16,2</b>	<b>14,8</b>	<b>14,1</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	20,1	16,5	13,9	11,2	8,5	7,8	3,8	13,1	6,7	-1,3	-6,9
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	20,1	16,8	15,6	15,0	14,2	15,0	12,9	17,7	16,9	15,4	14,7
B2. Saldo primário	20,1	16,4	15,1	14,6	13,9	14,6	12,6	17,2	16,6	15,5	14,8
B3. Exportações	20,1	17,6	17,0	17,3	16,5	17,1	14,8	19,7	19,8	19,8	19,0
B4. Outros fluxos 2/	20,1	16,4	15,8	16,0	15,2	15,7	13,6	18,1	18,7	18,6	17,9
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	20,1	20,6	18,7	16,8	16,0	17,0	14,6	20,5	19,5	15,7	14,9
B6. Combinação de B1-B5	20,1	17,5	16,9	16,4	15,6	16,2	14,0	18,9	19,4	18,0	17,3
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	20,1	16,4	15,7	15,0	14,3	14,9	12,9	17,5	16,6	15,2	14,5
C2. Catástrofe natural	20,1	16,4	15,5	14,9	14,2	14,9	12,9	17,5	16,6	15,2	14,6
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflator do PIB (em USD), a conta corrente excluindo juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

**Tabela 4. Moçambique: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2018-28**

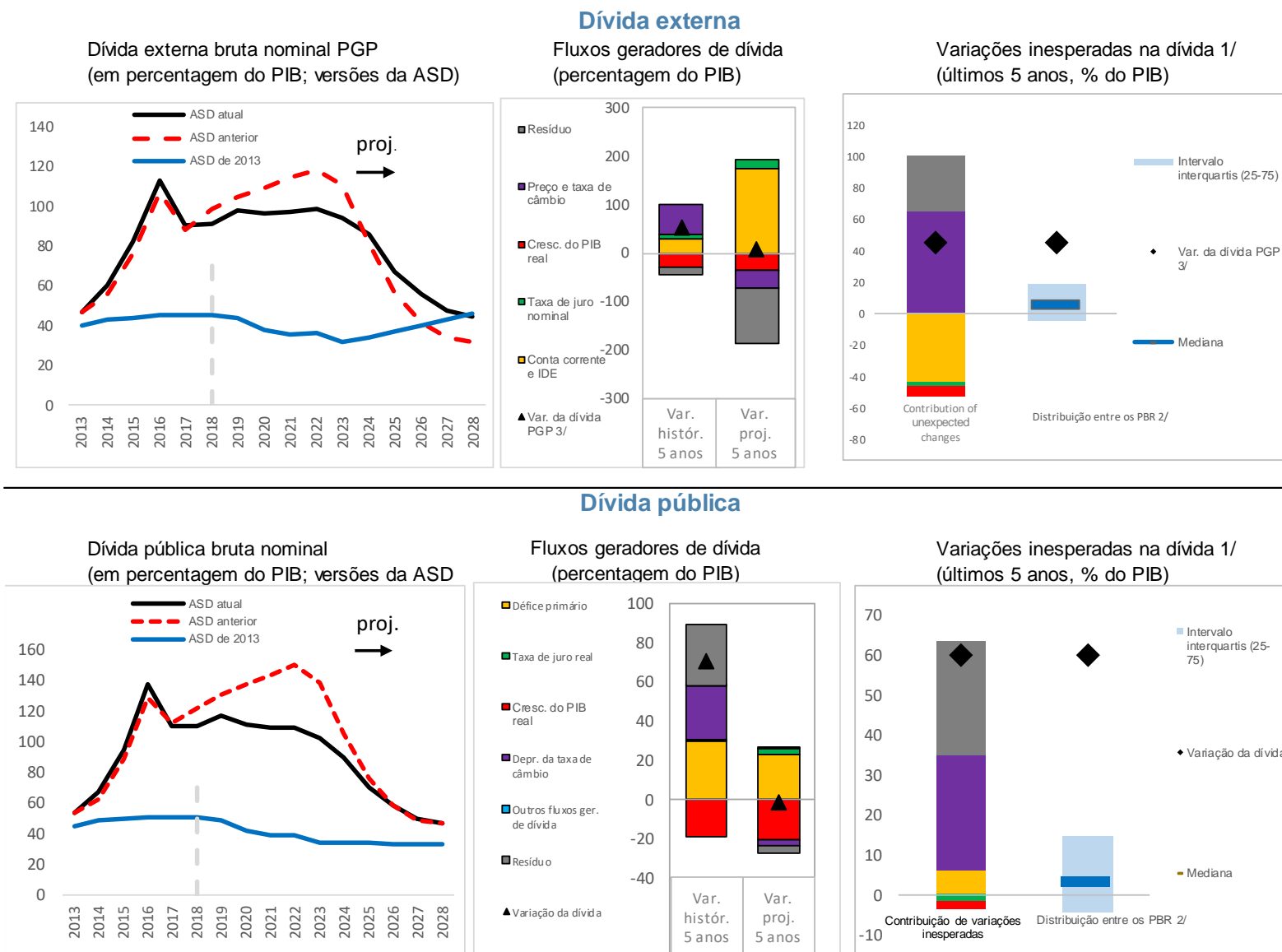
	Projeções										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>											
<b>Base</b>	<b>86,4</b>	<b>90,9</b>	<b>84,7</b>	<b>81,1</b>	<b>80,6</b>	<b>74,5</b>	<b>64,6</b>	<b>50,3</b>	<b>46,7</b>	<b>39,4</b>	<b>36,7</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	86	86	82	77	77	74	71	71	72	72	71
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	86	93	89	86	87	81	71	56	53	45	43
B2. Saldo primário	86	93	88	84	84	77	67	52	49	41	38
B3. Exportações	86	97	100	96	95	88	77	60	56	47	44
B4. Outros fluxos 2/	86	100	103	99	98	90	79	62	58	49	45
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	86	105	95	88	85	76	65	50	47	39	36
B6. Combinação de B1-B5	86	89	84	78	78	72	62	48	45	38	35
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	86	99	93	89	88	81	71	56	52	44	41
C2. Catástrofe natural	86	99	93	89	89	82	72	56	53	45	43
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Nível de referência da dívida pública</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
<b>Rácio VA da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	<b>332,9</b>	<b>297,3</b>	<b>282,7</b>	<b>280,8</b>	<b>287,8</b>	<b>261,7</b>	<b>238,0</b>	<b>203,1</b>	<b>193,1</b>	<b>174,7</b>	<b>166,1</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	333	284	274	270	275	263	261	286	295	316	320
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	333	303	296	298	308	283	260	225	218	201	194
B2. Saldo primário	333	303	293	292	299	272	248	212	202	183	174
B3. Exportações	333	316	333	332	339	309	283	243	232	209	199
B4. Outros fluxos 2/	333	328	343	342	349	318	292	251	239	216	205
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	333	348	320	307	305	269	241	201	197	175	163
B6. Combinação de B1-B5	333	294	281	271	278	252	229	195	185	167	159
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	333	325	309	307	315	286	262	224	214	195	186
C2. Catástrofe natural	333	323	308	308	316	289	265	228	218	200	192
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	<b>31,5</b>	<b>27,7</b>	<b>29,8</b>	<b>25,8</b>	<b>21,6</b>	<b>21,1</b>	<b>17,3</b>	<b>16,8</b>	<b>15,5</b>	<b>15,5</b>	<b>14,2</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	31	27	29	25	20	20	18	20	19	21	19
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	31	28	31	27	23	22	18	18	17	17	16
B2. Saldo primário	31	28	30	26	22	21	18	17	16	16	15
B3. Exportações	31	28	30	27	23	22	18	18	17	19	17
B4. Outros fluxos 2/	31	28	31	27	23	22	19	18	18	19	18
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	31	28	32	28	24	24	20	21	19	19	17
B6. Combinação de B1-B5	31	27	29	25	21	21	17	16	15	15	14
<b>C. Testes adaptados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	31	28	31	26	23	22	18	17	16	16	15
C2. Catástrofe natural	31	28	31	27	23	22	18	18	16	16	15
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflator do PIB e o défice primário em percentagem do PIB.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Figura 3. Moçambique: Determinantes da Dinâmica da Dívida – Cenário de Base



1/ A diferença entre as contribuições previstas e efetivas para os rácios da dívida.

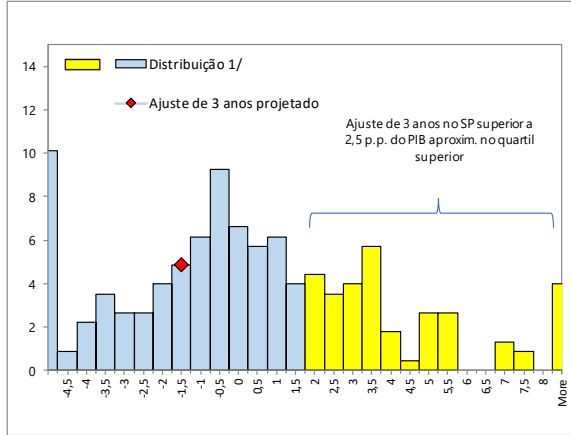
2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PGP deve ser largamente explicada pela equação dos determinantes da dinâmica da dívida externa.



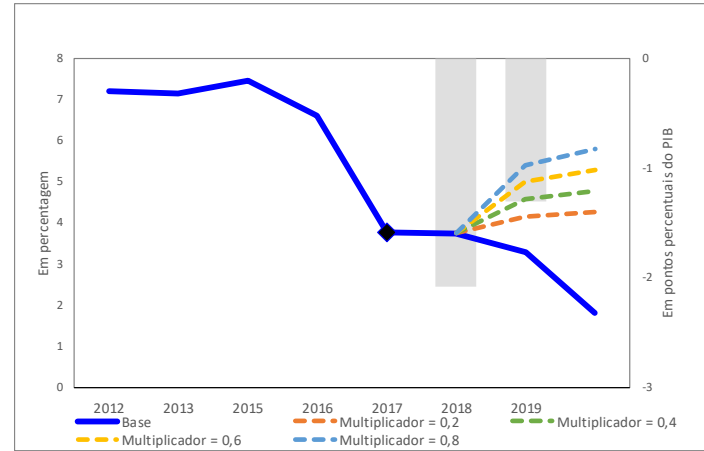
### Figura 4. Moçambique: Ferramentas de Realismo

**Ajuste de 3 anos no saldo primário**  
(Pontos percentuais do PIB)



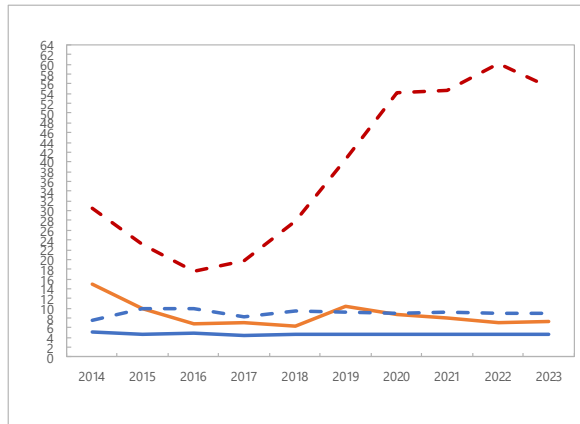
1/ Os dados abrangem os programas dos PBR apoiados pelo FMI (excl. o financiamento de emergência) aprovados desde 1990. O gráfico mostra a magnitude do ajuste de 3 anos desde a criação do programa, no eixo horizontal, e a percentagem da amostra no eixo vertical.

**Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/**



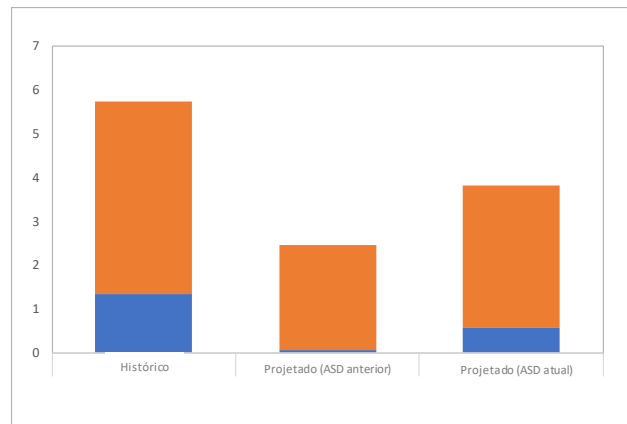
1/ As barras se referem ao ajustamento orçamental anual projetado (escala da direita) e as linhas mostram as possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala da esquerda).

**Taxas de investimento público e privado**  
(% do PIB)



— Investimento público - ASD anterior — Investimento público - ASD atual  
- - - Investimento privado - ASD anterior - - - Investimento privado - ASD atual

**Contribuição para o crescimento do PIB real**  
(percentagem, média de 5 anos)



■ Contribuição de outros fatores  
■ Contribuição do capital do governo

**Declaração do Sr. Dumisani Mahlinza, Administrador para Moçambique,  
e do Sr. Amílcar Tivane, Conselheiro Principal do Administrador  
19 de abril de 2019**

**1. Introdução**

As autoridades moçambicanas agradecem o Corpo Técnico, a Direção-Geral e o Conselho de Administração do FMI pelo seu contínuo envolvimento e apoio, especialmente no rescaldo dos efeitos devastadores do Ciclone Idai, que exigiu uma rápida mudança dos objetivos e do foco do trabalho dos especialistas do FMI que já estavam em Moçambique para as Consultas do Artigo IV quando o ciclone atingiu o país. Neste contexto, as autoridades solicitam um financiamento de emergência ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) para fazer face aos efeitos do Ciclone Idai.

**2. Impacto do Ciclone Idai**

Após uma série de choques em 2015-16, o ritmo da recuperação económica ganhou um novo impulso, com o abrandamento das pressões inflacionistas, a estabilização cambial e o lento declínio dos desequilíbrios externos. Contudo, no dia 15 de março 2019, um ciclone tropical devastador varreu a região central de Moçambique, perto da cidade da Beira – a segunda maior cidade do país – provocando uma perda significativa de vidas, ferimentos e uma deslocação em massa, para além da destruição considerável das infraestruturas socioeconómicas. Estimativas preliminares apontam para cerca de 602 vítimas fatais, 1.641 pessoas com ferimentos de diversos graus de gravidade e mais de 306 mil famílias deslocadas. Infelizmente, estas estimativas deverão aumentar à medida que os efeitos do ciclone se dissipam. Em relação às infraestruturas físicas, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades estima que as cheias que se seguiram resultaram na destruição de mais de 111 mil casas, 3.435 salas de aula, 54 unidades de saúde, 715.378 hectares de colheitas e várias centenas de quilómetros de estradas pavimentadas.

Dada a devastação, o crescimento do PIB real em 2019 poderá cair para uma faixa de 1,8 – 2,8%, inferior à projeção pré-ciclone de 3,8%, denotando perdas significativas na produção agrícola e ruturas nas redes de transporte e eletricidade, nas comunicações e nos serviços. De igual modo, a projeção de inflação passou para 8,5% em 2019, face à projeção de 5,5% antes do ciclone. Paralelamente, o défice orçamental primário após donativos deverá aumentar para 2,5% do PIB em 2019 – um ponto percentual do PIB acima da previsão anterior. Ademais, devido ao aumento das importações de alimentos, suprimentos médicos, combustíveis e bens intermédios e de investimento, o défice da conta corrente excluindo megaprojetos deverá aumentar para 32% do PIB, face à projeção de cerca de 26% do PIB antes do ciclone.

**3. Resposta imediata pós-Idai**

De modo a minimizar o recurso a empréstimos e o acúmulo de novas dívidas, as autoridades estão a tentar angariar ajuda financeira externa na forma de donativos. Logo após a catástrofe natural, lançaram um apelo mundial para apoio imediato de cerca de USD 282 milhões. As Nações Unidas e os seus parceiros humanitários, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União

Europeia, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Índia, a China, o Brasil e outros parceiros bilaterais e multilaterais responderam prontamente à chamada, fornecendo apoio financeiro e não financeiro. Na quarta-feira, 20 de março de 2019, o Banco Mundial aprovou a doação de USD 90 milhões em apoio ao Programa de Gestão de Risco de Desastres e Resiliência do governo de Moçambique. Além disso, o governo constituiu um Comité de alto nível encarregado de realizar uma avaliação completa das necessidades de reconstrução, que será apresentada numa conferência internacional de doadores marcada para final de maio de 2019. Estimativas oficiais preliminares indicam que a resposta de emergência, bem como os custos de reconstrução pós-catástrofe, podem ascender a USD 1,5 mil milhões (cerca de 10% do PIB), dos quais USD 800 milhões serão necessários em 2019, USD 500 milhões em 2020 e USD 200 milhões em 2021. À medida que as cheias diminuem, as operações de emergência continuam a se centrar em fornecer abrigo e meios de subsistência às famílias afetadas, enquanto acionam recursos adequados destinados a conter a propagação de doenças transmitidas pela água.

#### **4. Solicitação da Facilidade de Crédito Rápido**

Tendo em vista o nível sem precedentes dos prejuízos causados pelo Ciclone Idai e as necessidades urgentes da balança de pagamentos daí resultantes, o apoio de instituições financeiras internacionais e de parceiros de desenvolvimento será crucial para sustentar os esforços de recuperação e normalizar gradualmente as condições socioeconómicas nas áreas afetadas. Embora se preveja que os donativos externos deverão cobrir a maioria das necessidades de financiamento externo, os desembolsos no âmbito da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) cobrirão o défice restante e terão um papel catalisador no desbloqueio de donativos adicionais de outros parceiros bilaterais e multilaterais. Neste contexto, e dadas as necessidades urgentes de apoio à balança de pagamentos geradas pelo Ciclone Idai, as autoridades solicitaram a aprovação do Conselho para um desembolso de empréstimos em montante equivalente a DSE 85,2 milhões (37,5% da quota) ao abrigo da RCF, a fim de apoiar os seus esforços para atender as necessidades de financiamento da reconstrução e catalisar o apoio de doadores no rescaldo do ciclone. Com efeito, a comunidade de doadores comprometeu-se a fornecer assistência financeira e em espécie adicional durante a conferência realizada à margem das Reuniões de Primavera de 2019.

#### **5. Políticas prioritárias de curto e médio prazos**

De futuro, as autoridades permanecerão firmes na implementação das reformas e na preservação da estabilidade macroeconómica conquistada a muito custo nos últimos anos, inclusivamente a abordar as vulnerabilidades orçamentais, o reforço do crescimento da produtividade, a criação da resiliência a catástrofes naturais e o respaldo às instituições. Para este efeito, as políticas prioritárias continuarão centradas na manutenção da prudência orçamental em 2019, aumentando, na medida do possível, a margem para incorrer em despesas emergenciais mediante a reafetação de despesas menos prioritárias e a eliminação do défice orçamental primário até 2022. Ademais, continuarão a calibrar o conjunto de políticas para ancorar as expectativas inflacionistas, preservar a flexibilidade cambial e melhorar a resiliência do setor financeiro mediante, entre outras medidas, a melhoria do quadro de política monetária, o reforço das ferramentas de enfrentamento de crises e o fortalecimento da supervisão baseada no risco. A este respeito, continuam vigilantes em relação aos possíveis efeitos secundários do choque de oferta causado pelo ciclone sobre a inflação.

As autoridades reconhecem o risco de sobre-endividamento público e estão a tentar encontrar uma estratégia para reduzir a dívida a níveis moderados, o que inclui conversações francas com os credores privados com vista à reestruturação da dívida externa do país. Em novembro de 2018 foi alcançado um acordo de princípio com um grupo de titulares de Eurobonds que prevê o alívio do serviço da dívida e a prorrogação dos reembolsos do capital. Paralelamente, estão em curso conversações com outros credores.

Outrossim, as autoridades estão cientes de que maiores avanços nas reformas da governação são indispensáveis para acelerar o crescimento inclusivo e sustentado, melhorar a distribuição intrageracional da riqueza dos recursos naturais e reforçar o primado do Estado de Direito. Neste contexto, estão empenhadas em revigorar os esforços para abordar as vulnerabilidades na governação e em trabalhar com afinco na conclusão, publicação e aplicação do relatório sobre governação, transparência e responsabilização, com a assistência técnica do FMI. Além disso, as autoridades continuam empenhadas em conduzir investigações relacionadas com os empréstimos ocultos, almejando que os responsáveis prestem conta das suas ações.

## **6. Considerações finais**

As autoridades moçambicanas reiteram o seu compromisso em fazer avançar as reformas destinadas a melhorar os fundamentos macroeconómicos, lançando as bases para o crescimento inclusivo e sustentado e o fortalecimento das instituições. Estão extremamente gratas pela rápida resposta do corpo técnico do FMI para recalibrar os objetivos da missão de consultas do Artigo IV e atender o pedido das autoridades de apoio ao abrigo da RCF. Também destacaram o papel crucial que a RCF desempenhará para desbloquear o financiamento de outros parceiros de desenvolvimento, no momento em que o país enceta esforços para suprir as necessidades urgentes e de médio prazo de recuperação pós-Idai.